

DOS ENGENHOS À USINA

Patrimônio e cultura material canavieira
do Cariri cearense (anos 1930 - 1970)

Naudiney de Castro Gonçalves

SECULT CEARÁ

Governador do Estado do Ceará

Camilo Sobreira de Santana

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Secretário de Estado da Cultura

Fabiano dos Santos

Secretária Executiva da Cultura

Luisa Cela

Secretária Executiva de Planejamento e

Gestão Interna da Cultura do Estado do Ceará

Mariana Teixeira

Chefia de Gabinete

Luziana Pinho

Coordenadora de Economia da Cultura

Laizi Fracalossi

Coordenadora de Desenvolvimento

Institucional e Planejamento

Sofia Leonor Von Mettenhim

Coordenadora de Políticas de Livro,

Leitura, Literatura e Bibliotecas

Goreth Albuquerque

Coordenadora de Comunicação

Ivna Girão

Coordenadora Jurídica

Daliene Fortuna

**Coordenador de Tecnologia
da Informação e Governança Digital**

Thyago Souza

Coordenadora Administrativo

Financeira

Wilma Jales

Coordenadora de Artes e Cidadania

Valéria Cordeiro

**Coordenadora de Patrimônio Cultural
e Memória**

Cristina Holanda

**Coordenador de Conhecimento
e Formação**

Ernesto Gadelha

Equipe da Coordenadoria de Conhecimento e Formação

Bianca Silva Campello

Daniele Amaral Lima

José Ferreira Mota Neto

Maria Janete Venâncio Pinheiro

Nílbio Thé

Paula Gomes da Silveira

Raquel Santos Honorio

Secretaria da Cultura do Estado do Ceará
e Instituto Br apresentam

DOS ENGENHOS À USINA

Patrimônio e cultura material
canaveira do Cariri cearense
(anos 1930 - 1970)

Naudiney de Castro Gonçalves



**Coleção
de Saberes**
Arte Urgente



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CULTURA

FICHA TÉCNICA

ARTE URGENTE

Direção e Coordenação Geral

Mardonio Barros / Paulo Victor Feitosa

Direção Administrativa

Ingrid Ferreira

Direção Executiva

Pedro Ortale

Coordenação Pedagógica

Francis Wilker

Produção Geral

Henrique Castro

Técnica de Pesquisa e Acompanhamento

Angelica Castro

Técnico para Tabulação de Dados

David Paulo

Financeiro

Fernanda Araújo e Yane Lima

Coordenação de Comunicação

Leo de Carvalho

Gestão de Mídias Sociais

Nerice Carioca

Design Gráfico de Redes Sociais

Faruk Segundo e Kathelyn Freitas

Design de Interface

Leo de Carvalho

Produção de Conteúdo

Grasielly Sousa

Streaming

Saimon Oliveira Barros

Gestão de Tecnologia

Techdiffer

EDITORA

QUITANDA SOLUÇÕES CRIATIVAS

Organização Editorial

Mardonio Barros / Paulo Victor Feitosa

Conselho Editorial

Alexandre Barbalho, Claudia Leitão, Ingrid Ferreira, Mardonio Barros, Nayana Misino, Paulo Feitosa, Pedro Ortale, Rachel Gadelha, Renato Abê, Vinicius Wu, Nilde Ferreira

FICHA EDITORIAL

COLEÇÃO DE SABERES

Curadoria

Alexandre Barbalho, Beatriz Furtado, Francis Wilker, Guilherme Marcondes, Roberto Marques, Thereza Rocha

Produção

Leo de Carvalho e Pedro Ortale

Projeto Gráfico

Faruk Segundo e Leo de Carvalho

Diagramação

Faruk Segundo e Lux Farr

Catologação

Gustavo Augusto-Vieira

G635e GONÇALVES, Naudiney de Castro; 1981 -

Dos Engenhos à Usina: Patrimônio e cultura material canavieira do Cariri cearense (anos 1930-1970) / Naudiney de Castro Gonçalves - 1a ed - Fortaleza: Quitanda Soluções Criativas, 2021.

16150 kb; PDF. (Coleção de Saberes)

ISBN 978-65-84558-10-6

1. Cariri Cearense 2. Patrimônio Imaterial
3. Paisagem Cultural
I. Título

CDD: 709



MATRIZ

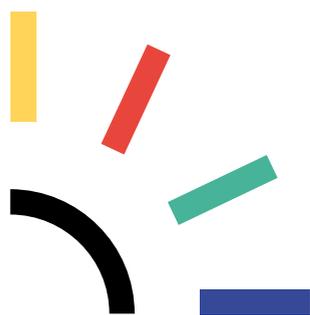
Av. Historiador Raimundo Girão, 366 - Praia de Iracema - Fortaleza - CE - CEP 60060-570

FILIAL

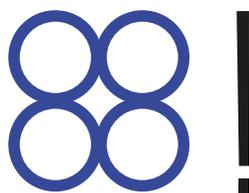
Av. Rio Branco, 115 - 19º e 20º - Centro - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20040-004

www.quitandasolucoescriativas.com.br
+55 (85) 3235.4063

Secretaria da Cultura do Estado do Ceará
e Instituto Br apresentam



**arte
urgente!**



**Coleção
de Saberes**

Arte Urgente

Realização



Prod. Executiva



Apoio Institucional



Apoio

Este projeto é apoiado pela Secretaria Estadual da Cultura, através do Fundo Estadual de Cultura, com recursos provenientes da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020.



SECRETARIA ESPECIAL DA CULTURA

MINISTÉRIO DO TURISMO



Sumário

Ecologia de Saberes	9
Conhecimento e formação como políticas culturais	13
Uma coleção de saberes urgente	15
Agradecimentos	19
Introdução	22
Dos Engenhos à Usina	47
O Cariri e a Chapada do Araripe	48
Modernização ao Sul do Ceará	70
Cultura Material Canavieira	117
Vestígios para uma Arqueologia Histórica	118
Patrimônio Industrial do Cariri	159

Das Ruínas aos Lugares de Memória	189
O Engenho de Cultura do Sítio Fundão	190
A Chapada do Araripe enquanto Paisagem Cultural	228
Conclusão	255
Referências	265

Ecologia de saberes

Paulo Feitosa

Diretor Geral do Arte Urgente

Diretor da Quitanda Soluções Criativas

“Precisamos ser melhor formados para depois ficar bem informados. Essa é uma tarefa da universidade, para mim, assim como é para ti. É preciso que um tema como esse seja realmente discutido. Ensinar não é trazer para a escola um pacote de conhecimentos, às vezes desarticulados. Ensinar é produzir a possibilidade da produção do conhecimento por parte do aluno”, provocou o educador e filósofo brasileiro Paulo Freire. A educação superior, desde as origens, busca criar, transmitir e alastrar conhecimento — nas sociedades contemporâneas, a universidade ocupa estratégica posição socioeconômica. Os crescentes cortes de verbas para as instituições federais, no entanto, fragilizam o direito à educação pública: em valores atualizados, o orçamento do Ministério da Educação (MEC) para o ensino superior em 2010 seria hoje o equivalente a R\$ 7,1 bilhões. Neste ano, o repasse é de apenas R\$ 4,5 bilhões.

Com a pandemia de Covid-19, o negacionismo da ciência no Brasil alcançou proporções ainda mais alarmantes: minimização da gravidade da doença, boicote às medidas preventivas, subnotificação dos dados e tentativa de descredibilização da vacina. Diante deste cenário, o grande desafio é repensar o mundo — e a universidade é central na criação de outros possíveis. A Coleção de Saberes, ação do projeto Arte

Urgente, comprometeu-se em divulgar e valorizar pesquisas acadêmicas no campo da arte e da cultura no Ceará, como uma ponte entre estes trabalhos e um público diverso e interessado em aprender e aprofundar conhecimentos. A partir de uma chamada pública, a iniciativa selecionou pesquisas realizadas em todo o Estado e as disponibilizou em e-books com acesso gratuito.

A Coleção de Saberes elegeu 20 trabalhos originais e inéditos que costuram relevantes debates sobre arte e cultura no Ceará em suas múltiplas linguagens. Álvaro Renê Oliveira de Sousa escreve sobre as contribuições para um teatro negro de resistência; José Brito da Silva Filho aborda a experiência da Cia. Ortaet de Teatro no centro-sul cearense, entre percurso pedagógico e processos criativos; Manoel Moacir Rocha Farias Júnior investiga o gênero na cena performativa-política de Fortaleza; e Thaís Paz de Oliveira Moreira apresenta o Grupo Independente de Teatro Amador (GRITA).

Nas cartografias memorialistas desta Fortaleza em devir, Ethel de Paula Gouveia desbrava a vida esculpida com os pés do poeta Mário Gomes; Carlos Renato Araujo Freire pesquisa o engajamento cultural do historiador Nirez em prol do passado da Capital e da música popular brasileira; e Lais Cordeiro de Oliveira escreve sobre o Rei de Paus e a coprodução de personagens, objetos e lugares no maracatu. No audiovisual, a recepção de cinema no Cuca Barra do Ceará é objeto de interesse de Luciene Ribeiro de Sousa; e o cinema brasileiro contemporâneo como ato coengendrado na elaboração do morar avizinha-se nas palavras de Érico Oliveira de Araújo Lima.

Adentrando o Ceará Profundo, Izaura Lila Lima Ribeiro resgata memórias brincantes a partir do corpo e da poética do Maneiro Pau do Mestre Cirilo no Crato; e Johnnys Jorge

Gomes Alencar debruça-se sobre a agremiação literária cratense Club Romeiros do Porvir. É também no Cratim de Açúcar que a investigação de Larissa Rachel Gomes Silva sobre bonecas e memórias femininas no processo de poéisis se concentra. O patrimônio e cultura material canavieira do Cariri nos anos 1930 a 1970 é recorte do artigo de Naudiney de Castro Gonçalves; e Yasmine Moraes Alves de Lacerda analisa o universo cultural caririense ancestralmente negro a partir das narrativas fotográficas dos Orixás. Já em Baturité, José Wilton Soares De Brito Souza desenvolve um estudo antropológico sobre a memória e os espaços com ouvidos atentos aos contos e causos de moradores da comunidade quilombola da Serra do Evaristo. Onde tudo que é bonito é absurdo, Ridimuim borda um arquivo radical, impermanente, desorientador, ameaçador, premonitório e infinito do sertão.

O papel da coleção Arthur Ramos nos itinerários do Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará é objeto de pesquisa de Maria Josiane Vieira. Ainda nos meandros educacionais, Marise Léo Pestana da Silva questiona como a educação somática possibilita o gesto dançado e quais os aportes para a criação em dança contemporânea. A pedagogia e política na experiência do corpo também instigam Renata Kely da Silva, que estuda memória como território metodológico. Em um texto-corpo-pensamento, por fim, Noá Araújo Prado nos apresenta escritos de uma Guerra Planetária ao encarar de modo radical o não-distanciamento do seu corpo de pesquisadora.

Essa pluralidade de conhecimentos heterogêneos que se entrelaçam é nomeada pelo sociólogo português Boaventura de Sousa Santos como “ecologia de saberes”. Nos feitiços subterrâneos das vidas, severinas e de viés, os saberes correm

velozes feito sangue nas veias e atravessam gerações. Dos profetas das chuvas aos seminários nas salas de aula, cultura é tudo aquilo que construímos entre todos. “Volto a dizer que a universidade não tem de salvar-nos, não se trata de salvar ninguém, digamos mesmo que a universidade tem de assumir a sua responsabilidade na formação do indivíduo, e tem de ir além da pessoa, porque não se trata apenas de formar um bom informático ou um bom médico, ou um bom engenheiro, a universidade, além de bons profissionais, deveria lançar bons cidadãos. Creio que universidade pode, creio que vós podeis”, apostou o escritor português José Saramago (1922-2010) em conferência realizada na Universidad Complutense de Madrid no ano de 2005.

As autoras e os autores publicados na Coleção de Saberes receberam pagamento pela pesquisa, medida de estímulo, reconhecimento e respeito ao trabalho intelectual. Pensando em uma maior acessibilidade dessas pesquisas, os e-books possuem ainda um versão em audiobooks.

Conhecimento e formação como políticas culturais

Fabiano dos Santos Piúba

Secretário da Cultura do Estado do Ceará

Doutor em Educação (UFC), mestre em História (PUC-SP)

A Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Secult-CE) realizou no âmbito da Lei Aldir Blanc, um conjunto de editais que se conectam com seu Plano de Gestão 2019 - 2022, denominado “Ceará, estado da cultura”. Dessa maneira, realizamos nossas ações de acordo com os eixos das políticas e dos programas estabelecidos no Plano Plurianual – PPA e do Plano Estadual da Cultura, instituído pela lei 16.026/2016, sancionada pelo governador Camilo Santana. Dentre os eixos de atuação e programas, destaca-se a “Promoção e Desenvolvimento da Política de Conhecimento e Formação”.

A agenda de formação e conhecimento ganha relevo na Secult a partir de 2016, obtendo status de programa orçamentário e se transformando em eixo das políticas culturais, além de uma Coordenadoria própria na estrutura da Secretaria. Foi assim que lançamos o “Edital de Chamamento Público para Programa de Formação e Qualificação para o Setor Artístico/Criativo do Ceará”, visando à manutenção e o fortalecimento da economia da cultura e das expressões artísticas em nosso estado.

O próprio edital estabelecia um roteiro para apresentação das propostas, considerando a clareza de seus objetivos em desenvolver um programa de formação e qualificação da

cadeia produtiva da cultura, promovendo a qualificação artística e técnica, possibilitando a geração de renda, desenvolvimento pessoal e profissional, com ênfase no empreendedorismo dos setores criativos e produtivos por meio não só de projetos, mas também de planos de negócios e de marketing, bem como de planejamento estratégico para gestão administrativa, jurídica e financeira. Noutras palavras, tínhamos em mente a necessidade da qualificação dos projetos, mas também de sua gestão e resultados. Além desses objetivos específicos, destacamos a promoção e difusão do conhecimento científico e acadêmico, considerando que formação e conhecimento são agendas indissociáveis.

O edital teve como instituição selecionada o Instituto BR Arte que apresentou um projeto de excelência para os objetivos estabelecidos pela Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. Os Ateliês de Criação com formação artística e técnica, as Janelas Formativas com 100 cursos livres, a Agência de Futuros com suporte técnico e de gestão de projetos e a bela proposta da Coleção Saberes com a seleção e publicação de 20 pesquisas inéditas foram linhas de ações do projeto “Arte Urgente: a cultura como farol do Ceará”.

A “Coleção de Saberes” reúne um conjunto de títulos extremamente relevantes para a pesquisa e produção do conhecimento acerca do fazer artístico, do patrimônio cultural e da memória, da diversidade e da cidadania cultural no Ceará e no Brasil. São vinte obras selecionadas que não deixam de expressar o caráter de urgência, de emergência, mas também de resistência, componentes próprios das artes e da cultura como criação, reflexão, pensamento, posicionamento e reinvenção de vidas e de mundos.

Uma coleção de saberes urgente

Alexandre Barbalho

*Professor dos PPGs em Sociologia e em
Políticas Públicas da UECE*

*Líder do Grupo de Pesquisa em
Políticas de Cultura e de Comunicação – Cult.Com*

A cultura é o lugar da norma e da regra. A vasta tradição de pesquisas e elaborações teóricas das ciências humanas e da filosofia fundamenta tal afirmação. Contudo, é esse mesmo estabelecido corpus de conhecimento que informa como a cultura também é o lugar da crítica e do desregramento.

Esse formato bifronte da cultura, essa sua tensão constituinte, impõe uma lógica processual e múltipla que resulta nas diferenças diacrônicas e sincrônicas entre os mais variados tipos de agrupamentos humanos. Tal tensão pode receber diversas leituras. Para um pensamento conservador, por exemplo, quando a cultura afirma a coesão ela se denomina de civilização. Quando, ao contrário, ela dá vazão à contestação, se manifesta como barbárie.

Podemos entender essa tensão também como uma relação agonística, uma disputa cujo sentido final é adiado infinitamente. Contudo, parece que nesse jogo, o adversário que está há bastante tempo em situação de defesa, quase acuado e pedindo desculpas por ainda permanecer na disputa, é a cultura como exercício crítico. “A cultura é a regra”, afirmou Jean-Luc Godard em seu filme *Je vous salue, Sarajevo*. Ou

tempos mais atrás, quando visitava o Brasil nos anos 1980, Félix Guattari, em debate com o movimento negro na Bahia, dizia que a cultura era um “conceito reacionário”.

Trazer essas duas colocações deslocadas de seu contexto discursivo tem o intuito de provocar o leitor e possibilita destacar a importância da “Coleção de Saberes” inserida no projeto de sugestivo nome: “Arte Urgente”.

Reunindo um conjunto de pesquisas que foram originalmente dissertações ou teses acadêmicas, em diversas disciplinas, a coleção amplia o pensamento crítico e não normativo sobre a cultura feita no ou sobre o Ceará. São vinte títulos que refletem o estado a partir de uma perspectiva ampla, nada provinciana, no sentido pejorativo da palavra, de visão tacanha, mesmo quando toca em assuntos profundamente provincianos, no bom sentido da palavra, das coisas que nos afetam.

Trata-se portanto de uma **coleção de saberes urgentes para os tempos que correm.**

Na mesma tarde, após jornada de duas léguas e meia, chegamos à Vila de Crato. A estrada era plana e arenosa, a região ao sul coberta de grandes árvores, ao passo que o norte, mais plano, era principalmente plantado de cana de açúcar, vendo-se a pequenos intervalos diversas casas, cada qual com um engenho e uma caldeira ao lado para converter em rapadura o suco da cana.

GARDNER, George. Viagens no Brasil: principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942. p. 149.

Depois que os instrumentos se transformam de ferramentas manuais em ferramentas incorporadas a um aparelho mecânico, a máquina motriz, o motor, adquire uma forma independente, inteiramente livre dos limites da força humana.

MARX, Karl. (1867). O Capital: Crítica da economia política. Vol. I. 8ªed. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 431.

Agradecimentos

À minha família, por compreender os períodos de ausência e pelo apoio incondicional. À minha mãe Judite, meu pai Genário, minha irmã Janayde, meu sobrinho Amir e minha esposa Iael, por estarem sempre por perto.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – PPGH-UNIRIO.

À minha orientadora, Professora Doutora Anita Correia Lima de Almeida, por sua solicitude e empenho em manter a comunicação e por compartilhar as possibilidades para esta pesquisa.

À Professora Márcia Chuva e ao Professor Flávio Limonic, por todas as contribuições durante o Exame de Qualificação.

À secretária do PPGH, Priscila Luvizotto.

Aos amigos de todas as horas: Adail Fernandes, Agostinho Coe, André Aguiar, André Braga, Anna Carmen Diniz, Anselmo Lustosa, Antonio Laudenir, Bill Paz, Carla Silvino, Cleiber Ricardo, Daniel Campos, Danilton Nóbrega (In Memoriam), David Cabral, Dayvide Magalhães, Diderot Mavignier, Eder Wen, Edinielson Figueiredo, Felipe Chaves, Flávio Rovere, Francélio Araújo, Francisco Gleidson, Francisco Nascimento, Francisco Neto, Gunnar Campos, Gabriel Gondim, Gabriel Medeiros, Henrique Sampaio,

Hermano Medeiros, Igor Medeiros, Igor Soares, Jaaziel de Carvalho, Janaina Aderaldo, Jedson Martins, Jonnata Doll, Josenias dos Santos, Leandro Souza, Lourdes Karoline, Lúcio Camargo, Luís Felipe, Luiz Paião, Maírton Celestino, Manuelina Duarte, Marcus Sucupira, Maria Rita Aderaldo, Marian Rodrigues, Mário Pragmácio, Mayana Aquino, Nelson Júnior, Olga Paiva, Pedro Macambira, Rafael Rovere, Raquel Caminha, Renan Damasceno, Renata Barbosa, Roberto Aguilera, Samuel Ramos, Saulo Raphael, Ticiano Sampaio, Verônica Viana e Victor Barroso.

Aos funcionários dos arquivos e bibliotecas da Universidade Federal do Ceará, Universidade Regional do Cariri, Universidade Estadual do Ceará, Universidade de Fortaleza, Universidade Federal do Piauí, Fundação Joaquim Nabuco e Superintendência do IPHAN no Ceará.

Às famílias que compartilharam as histórias dos senhores Antonio Linard e Jeferson Alencar.

*“Eu tenho vida.
Eu tenho minha liberdade.
Eu tenho vida!”
(Nina Simone, 1968).*



Introdução



Só nas primeiras décadas do século XX, o Nordeste foi inventado, enquanto região singular, marcada pela zona canavieira com seus engenhos, mas também área das secas, do atraso e das calamidades públicas.

BARROSO, Oswald. Ceará mestiço. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019. p. 59.

Dos engenhos à usina é um título que pode transmitir uma ideia de avanço, cronológico e/ou técnico, mas que para esta tese está relacionado à cultura material produzida em um período de aproximadamente meio século, em um território que pode ter a sua paisagem interpretada a partir dos vestígios deixados por aqueles que exploraram os seus recursos naturais e são reconhecidos por perseverarem na agricultura da cana-de-açúcar por mais de 300 anos.

O tema deste trabalho está relacionado à cultura e economia da cana-de-açúcar na região do Cariri cearense, mais especificamente às mudanças tecnológicas observadas pelos engenhos de madeira movidos à água ou tração animal ainda na década de 1930, a posterior modernização com a fabricação de engenhos de ferro movidos a vapor – como a promovida pelo fabricante local Antonio Linard - até a chegada da Usina Manoel Costa Filho na região, em meados da década de 1970, quando a nossa pesquisa se encerra.

Em um sentido geral, o final do século XIX representa para a história dos engenhos a mudança de uma produção agrária de pequenas proporções para uma economia industrial de larga escala e uma revolução associada aos processos produtivos em busca de uma modernização da agroindústria açucareira brasileira, desencadeada a partir da promulgação da Lei nº 2687 de 1875, de regulação dos engenhos centrais. Esse processo, no entanto, não foi uniforme, houve especificidades locais. No caso do nosso objeto de estudo, o Ceará, os engenhos centrais não estiveram presentes.

Alagoas, Maranhão, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro vivenciaram o funcionamento dos engenhos centrais como uma transição dos engenhos para a usina. O Ceará experimentou uma modernização tardia e o sul do Estado, com longa tradição canieira, só transitou para a agroindústria no último quartel do século XX.

De acordo com a definição de Gadiel Perruci, o engenho central “é uma fábrica moderna, aberta, que funciona segundo os princípios da economia capitalista dos fins do século XIX e que é, portanto, submetida às leis do mercado livre”¹¹. Este empreendimento contrastaria com os engenhos tradicionais, de vocação artesanal, exatamente por ter sido criado “para conciliar as relações de produção agrária tradicional com as mais modernas técnicas de fabricação de açúcar.”¹²

No Cariri, pela ausência de engenhos centrais, o que pudemos observar foi uma mudança gradativa nos processos e instrumentos usados nos engenhos de rapadura até o surgimento da usina, representada pelo processo industrial da produção agrícola.

| 1 | PERRUCCI, Gadiel. A República das usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste, 1889-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 115.

| 2 | Ibidem, p. 113.

[...] a usina representa a consolidação do capital industrial e financeiro no campo, que, a partir de agora, passa a controlar sozinho todo o processo econômico do açúcar; desde a cultura da cana até a distribuição comercial, passando pela fase industrial. Neste sentido, a usina é a síntese das duas etapas precedentes da revolução açucareira. Ela se harmoniza também com as grandes linhas do desenvolvimento brasileiro durante a Primeira República; a supremacia das cidades sobre o campo, o processo industrializante, o domínio do capital industrial e financeiro, nacional ou estrangeiro, sobre as atividades econômicas do país.³

| 3 | *Ibidem*, p. 123.

| 4 | São de grande relevância os estudos historiográficos que ressaltam a fereza nas relações de trabalho no Brasil. Contudo, nesta pesquisa, não serão aprofundadas as temáticas relacionadas ao mundo do trabalho, trabalhadores e suas organizações. Para estes assuntos ver em Referências.

Os resquícios materiais e a continuação dos processos de moenda podem remeter tanto às atividades econômicas desenvolvidas no local quanto às relações sociais⁴ que se estabeleceram no cotidiano da região, como as relações de poder e as influências políticas locais, além de estarem relacionados a períodos de auge ou decadência econômica.

Iniciamos o nosso recorte temporal na década de 1930 por remeter ao início do uso de um torno mecânico pelo inventor que construiu o que ele afirmava ser o primeiro motor a vapor genuinamente brasileiro. Este acontecimento representou a quebra de um elo de dependência tecnológica à manufatura estrangeira e contribuiu para uma modernização da produção agrícola canavieira local, com o advento da produção de seus próprios engenhos e caldeiras.

Antonio Linard foi um nordestino que estudou inglês e francês para acompanhar os engenheiros que vinham da Europa trabalhar na montagem dos engenhos de ferro no Cariri, localizado a aproximadamente 500 quilômetros ao sul da capital Fortaleza.

O descendente de franceses passou a construir e comercializar os seus próprios maquinários em meio a uma seca severa registrada no sertão cearense e a qualidade de seus produtos, aliado a um preço competitivo em relação aos importados, consolidou uma marca que expandiu a sua comercialização para além dos limites da Chapada do Araripe.

Ao final de nosso recorte, em 1976, a Usina Manoel Costa Filho, única na região Sul do Ceará a beneficiar a cana-de-açúcar em um processo industrial moderno e em larga escala, entrou em atividade no município de Barbalha e o seu convívio com as pequenas unidades produtivas reproduziu as mesmas relações de monopólio e concentração fundiária experimentada por outras regiões e testemunhado pelas ruínas dos seus banguês de “fogo morto”⁵¹. Neste interim funcionaram concomitantemente engenhos de madeira, também conhecidos como trapiches, com suas pequenas moendas movidas à tração animal e/ou força hidráulica, e os engenhos de ferro, que representavam uma gradativa transição para a mecanização e a substituição de sua força motriz pelo motor a vapor.

Em função de uma série de peculiaridades locais, a perspectiva proposta é a de analisar o Cariri cearense e a Chapada do Araripe a partir do conceito de paisagem cultural ao contemplarmos as suas

| 5 | Expressão utilizada no universo dos engenhos para se referir às unidades produtivas que encerraram os seus trabalhos diante da concorrência com as usinas modernas e sua produção em larga escala a partir de um complexo sistema industrial, que envolveria novas máquinas (refinarias e turbinas) e profissionais especializados (químicos e engenheiros).

especificidades geomorfológicas, ambientais e de bens culturais e ao reconhecermos o seu valor excepcional, a partir da análise do seu espaço natural e de sua história, memória e identidade.

A categoria paisagem cultural foi criada na década de 1990 pela UNESCO durante o processo de inscrições de bens culturais e naturais na Lista do Patrimônio Mundial. A chancela foi criada no Brasil em 2009, a partir da Portaria nº 127 do IPHAN. De acordo com o seu artigo primeiro: “Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”.

Sua característica fundamental é a ocorrência, em fração territorial, do convívio singular entre a natureza, os espaços construídos e ocupados, os modos de produção e as atividades culturais e sociais, numa relação complementar entre si, capaz de estabelecer uma identidade que não possa ser conferida por qualquer um deles isoladamente.¹⁶¹

Em 11 de novembro de 2019 foi criado o Comitê Consultivo Intersetorial da Chapada do Araripe, com o objetivo de promover a sua candidatura como patrimônio cultural e natural da humanidade pela UNESCO. O Comitê foi criado após o Seminário Internacional realizado em agosto do mesmo ano nos municípios de Juazeiro do Norte,

| 6 | Característica fundamental da categoria “paisagem cultural” de acordo com Luiz Fernando de Almeida, Presidente do IPHAN. In: RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem cultural e patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN/ COPEDOC. 2007. p. 7.

Crato e Nova Olinda e contou com a parceria das respectivas Prefeituras, Governo do Estado, SESC, Fundação Casa Grande, UFCA, URCA, Geopark Araripe e Organizações Não Governamentais locais.

| 7 | Disponibilizada em: www.araripepatrimonio.com.br. Acessado em 14 jun. 2020.

A Declaração de Compromisso da Chapada do Araripe⁷, carta elaborada ao final do Seminário, apresentou como premissa para a gestão e salvaguarda do patrimônio aspectos como “Manutenção e disponibilização das informações e acervos sobre o patrimônio para acesso da população”; “Realização, promoção e fomento das ações educativas e a articulação das áreas de patrimônio cultural, meio ambiente e turismo dentre outros campos da ação pública”, de modo a “Fomentar o reconhecimento da importância da preservação do patrimônio cultural”.

Como objetivos, sugeriu “Criar canais de interlocução com a sociedade e com os setores públicos responsáveis pelo patrimônio”; “Aperfeiçoar as ações focadas nas expressões culturais locais e territoriais, contribuindo para a construção de mecanismos de apoio junto às comunidades, aos profissionais e gestores da área, às associações civis, às entidades de classe, às instituições de ensino e aos setores públicos, para uma melhor compreensão das realidades locais”, como forma de “Fomentar a apropriação, manutenção e valorização da identidade e dos aspectos históricos, culturais, artísticos e naturais locais, territoriais, regionais, nacionais, e internacionais, em prol do desenvolvimento sustentável e da melhoria da qualidade de vida”.

Dentre as estratégias propostas, destacamos o “Mapeamento dos investimentos e políticas de fomento consonantes com as noções ampliadas de patrimônio, museologia social, educação dialógica, arte e cultura no Sistema Nacional de Patrimônio”; “Educação patrimonial como tema transversal e interdisciplinar”; “Garantia da manutenção do conceito gerador para o fortalecimento da identidade do projeto Casas do Patrimônio” e “Articulação com instituições de ensino e pesquisa, a partir de programas de colaboração técnica e convênios”.

A Área de Proteção Ambiental da Chapada do Araripe (destacada em verde na imagem 1) teve o seu primeiro marco regulatório com a criação do Decreto-Lei Nº 9.226, de 2 de maio de 1946, que criou a Floresta Nacional do Araripe-Apodi. Já a Microrregião do Cariri (destacada em vermelho na imagem 1) pode ser interpretada como uma construção identitária, desde as narrativas dos relatos de viajantes do século XIX até as políticas administrativas atuais praticadas pelos governos municipais, estadual e federal.

No Cariri, o surgimento dos primeiros engenhos e alambiques que utilizavam como matéria-prima a cana-de-açúcar para a fabricação de rapadura e aguardente data da segunda metade do século XVIII. De acordo com a pesquisa de inventários feita por Antônio José de Oliveira, a presença destas unidades de produção familiar proporcionou a ocupação e a organização do território com base na cultura canavieira:

As primeiras reduções indígenas possibilitaram a realização dos principais objetivos da empresa colonizadora. Uma vez encurralados e “doutrinados” os índios pelos Capuchinhos, ficou fácil aos colonos se apossarem das melhores terras nos Cariris Novos. Por toda a segunda metade do século XVIII, intensificou-se o processo de organização do projeto colonizador; as freguesias ganhavam aos poucos as primeiras plantações de cana e os primeiros engenhos de rapadura.¹⁸¹

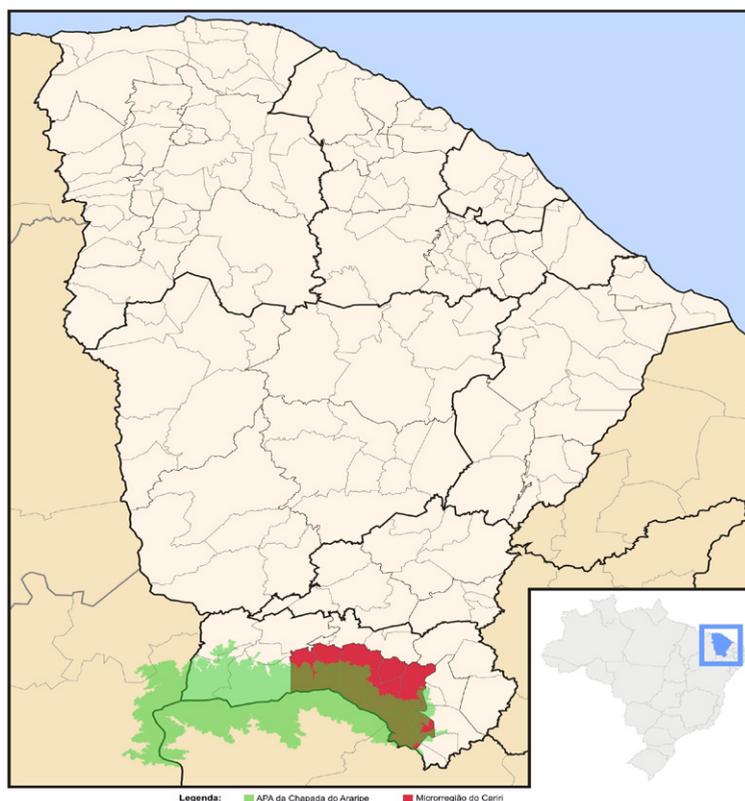
| 8 | OLIVEIRA, Antônio José de. *Engenhos de rapadura do Cariri: trabalho e cotidiano (1790-1850)*. 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. p. 26.

Oliveira nos diz ainda que:

| 9 | *Ibidem*, p. 16.

A circulação da rapadura e de outros produtos nas principais feiras da região proporcionava grande lucratividade. Nesse espaço de livres transações comerciais se estruturou uma realidade cultural galgada no intercâmbio sociocultural entre diversos comportamentos de diversas categorias sociais. Organizada basicamente através da produção da rapadura, firmou-se uma sociedade bastante diferente da sociedade açucareira do litoral.¹⁹¹

Um dos maiores engenhos que já esteve em funcionamento na região do Cariri foi o Tupinambá, localizado no município de Barbalha. Este exemplar diferenciou-se de outros engenhos da região pela peculiaridade arquitetônica evidenciada em um edifício que conjugava casa grande e engenho, um caso raro que demonstra a proximidade com que conviavam os trabalhadores das fornalhas e o senhorio.



| 10 | SILVA,
Leandro Maciel.
O Cariri natural:
apontamentos
sobre a identidade
caririense. In: XV
Encontro Estadual
de História
“1964-2014:
Memórias,
Testemunhos e
Estado”, 2014,
Florianópolis.
Anais...
Florianópolis:
UFSC, 2014. p
1-7. p.3.

Imagem 1 - A Chapada do Araripe e o Cariri Cearense . Fonte: www.docplayer.com.br. Acessado em 31 mai. 2020¹⁰¹

A grandiosidade do Tupinambá é representada pela trajetória de um engenho que iniciou suas atividades em meados do século XIX e as encerrou no início da década de 80 do século passado. As suas ruínas remetem ao período áureo da economia canavieira da região, sustentada por décadas com o comércio das cargas de rapadura.

Em meio ao mosaico cultural que o Cariri cearense representa, trazemos uma reflexão de Maria Yacê Carleial que nos apresenta questões relativas às atribuições de valor a um bem cultural. A

partir da perspectiva de que o Engenho Tupinambá está inserido na Paisagem Cultural da Chapada do Araripe, entendemos que a cultura material produzida no universo da agricultura canavieira é fonte para várias áreas do conhecimento humano, fornecendo elementos, em nosso caso, para abordagens da História, da Arqueologia e da Museologia.

Neste sentido, o Tupinambá é visto prioritariamente como marco material de um período de prosperidade do município e da região. Ao ser interpretado como um símbolo da cidade, tornou-se um patrimônio a ser restaurado e cristalizado como monumento. Sua arquitetura senhorial se coaduna à memória oficial em construção. Que uso será dado ao monumento? Que significados lhe serão atribuídos? Certamente, sentidos diferentes das concepções de origem.¹¹¹

O nosso estudo termina justamente quando se iniciam as transformações trazidas pela instalação do PROÁLCOOL na região. A agroindústria cearense vislumbrou, em meados da década de 1970, um momento favorável ao crescimento econômico no contexto mundial de crise energética que se desenvolveu desde o final do ano de 1973. A oportunidade se deu pelo fato de o Brasil, no ano de 1975, ter criado o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), viabilizando projetos que apresentassem alternativas energéticas ao uso

| 11 | SÁ, Maria Yacê Carleial Feijó de. *Os homens que faziam o Tupinambá moer: experiência e trabalho em engenhos de rapadura no Cariri* (1945-1980). 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. p. 302.

do petróleo. A principal razão do novo programa, estabelecido pelo Decreto no. 76.593, era “salvar” a agroindústria canavieira e ampliar o mercado da indústria mecânica pesada, que já trabalhava com capacidade ociosa¹²l.

Maria Socorro Brito afirmou que durante este período uma série de facilidades foram criadas em decorrência do novo programa energético nacional, como investimentos financeiros a juros subsidiados e que:

Valendo-se do aparato institucional permitido pelo PROÁLCOOL, um grupo empresarial pernambucano, tradicionalmente ligado à indústria do açúcar e do álcool, conseguiu, em 1975, junto à Comissão Nacional do Álcool, através do IAA, aprovação para instalar na área programa “microrregião homogênea do Cariri”, uma usina de açúcar com destilaria anexa – Usina Manuel Costa Filho (Companhia Açucareira Vale do Salamanca – AÇUSA)¹³l.

De acordo com Gadiel Perruci, em seu trabalho a respeito dos Engenhos Centrais no Estado de Pernambuco, toda usina tende a buscar a sua autonomia em relação à obtenção de matéria-prima para o seu funcionamento. Perruci observou ainda que a tendência dos grandes engenhos foi a da transformação em usina para adequar-se à concorrência.

No Ceará, o modelo agroindustrial representado pela usina contrastou com a pequena unidade produtiva dos engenhos de rapadura da região, e

| 12 | ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 236.

| 13 | BRITO, Maria Socorro. *Mudanças na organização do espaço: o novo e o velho Cariri canavieiro cearense*. Fortaleza: IOCE, 1985. p. 17.

desencadeou mudanças no espaço e nas relações sociais, mas apesar da redução do número de produtores isso não significou o desaparecimento completo dessas pequenas unidades e da categoria de trabalhadores a ela vinculados.

Outro aspecto a ser considerado é que a produção de rapadura na região sul do Ceará conviveu com mudanças a partir da modernização da malha rodoviária do Nordeste, em meados do século XX, quando foram criadas rotas de escoamento da produção das usinas de açúcar do estado de Pernambuco. Apesar destas transformações, a produção regional nunca deixou de existir e, mesmo durante os períodos de crise enfrentados pela agricultura canieira, alguns donos de engenho mantiveram a sua produção.

Sobre a interdisciplinaridade desta pesquisa

A identificação com a Linha de Pesquisa “Patrimônio, Ensino de História e Historiografia” aponta para o campo de estudos das Referências Culturais, entendendo-se que o conjunto que forma o patrimônio cultural de uma sociedade é constituído por bens que fazem referência e agregam identidade à memória de diferentes grupos, sejam esses bens artísticos, históricos, arqueológicos ou etnográficos.

Neste sentido, o objetivo é dialogar com a arqueologia histórica em busca de informações a respeito da cultura material dos engenhos e usinas a partir das ruínas das edificações e dos diferentes

maquinários. Tanto a arquitetura do casario e das fábricas quanto os modelos das máquinas contêm uma grande quantidade de informações que, trabalhadas pelo historiador, podem auxiliar nos levantamentos que precisam ser elaborados durante os trabalhos de diagnóstico e resgate arqueológico. Ao mesmo tempo, estas pesquisas trazem um conjunto de dados que interessam ao historiador.

A arquitetura vernacular dos engenhos pode ser considerada uma expressão cultural por seu valor artístico e histórico, impregnada de significados sociais representados por suas diferentes técnicas construtivas. Os sítios arqueológicos históricos registrados em território nacional testemunham os diversos períodos e processos do povoamento e conformação territorial do país, como estruturas de mineração, vestígios de antigos arraiais, estruturas de fazendas de criação de gado, ruínas de edificações civis, religiosas e militares, antigos caminhos usados para circulação no período colonial e imperial, remanescentes materiais de antigos quilombos e ruínas de engenhos.

A cultura material das ruínas de engenhos e usinas evidenciada durante os trabalhos de diagnóstico, prospecção e resgate arqueológico no Brasil faz referência a um período de evolução do sistema capitalista mundial com seus reflexos observados nas mudanças nas relações de trabalho no campo.

Ao propormos uma abordagem do ponto de vista social e cultural, trazemos a discussão acerca do valor documental do patrimônio industrial e,

igualmente, da necessidade de preservação e de conservação desses vestígios, como a referida por Warren Dean no contexto da arqueologia histórica:

O processo histórico da industrialização do Brasil pode ser mais esclarecido pelo estudo dos remanescentes das primeiras fábricas e máquinas. A instalação não deve ser negligenciada como fonte de informação; em alguns casos, nada mais resta. Em muitos casos a presença da fábrica sugere novos pontos de vista não discerníveis através do exame de relatórios ou de correspondência relacionada há tempos em arquivos estatais ou em sede de associações comerciais. A fábrica e seus arredores têm condições para proporcionar documentação adicional, material esse nunca colecionado pelo governo.¹⁴

| 14 | DEAN, Warren. *A fábrica São Luiz de Itu: um estudo de arqueologia industrial*. In: Anais de História. Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis. Assis: Universidade Estadual Paulista, 1977. p.9.

O modelo de modernização dos processos de produção não representou apenas o alinhamento com a revolução industrial, mas também profundas mudanças nas relações sociais, quando pequenas unidades produtivas passaram a conviver com empresários apoiados no modelo agroindustrial dos engenhos centrais e usinas. Esse contexto nos levou a questionar se a região do Cariri cearense reproduziu as mesmas mudanças observadas no campo tecnológico vivenciadas em outras regiões do país onde a cultura canavieira esteve presente.

A pesquisa historiográfica neste caso teve como desafio considerar como fontes as ruínas de edificações, os diversos materiais utilizados em suas construções, os diferentes processos de fabricação e

o seu aparato material, sem esquecer que máquinas modernas conviveram com equipamentos rústicos e que a análise isolada destes vestígios não é suficiente para que se possa estabelecer uma cronologia da técnica e dos seus mecanismos.

Neste caso é plausível uma discussão que considere os resquícios materiais da cultura canavieira como fonte histórica para um estudo que envolve tanto a análise das diferentes espécies de máquinas utilizadas nos processos de moenda da cana-de-açúcar, quanto os diferentes exemplares de uma arquitetura que assume características particulares ao longo da Chapada do Araripe.

A metodologia desta pesquisa consiste em estabelecer um diálogo entre os estudos de arqueologia histórica, os levantamentos arquitetônicos dos diferentes tipos de construções de engenhos, a pesquisa bibliográfica e arquivística e os atuais debates a respeito da musealização do patrimônio arqueológico e industrial no Brasil.

O conceito de patrimônio arqueológico pode ser entendido aqui como o conjunto de culturas materiais que fazem referência ao passado da humanidade. Esses bens foram produzidos, construídos e utilizados por grupos humanos no passado. A arqueologia, ao dispor de procedimentos, técnicas e metodologias próprias é a ciência responsável pela interpretação dos vestígios (objetos ou restos de estruturas) e formulação de hipóteses a respeito dos seus usos e significados.

Desta forma a arqueologia divide o seu campo de pesquisa em “arqueologia pré-histórica”, relativo aos sítios com materiais que fazem referência ao período pré-contato com os povos europeus e “arqueologia histórica”, em que os vestígios se tornam testemunhos do processo colonizador. De acordo com Rosana Najjar:

| 15 | NAJJAR, Rosana. *Arqueologia histórica: manual*. Brasília: IPHAN, 2005. p. 17.

Os estudos em arqueologia histórica mostram o caráter multidisciplinar da arqueologia como disciplina científica. O diálogo com outras áreas do conhecimento como a história, a arquitetura e a antropologia, tem sido fundamental. A multiplicidade de informações relativas aos sítios históricos implica a necessidade do olhar de cada uma dessas áreas. Artefatos, documentos escritos, informação oral e a própria arquitetura podem informar-nos sobre as relações entre os ocupantes desses sítios e como eles se relacionavam com a sociedade¹⁵.

Os levantamentos a respeito do patrimônio arquitetônico, como os executados pelas secretarias estaduais e municipais de meio ambiente, patrimônio histórico, artístico e de cultura nos ofereceram um vasto material relacionado à caracterização de construções vernaculares de engenhos. Outros relatórios relativos aos trabalhos de arqueologia de resgate foram encontrados no Departamento de Arqueologia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico e Nacional – IPHAN, mais especificamente na Superintendência Regional do Ceará.

Durante pesquisa realizada no Maritime Archives & Library do Marseyside Maritime Museum, parte integrante do National Museums da Inglaterra, em Liverpool, em agosto de 2010, tivemos acesso aos arquivos referentes à Companhia Fawcett & Preston Engineering Co. LTD. Os catálogos descrevem todo o maquinário comercializado pela empresa desde 1862. A companhia foi fundada em 1758 por George Perry e se consolidou como uma das mais importantes fabricantes de máquinas e peças para a indústria açucareira, exportando os seus equipamentos para os principais produtores de açúcar até ser adquirida pela Expament International PLC em 1986.

Este levantamento foi um primeiro passo em busca de fontes que pudessem auxiliar na identificação de resquícios materiais de máquinas utilizadas nos processos de fabricação de açúcar no Brasil. Estes vestígios remetem ao momento histórico compreendido como transitório para o regime político republicano e podem ser considerados exemplares do nosso patrimônio industrial. Nesse sentido é importante compreendermos que a cultura dos engenhos de hoje possui relação com os primeiros engenhos que foram instalados e que as mudanças de ordem tecnológica demonstram um processo que pode envolver a preservação de algumas técnicas e, conseqüentemente, dos seus produtos finais.

Com a proposta de identificar a influência do maquinário importado na criação das indústrias locais analisamos o caso do fundador da indústria

Linard, localizada em Missão Velha, no Cariri cearense. Conhecido como “Mestre Antônio Linard”, nasceu em 1904 e fundou na década de 1930 a primeira oficina para produção, assistência e manutenção de engenhos da região. A empresa hoje denominada “Antonio Linard Máquinas Agrícolas e Indústria Ltda.” se mantém no mercado produzindo equipamentos para diferentes indústrias. Para o período que propomos analisar, a comercialização das moendas e caldeiras Linard representou o acesso à modernidade para centenas de donos de engenhos que não poderiam adquirir o maquinário estrangeiro.

Afinal, a proposta de uma abordagem interdisciplinar para essa pesquisa se apoia, sobretudo, nos desafios que o conceito de “patrimônio industrial”¹⁶ traz para os pesquisadores estudiosos desse tema. Sendo este um campo novo de investigação, um olhar marcado por esse interesse exige uma abordagem que possa se favorecer de elementos trazidos por arqueólogos, antropólogos, museólogos e por outros campos do saber, e em que o historiador possa ser inserido como mais uma possibilidade de diálogo.

A cultura material canavieira integrada à paisagem da Chapada do Araripe

A compreensão da paisagem cultural da Chapada do Araripe a partir de uma abordagem enquanto historiador demandou um longo período de aproximação e distanciamento. A minha primeira

| 16 | Para o tema do patrimônio industrial, ver referências em KÜHL, Beatriz Mugayar. Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008 e KUHL, Beatriz Mugayar. Patrimônio industrial: algumas questões em aberto. Arq.urb Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n. 3, p. on line, 2010. Disponível em: www.usjt.br.

incursão no território ocorreu em 2005, como pesquisador, durante um mapeamento realizado pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. Na época pude conhecer a diversidade do patrimônio imaterial e a opulência arquitetônica dos seus centros urbanos.

Em 2006 retornei ao Cariri na condição de assistente de pesquisa arqueológica, durante a etapa de monitoramento de uma linha de transmissão de energia da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). Ao acompanhar a prospecção, escavação e resgate em diversos sítios, pude perceber quão antiga era a ocupação humana na região.

No ano seguinte, durante a minha especialização em Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tive o primeiro contato com os engenhos de rapadura remanescentes em Barbalha e despertei para a riqueza da temática relacionada à cultura canavieira.

Em 2009 fui contratado por um escritório de arquitetura responsável por executar o restauro de um imóvel localizado no Sítio Fundão, no município do Crato. Realizei a pesquisa histórica que subsidiou o plano museológico do que viria a se tornar o Parque Estadual Sítio Fundão e novamente me intriguei com a presença das ruínas de um engenho nos limites da propriedade.

Em 2010 tive a oportunidade de retornar ao Cariri durante o mestrado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Com o financiamento de uma bolsa de pesquisa da CAPES no Projeto “Patrimônios – Conexões Históricas”, integrante do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica – PROCAD, participei de um intercâmbio acadêmico junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Naquela ocasião conheci as dependências da indústria Linard, mas somente dez anos depois pude aprofundar a minha pesquisa a respeito da vida e da obra do industrial Antonio Linard. Infelizmente, ao final de 2019, um incêndio tomou conta do arquivo da empresa e algumas das fotografias, mapas e documentos apresentados nesta tese juntam-se aos poucos resquícios de sua memória.

Hoje, ao contemplar o Cariri cearense e a Chapada do Araripe, compartilho da análise de Claudia Rodrigues-Carvalho no prefácio da obra *Arqueologia na paisagem*, ao pressupor que para as sociedades humanas toda paisagem é cultural e que “Na construção do espaço social, na determinação de usos e funções do território, no estabelecimento e nos tipos de edificações, é possível inferir o emaranhado de significados e relações sociais e suas transformações através do tempo”¹⁷.

Ao observarmos a cultura material canavieira da região, entre as décadas de 1930 e 1970, compartilhamos da compreensão de Beatriz Kühl sobre a importância do inventário dos bens culturais do patrimônio industrial e de que “Esses testemunhos não são “obra de arte”, mas o fato do valor documental ser o predominante para a preservação não invalida os princípios

| 17 | MACEDO, Jackeline de; ANDRADE, Rubens de; TERRA, Carlos (Orgs). *Arqueologia na paisagem: novos valores, dilemas e instrumentais*. Rio de Janeiro: Rio Book's, 2012. p. 7.

da restauração, uma vez que essas obras possuem imagem figurada”¹⁸. A questão da preservação do patrimônio industrial do Cariri precisa necessariamente considerar o valor documental de suas ruínas e vestígios de maquinários e é compatível com a proposta de proteção legal presente na Carta de Nizhny, do “The Internacional Comitee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH)”, comitê internacional do qual o Brasil é filiado desde 2004 e conta com o “Comitê Brasileiro para a Conservação do Patrimônio Industrial (TICCIH – Brasil).

O patrimônio industrial deve ser considerado como uma parte integrante do patrimônio cultural em geral. Contudo, a sua proteção legal deve ter em consideração a sua natureza específica. Ela deve ser capaz de proteger as fábricas e as suas máquinas, os seus elementos subterrâneos e as suas estruturas no solo, os complexos e os conjuntos de edifícios, assim como as ruínas, devem ser protegidas, tanto pelo seu potencial arqueológico como por seu valor ecológico¹⁹.

Em nosso estudo consideramos paisagem cultural enquanto um conceito a ser utilizado na identificação e preservação do patrimônio cultural e o compreendemos como “conjunto espacial composto de elementos materiais construídos associados a determinadas morfologias e dinâmicas naturais, formas estas que se vinculam a conteúdos e significados dados socialmente”²⁰.

A primeira parte desta tese, intitulada “Dos Engenhos à Usina”, apresenta uma perspectiva histórica da transição das unidades produtivas

| 18 | KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008, p. 50.

| 19 | *Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial (2003)*. Disponível em: www.ticcihbrasil.com.br Acessado em 01 set. 2020.

| 20 | SCIFONI, Simone. *Paisagem cultural*. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

familiares para a agroindústria canavieira, com o seu primeiro capítulo contextualizando a região e denominado “O Cariri e a Chapada do Araripe”. Nele apresentamos as características socioeconômicas e aspectos da colonização, além de abordar a cultura canavieira em estreita relação com as tradições populares.

O segundo capítulo, “Modernização ao sul do Ceará”, traz elementos que apresentam a primeira fase da industrialização na região, com a chegada da ferrovia ao Cariri cearense, o advento da energia elétrica e a modernização dos processos produtivos até a chegada da primeira usina de açúcar.

A segunda parte da tese, “Cultura Material Canavieira”, contempla o diálogo com uma perspectiva arqueológica, com o capítulo “Vestígios para uma Arqueologia Histórica” exibindo a cultura material canavieira a partir de documentos e imagens que retratam a história do Engenho Tupinambá, a influência dos equipamentos ingleses na concepção dos maquinários da Indústria Linard, o início da eletrificação na região - no caso da Usina Hidrelétrica do Crato - e o restauro do “Engenho Velho” em Barbalha em um contexto das pesquisas arqueológicas associadas ao registro do patrimônio imaterial da “Festa do Pau da Bandeira”.

Ao mapearmos as pesquisas relacionadas à arqueologia, trazemos o trabalho realizado pelo professor Marcos Albuquerque da Universidade Federal de Pernambuco a respeito do Engenho Alagadiço Novo, localizado na Casa de José de Alencar em Fortaleza e a sua contribuição para a história

da industrialização cearense. Esta foi a primeira escavação arqueológica no Ceará que teve como objeto de análise um engenho. Já no Cariri, abordamos o estudo realizado pela arqueóloga Rosiane Limaverde durante o resgate arqueológico do “Engenho Velho”, localizado no Sítio São Joaquim em Barbalha e a importância dos vestígios prospectados para uma compreensão das tradições culturais da região associadas ao universo canavieiro.

No capítulo “Patrimônio Industrial do Cariri” apresentamos a trajetória do industrial sertanejo Antonio Linard, o início do seu ofício como aprendiz de reparo de máquinas vindas da Inglaterra, a aquisição do primeiro torno mecânico, a produção do que ele julgava ser primeiro motor a vapor brasileiro e o desafio de perseverar enquanto industrial no interior do Nordeste.

A terceira parte é denominada “Das Ruínas aos Lugares de Memória” e destaca ao longo do capítulo “O Engenho de Cultura do Sítio Fundão”, a perspectiva ambiental, museológica e paisagística do Parque Estadual Sítio Fundão, localizado no município do Crato. Expomos as ações de mobilização para a proteção do local, a sua inserção nos limites do Geopark Araripe e a memória dos antigos moradores em diálogo com os vestígios da cultura material do sítio transformado em espaço cultural.

O último capítulo, “A Chapada do Araripe enquanto Paisagem Cultural”, costura todos os elementos apresentados ao longo da tese para compreender o Cariri cearense enquanto uma construção

humana que pode ser contemplada a partir de um mosaico cultural com constantes referências ao universo dos engenhos de cana-de-açúcar.



Dos Engenhos à Usina



O Cariri e a Chapada do Araripe

O Ceará é quase todo sertão. Mais que qualquer outro Estado do Nordeste, seu território é dominado amplamente por terrenos cristalinos e sedimentares, solos duros e pedregosos, onde brota uma vegetação baixa, rala e espinhenta, agressiva ao extremo. Seu clima é semiárido, com uma estação chuvosa concentrada em temporada curta e incerta. Sujeito a secas periódicas, o sol é seu senhor. Um sol inclemente e absoluto, presente todo o ano, que pouco conhece obstáculos ou dá tréguas. (BARROSO, Oswald. Ceará mestiço. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019. p. 15.)

A chegada de famintos ao Cariri não seria novidade nesta seca em particular [1932], mas, a ligação férrea e o estabelecimento pelo governo de um Campo de Concentração para “abrigar os flagelados, dariam aspectos peculiares à esta calamidade. O Campo de Burity, a aproximadamente três léguas de distância do Tupinambá, chegou a ter 56.008 pessoas confinadas em pouco espaço, a sofrer doenças, fome, castigos e vigilância constante. Parte desta população não viera de muito longe: muitos fazendeiros

caririenses tendo perdido culturas e criações, dispensavam seus trabalhadores e moradores, que desamparados, acabavam no Campo. Segundo a tradição, tal exílio não se fez necessário aos moradores do Tupinambá, que continuaram em suas casas. (SÁ, Maria Yacê Carleial Feijó de. Os homens que faziam o Tupinambá moer: experiência e trabalho em engenhos de rapadura no Cariri (1945-1980). 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. p. 79-80.)

| 21 | VIEIRA apud FIGUEIREDO FILHO, José de. Engenhos de rapadura do Cariri. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1958. p. 7.

O Cariri cearense é conhecido como o “Oásis do Sertão”, pois propicia a formação de ecossistemas como o brejo e o pé-de-serra, considerados como áreas ideais para o cultivo da cana-de-açúcar, e com isso conferindo à região semelhanças com a Zona da Mata pernambucana ou com os brejos paraibanos. José Anastácio Vieira, na apresentação da obra *Engenhos de Rapadura do Cariri*, relembra a diferença entre o Cariri Paraibano e o Cariri localizado aos pés da Chapada do Araripe:

Há no Nordeste, duas regiões distintas que recebem a denominação de Cariri. Chamavam-nas os antigos, para distingui-las bem, de Cariris Velhos, a que fica na Paraíba, e de Cariris Novos, a que se encrava no sul do Ceará. A primeira é das zonas mais secas do sertão paraibano, a outra situa-se justamente na parte mais fértil da terra cearense. Vieram tais nomes do grupo de índios cariris, cujos remanescentes perduram em alguns pontos do Nordeste²¹.

Localizado no extremo sul do Estado, é marcado pela presença da Bacia Sedimentar do Araripe, conhecida por ser um importante depósito fossilífero formado há 120 milhões de anos e que se estende para os estados da Paraíba, Pernambuco e Piauí, com o os quais o Ceará faz fronteira, perfazendo um total de 5.025,6 Km².

A Região Metropolitana do Cariri (RMC), antigamente denominada de CRAJUBAR por congregar as iniciais dos municípios-polo do Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, possui uma população de 601.817 habitantes, número estimado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2017. De acordo com o Banco do Nordeste, a região do Cariri abrange 33 municípios encravados ao longo da fronteira com Pernambuco, até os limites do Piauí e da Paraíba, pelo prolongamento da Chapada do Araripe^{|22|}. Esta divisão, a qual utilizaremos no presente trabalho, compreende os seguintes municípios, distribuídos em cinco microrregiões:

a) Sertão do Salgado: Baixio, Cedro, Ipaumirim, Lavras da Mangabeira, Umari;

b) Serra de Caririaçu: Altaneira, Antonina do Norte, Assaré, Caririaçu, Farias Brito, Granjeiro, Tarrafas e Várzea Alegre;

c) Sertão do Cariri: Abaiara, Aurora, Barro, Brejo Santo, Jati, Mauriti, Milagres, Penaforte e Porteiras;

d) Chapada do Araripe: Araripe, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi, Salitre e Santana do Cariri;

|22| MONTEIRO, Ângela Maria Cunha; SANTOS JUNIOR, José Neiva (Coord.). *Estudo da competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar na região do Cariri*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001. p. 14.

e) Cariri: Barbalha, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte e Missão Velha.

| 23 | BARROSO, Oswald. Ceará mestiço. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019. p. 63-64.

Localizado na confluência dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Piauí, o Cariri-Araripe guarda equidistância das principais capitais da região e beneficia-se por um ecossistema formado pela chapada do Araripe e vales úmidos, em meio ao sertão semiárido. A rica biodiversidade de seu meio ambiente, a presença de numerosas fontes naturais que se abrem sobre os vales, as notáveis reservas florestais e paleontológicas encontradas na chapada, enfim, sua natureza privilegiada faz o Cariri-Araripe parecer um oásis e inspirar visões de um paraíso terreal, em pleno coração do Nordeste²³.

O Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda veiculou em 1942 uma publicação intitulada Município de Crato, que apresentava o diverso universo socioeconômico de um dos polos do sul do Estado. Com uma população estimada em 40.453 habitantes à época, são apresentados aspectos físicos do Cariri cearense a partir da onipresença da Serra do Araripe, de modo a ressaltar aspectos econômicos, a situação cultural e a administração municipal. Em sua introdução, apontava que:

Do Araripe jorram, perenemente, mais de 50 fontes, sendo as águas aproveitadas na irrigação das terras cultivadas e no fornecimento de luz à cidade. As águas da nascente do Rio Batateiras, com uma capacidade de vazão de 240 litros por

segundo, foram represadas e aproveitadas para a instalação da possante Usina Hidro-Eletrica. As ubérrimas bacias dos rios Carás e Batateiras são as principais bacias do município do Crato.

Facilitando a comunicação permanente com outros centros comerciais e outros parques industriais, o município do Crato está ligado à Fortaleza por uma ferrovia e uma rodovia de 599 e 563 quilômetros, respectivamente e a várias localidades dos Estados vizinhos de Pernambuco, Paraíba e Piauí, por inúmeras estradas carroçáveis, onde é intenso o movimento de automóveis, ônibus e caminhões. A Estação da R.V.C., no Crato, arrecadou no ano de 1941 a importância de 1.419:129\$600.

A agricultura é, sem nenhuma dúvida, a maior fonte de riqueza do município do Crato, para isto contribuindo em grande parte a sua situação geográfica. As terras que ficam localizadas no sopé do Araripe – donde jorram perenemente inúmeras fontes d'água que são aproveitadas na irrigação das terras cultivadas beneficiando, assim, a população rural – são fertilíssimas, mesmo nos momentos mais agudos das secas. A agricultura, nestes últimos tempos, particularmente no município do Crato, tomou um grande incremento e os velhos processos de cultura da foice e da enxada cedem lugar às modernas maquinarias. A mandioca, a cana de açúcar, o algodão, o milho, a mamona e o próprio pequi, são cultivados em grande escala. Só a Estação da R.V.C., no período de 1941, despachou 8.421.116 quilos de mamona, 529.613 quilos de algodão em pluma e 266.040 quilos de caroço de algodão²⁴l.

| 24 | GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Município de Crato. Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – 1942. Sem página.

Manuel Correia de Andrade, em seu livro *Modernização e Pobreza*, assim descreveu as condições naturais da região sul do Ceará:

No Vale do Cariri, a cana pode se expandir nas porções mais baixas, nos brejos e nos pés de serra, porque ele fica situado ao norte da Chapada do Araripe, que tem a sua estratificação formada por camadas de rochas sedimentares inclinadas para o norte. A água que se infiltra na chapada desce até encontrar camadas de rochas impermeáveis e escoar em direção ao Vale do Cariri, que corre paralelamente ao norte da chapada em direção ao Rio Salgado, afluente do Jaguaribe. Nas serras, ela se desenvolve devido à temperatura mais baixa decorrente da altitude e da forte condensação do vapor d'água em contato com o solo, além das chuvas de conversão.¹²⁵

O autor afirmava que a configuração climática e geográfica observada no Vale do Cariri é privilegiada em comparação com a realidade que se apresenta nas regiões vizinhas, como o Sertão Central, onde é possível observar, durante os cíclicos períodos de seca, o flagelo da população e os consequentes processos de migração.

Ao abordar a bonança do fértil vale, José de Figueiredo Filho, em sua obra *Engenhos de rapadura do Cariri*, atenta para as construções identitárias dos habitantes da região:

| 25 | ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 115.

Não fica satisfeito o caririense quando alguém o chama de sertanejo, o seu Cariri de sertão. Não toma a palavra sertão em seu sentido mais amplo, na acepção de zona do interior, afastada da faixa litorânea. O Cariri, do Ceará, é uma espécie de zona da mata pernambucana, ou dos brejos da Paraíba. É o verdadeiro oásis cearense como muitos o denominam. É uma ilha verdejante cercada da zona sertaneja criadora. No tempo de estiagem é que o contraste da natureza se torna bem flagrante. Dos pés de serra do Araripe brotam dezenas e dezenas de fontes perenes que derramam a fertilidade na região. As quedas pluviométricas, graças também à proteção carinhosa do Araripe, são das melhores do Nordeste. Mas, há zonas de serra e outras mais baixas, sem água regadia, férteis também, mas, que não se prestam à lavoura canavieira. São utilizadas noutras culturas, completando assim a riqueza agrícola da terra²⁶.

| 26 | FIGUEIREDO FILHO, José de. Engenheiros de rapadura do Cariri. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1958. p.21.

| 27 | CAPELO FILHO, José. *Arquitetura ferroviária no Ceará: registro gráfico e iconográfico*. Fortaleza: Edições UFC, 2010. p. 153.

O município do Crato foi assim designado em referência ao Vilarejo de Alentejo, em Portugal. A sua toponímica pode variar de Missão do Miranda à Cariris Novos ou Vila Real. A sua colonização remete à segunda metade do século XVIII, com o estabelecimento de missionários na região dos Índios Kiriris, sob a direção do padre Luiz Vicenzio Mamiani²⁷ e o seu núcleo de primeiros colonizadores, que foi formado por agentes da Casa da Torre da Bahia.

Os primeiros colonos que se fixaram aos pés da Serra do Araripe no século XVIII encontraram um local propício à fixação depois de atravessar o sertão. O cultivo de cana foi favorecido,

já que a terra era boa e chovia em abundância. E nem mesmo as grandes secas registradas entre a segunda metade do século XIX e início da segunda metade do século XX foram suficientes para modificar essa paisagem. A imagem do Cariri como um oásis esteve presente em muitas narrativas sobre a região, como nesta matéria da Revista Veja, publicada em 1976:

| 28 | O FÉRTIL
Cariri. Revista
Veja, São Paulo, 10
mar.1976. p. 92.

A seca nunca chegou a produzir estragos consideráveis nos 7200 quilômetros quadrados de matas, pastos e lavouras do vale do Cariri, na divisa do Ceará com o Pernambuco. Ali, onde outrora vagavam os índios cariris, velhos registros garantem que espécies como a oiticica, o juazeiro e o umbu se conservaram impecavelmente frondosos durante as desastrosas estiagens de 1877, 1915, 1932 e 1958. E, ainda no início deste ano, a falta de chuvas que preocupou boa parte do sertão nordestino em nada afetou a região. O Cariri, que ocupa 6% da extensão territorial do Ceará, seria, em suma, um imenso oásis plantado no desértico interior do Nordeste. |²⁸|

Além de suas especificidades ambientais, o Cariri é reconhecido como um ponto de confluência sociocultural. Migrantes de todo o Nordeste expressam a sua fé e devoção à Mãe das Dores, padroeira de Juazeiro do Norte e, sobretudo, ao Padre Cícero Romão Batista, personagem político e religioso, cuja presença é marcante, mesmo após décadas de sua morte. A forte religiosidade dos

romeiros e dos habitantes distingue-se pela grande quantidade de comércio de produtos religiosos e pelo rico calendário de festividades, comemorado fielmente pelos devotos.

As cinco grandes romarias que acontecem no município de Juazeiro do Norte (Romaria da Mãe das Dores, Romaria de Finados, Romaria do Ciclo Natalino, Romaria de São Sebastião e Romaria das Candeias) caracterizam a cultura popular religiosa da região. Sua riqueza pode ser percebida ainda na dinâmica cultural encontrada nos brincantes de reisados, na Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, no inconfundível trabalho em couro do mestre Espedito Seleiro, na arte em madeira de Manuel Graciano, no ofício de santeiros, nas bandas cabaçais e mesmo no comércio que movimenta a região, um entreposto localizado no sertão, com rotas frequentemente vindas dos estados vizinhos.

Durante as primeiras décadas do século XX a região sul do Ceará se consolidou como destino de populações em êxodo rural. Neste período o fenômeno do misticismo, somado a uma ausência do Estado, propiciou um terreno fértil para a propagação de movimentos messiânicos.

O Caldeirão foi uma comunidade que surgiu no Cariri sob a liderança do beato José Lourenço e que foi destruída no ano de 1936 pelo governo Menezes Pimentel com o apoio da igreja e de latifundiários. José Lourenço chegou a Juazeiro do Norte em 1890 e arrendou um lote de terra no sítio Baixa Danta para trabalhar com algumas famílias de romeiros seguindo conselhos do Padre Cícero. No

ano de 1914 essas terras foram invadidas durante a Sedição de Juazeiro e por volta do ano de 1926 o beato foi acomodado com seus seguidores no Sítio Caldeirão de propriedade do Padre Cícero. O Local serviu de abrigo para os retirantes na seca de 1932 e por estar fortemente ligado à religião assemelha-se em alguns aspectos à comunidade de Canudos, na Bahia. O progresso do Caldeirão incomodou as elites da época que articularam a expulsão dos moradores pela força policial.

| 29 | Jornal
"O Povo". 20 set.
1936.

Entre 1934 e 1936 o Jornal "O Povo", em circulação no Estado do Ceará e com sucursais nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, publicou reportagens a respeito da comunidade messiânica do Caldeirão de forma a apresentar uma personagem do Beato José Lourenço caracterizado enquanto mulherengo e promíscuo e que "possuía um harem composto de 16 mulheres jovens e formosas. A sua mesa era farta e as bebidas finas não lhe faltavam."²⁹

Contrapondo esta imagem, em artigo intitulado *Objetos do Caldeirão: museu, memória e cultura material (1936-1997)*, publicado na Revista *Estudos Históricos do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas*, o historiador Francisco Régis Lopes Ramos assim descreveu o cenário:

Localizada no sul do Ceará, a irmandade do Caldeirão começou a existir em 1926 e, depois da seca de 1932, passou a ter mais de 1.000 pessoas. Eram camponeses e, ao mesmo tempo, devotos

do padre Cícero e seguidores do beato José Lourenço. Em mutirão, trabalhavam, rezavam e dividiam a produção conforme a necessidade de cada família. Depois da morte do Padre Cícero, no dia 20 de junho de 1934, houve uma mobilização da Igreja, em aliança com latifundiários e o governo do estado do Ceará, para desarticular os devotos.

Afirmava-se que, à margem da lei, crescia um núcleo semelhante a Canudos. No dia 15 de setembro de 1936, a polícia do Ceará invadiu e destruiu a irmandade. Como “troféus de guerra”, foram trazidos para Fortaleza alguns objetos: duas cruzes, um estandarte, um turíbulo, duas roupas de culto penitencial, uma espingarda, uma palmatória, uma foice, um machado e uma cadeira.³⁰

| 30 | RAMOS, Francisco Régis Lopes. *Objetos do Caldeirão: museu, memória e cultura material (1936-1997)*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 24, nº48, 366-384, jul-dez de 2011. p. 366.

As condições propícias ao plantio da cana-de-açúcar e de outros gêneros alimentícios foram fatores determinantes para a criação, no imaginário popular, do Cariri enquanto lugar de refúgio durante as secas.

Os períodos de estiagem são uma constante nos sertões cearenses e a seca de 1932 foi muito bem documentada no livro da historiadora Kênia Sousa Rios, *Campos de concentração no Ceará*. A obra abordou as remodelações das cidades a partir dos projetos de modernização e urbanização e os desafios de manter em isolamento o grande contingente de pobres flagelados pela seca que se deslocava para a capital Fortaleza. Espalhados pelo Estado do Ceará, os campos de concentração abrigaram milhares de famintos entre Quixeramobim, Senador Pompeu, Cariús e Crato:

Sobretudo depois de junho de 1932, a multidão de concentrados se multiplicava dia após dia. Os grandes terrenos, cercados ou murados, geralmente planejados para alojar de dois a cinco mil flagelados, chegaram a receber mais de 50 mil retirantes, como é o caso do Campo de Concentração do Buriti, no município do Crato. O pavor diante da multidão crescia na proporção de sua extensão. O desejo de controlar os miseráveis também trilhava o caminho dessa proporcionalidade: quanto maior o número de flagelados, mais rigorosa era a vigilância^{|31|}.

Anúncios informavam sobre outras medidas que se tornavam possíveis com a formação desses Campos. Por exemplo: no mês de março de 1932, o interventor Carneiro de Mendonça proibiu o embarque de famintos para Fortaleza, alegando que já existiam Concentrações no interior do Estado, como o Campo do Buriti, localizado no Sul do Ceará. (Cf. O Povo, 03/05/32)^{|32|}.

| 31 | RIOS, Kênia Sousa. Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001. p. 51.

| 32 | Ibidem, p. 59.

Podemos notar a presença da cana-de-açúcar no universo religioso (Imagem 2) e como a sua produção representa um elemento de conexão com a paisagem cultural. Um aspecto a ser observado é a herança cultural canavieira presente no comércio de rapadura nas feiras da região e a sua relação com a fixação das primeiras vilas ao Sul do Ceará. Como exemplo dessa relação trazemos a referência de Antônio José de Oliveira, em sua dissertação de mestrado intitulada Engenhos de rapadura do Cariri: trabalho e cotidiano (1790-1850), na qual o autor afirmava que:

Com a produção da rapadura nos primeiros engenhos e conseqüentemente sua expansão pelo Cariri, fortaleceram-se as relações comerciais nas principais vilas da região. A comercialização dos produtos nas feiras, sobretudo a rapadura, ergueram em pouco tempo um considerável comércio na localidade, projetando o nome do Cariri para outras regiões do interior nordestino³³ |.

| 33 | OLIVEIRA, Antônio José de. Engenhos de rapadura do Cariri: trabalho e cotidiano (1790-1850). 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. p. 19.



Imagem 2 - Brincante de Reisado ofertando a cana-de-açúcar.

Fonte: Acervo da Superintendência do IPHAN no Ceará / sem data

As feiras são, assim, espaços onde, além das trocas de mercadorias, ocorrem processos dinâmicos de configuração cultural, lugares onde os trovadores e poetas encontram um palco a céu aberto para as suas apresentações, e os agricultores, como foi Patativa do Assaré, têm a oportunidade de demonstrar outras habilidades além do trabalho na lavoura. É neste cenário que se encontram múltiplas expressões

identitárias, demonstradas na culinária, nos versos dos cordelistas e violeiros, na xilogravura, nas bandas de pífano, nos trabalhos dos mais diversos artesãos ou na medicina tradicional popular, representada pelas rezadeiras e pelos raizeiros com suas ervas medicinais.

O vaqueiro, personagem popular nordestino, desbravador dos caminhos que cortam o sertão, ainda traz em seu alforje, além do charque e da farinha, a rapadura para adoçar as suas refeições. A rapadura é um alimento valorizado, que guarda em sua composição ricos nutrientes que fornecem a energia para o árduo trabalho da lida do gado. Outros trabalhadores recorrem aos benefícios do consumo da rapadura, como os jangadeiros, em suas longas jornadas de pesca em alto mar, e os militares do Exército brasileiro, que combinam o doce com suas rações em operações de sobrevivência nas selvas ou no sertão.

Gilberto Freyre, em seus estudos dedicados ao Nordeste, abordou a culinária nordestina e o intenso uso da cana-de-açúcar e de seus derivados em diferentes receitas. Em seu livro *Açúcar*, que trouxe a descrição dos ingredientes e das formas de fazer alguns doces, notamos uma valorosa contribuição à história da alimentação no Brasil:

À rapadura é preciso dar-se lugar a parte no que se considere o conjunto de doces mais ligados à cana-de-açúcar e mais característicos do Nordeste. Porque, em primeiro lugar, não se trata de produto da zona canavieira por excelência da região – a dos engenhos – e sim de outra, sua parenta pobre – a

das engenhocas; em segundo lugar não se trata de doce principalmente lúdico porém polivalente: lúdico sim, mas também alimentício, fator medicinal de resistência do homem sertanejo, quando em viagem por terras mais áridas, às asperezas do meio e do clima. Moraes Silva, no famoso Dicionário, ao definir rapadura como “massa dura de açúcar ainda não purgado, ou de mascavado ainda não coagulado” não parece definir doce, no sentido mais ameno da palavra, e sim simples subproduto prematuro do açúcar. E assim parece ter sido a rapadura nos começos da sua história: começos talvez canarinos, isto é, das Canárias, onde, aliás, tornou-se doce lúdico.

Em meados do século XX, Irineu Pinheiro afirmava que “hoje é de 74 o número de engenhos de rapaduras, no Crato: 29 movidos por máquinas a vapor, 5 por água e 40 a bois. Contam-se 12 alambiques. Isso segundo dados fornecidos em outubro de 1941 por José Kleber Macedo, agente municipal de estatística.” Já naquela época era possível contemplar as primeiras ruínas, testemunhas da modernização das máquinas e dos processos de produção agrícola no sertão do Cariri.

No cerne da paisagem cultural local, a cultura do açúcar ocupa um lugar central. Os mapas das imagens 3 e 4, elaborados pelo professor Colombo de Souza durante a campanha de mobilização para a eletrificação da região (1951), e a capa do Almanaque do Cariri de 1949 (imagem 5) representam o conceito moderno que se pretendia transmitir para o restante do Brasil. O Cariri cearense vivenciava o processo de urbanização de suas cidades, as suas

indústrias demandavam energia elétrica para as suas máquinas, a construção de rodovias diminuía a distância e o tempo de viagem entre as capitais e este cenário intensificava a comercialização de seus produtos. O oásis do sertão se apresentava como uma nova potência econômica e a sua paisagem se modificaria definitivamente.

| 36 | SOUSA, J. Colombo de. A Eletrificação do Cariri: Estudos e documentos de uma reivindicação cearense. Fortaleza, 1951. p. 261.



Imagem 3 - Mapa do Cariri Cearense. Fonte: J. Colombo de Sousa³⁶

Sobre as políticas públicas dedicadas ao patrimônio cultural regional, destacam-se o Inventário Nacional de Referências Culturais da Região do Cariri e o Mapeamento do Acervo Documental do Patrimônio do Ceará por meio do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, ambos realizados pela Superintendência do Iphan no Ceará. A nível estadual, a Secretaria da Cultura do Ceará foi

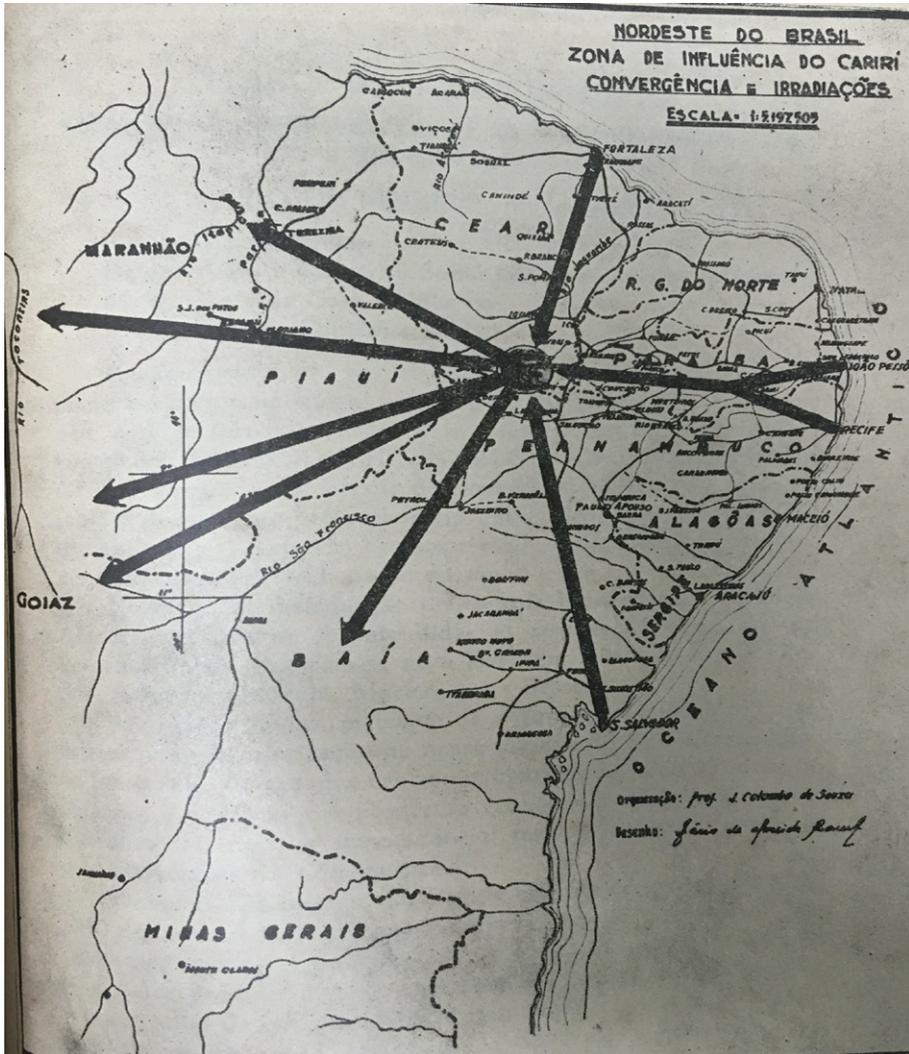


Imagem 4: Mapa de Convergências e Irradiações do Cariri Cearense.
 Fonte: J. Colombo de Sousa



Imagem 4: Capa do Almanaque do Cariri de 1949. Fonte: J. Colombo de Sousa³⁷¹

uma das pioneiras no Brasil a desenvolver ações voltadas para o patrimônio intangível. Em 2003 instituiu a Lei nº 13.351 que trata do registro dos mestres da cultura tradicional popular do Ceará e em 2007 recebeu o Prêmio Culturas Populares, concedido pelo Ministério da Cultura por sua atuação e reconhecimento à categoria dos Tesouros Vivos.

Em 2010 a Superintendência do Iphan no Ceará enviou um requerimento para a presidência da referida autarquia do Ministério da Cultura para o Registro do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha enquanto Patrimônio Cultural Imaterial. Subscreveram o documento o Prefeito Municipal de Barbalha; o Presidente da Câmara Municipal de Barbalha; o Instituto Cultural do Vale Caririense – ICVC; o Centro Pró-Memória de Barbalha Josafá Magalhães; e a União das Associações de Barbalha – UNAB. Em parecer conclusivo da etapa de instrução técnica do processo nº 01450.008635/2010-08, apresentado em 06 de agosto de 2015, e com informações obtidas junto ao Dossiê de Registro da Festa, é constante a referência à Paisagem Cultural do Cariri Cearense e ao conjunto de manifestações da cultura popular.

No contexto de implantação do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) e do Decreto nº. 3.551/2000, que instituiu o registro dos bens imateriais, o Iphan/CE estabeleceu o Cariri Cearense como um território prioritário de atuação, provavelmente em decorrência da representação dessa região como “caldeirão de cultura popular”, das incursões já realizadas pelo Centro Nacional de

Folclore e Cultura Popular (CNFCP/Iphan) e das reflexões em torno do conceito de Paisagem Cultural, que se urdia no Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam/Iphan). A referida diretriz consolidou-se no Projeto Cariri.

Existem escassos documentos institucionais que auxiliam na compreensão do que foi o Projeto Cariri e seus objetivos. Em um folder produzido pelo Iphan-CE há a seguinte definição:

Iniciado em 2002, o Projeto Cariri é fruto de um Termo de Cooperação Técnica e Científica celebrado entre o Iphan, através da 4ª Superintendência Regional, e a Universidade Regional do Cariri – URCA.

[...] O Projeto Cariri tem como principal objetivo a realização de estudos voltados às categorias do patrimônio imaterial: Lugares – Roteiro da Fé: Santuário de Nossa Senhora das Dores, Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Colina do Horto e Santo Sepulcro; Formas de Expressão: Banda Cabacal dos Irmãos Aniceto; Saberes e Fazeres: Obra do escultor Manuel Graciano; Celebração: Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha, e a obtenção de seu reconhecimento como patrimônio cultural do Brasil. [...] estão também em curso estudos relativos ao tombamento do acervo do Museu de Paleontologia da URCA, em Santana do Cariri. [...] visa a possibilitar à comunidade, através da aliança entre várias instituições, uma leitura correta dessa paisagem cultural [...], promovendo também a qualificação profissional, unindo a teoria à prática num permanente diálogo com a sociedade, resultando em ações de educação patrimonial.

A referência à paisagem cultural do Cariri se apresenta a partir da contemplação dos registros das interações humanas com o espaço e identificados a um nível institucional em suas dimensões materiais e imateriais. A busca pelo reconhecimento deste território pela UNESCO, enquanto patrimônio cultural e natural da humanidade, demonstra a existência de uma consciência do seu valor excepcional e universal.



Imagem 6 - Penitentes durante os festejos do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha. Fonte: Fotografia de Maurício Albano. 2010. Dossiê de Registro da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha³⁹

O registro do patrimônio imaterial do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha e a Declaração de Compromisso da Chapada do Araripe apresentam-se como um esforço conjunto de instituições e da sociedade civil organizada para a preservação do patrimônio cultural e são um exemplo de uma gestão compartilhada para a promoção de ações que contemplem a educação, o turismo e o meio ambiente.

| 38 | *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Parecer nº. 51/ DPI/IPHAN/ Minc. Processo nº. 1450.008635/2010-08. Assunto: Registro da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha/CE. IPHAN, Fortaleza, 2015, p. 200-201

| 39 | *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Dossiê de Registro: Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha. Fortaleza: IPHAN, 2015. p. 140.

Modernização ao Sul do Ceará

A população brasileira cresceu a uma taxa média de 2,5% ao ano, enquanto a população das cidades com 50 mil ou mais habitantes subiu a 3,7% e a das cidades com mais de 100 mil, a 3,1%. Por outro lado, se no primeiro decênio da República a população rural decresceu 2,2%, na área urbana ela aumentou 6,8%. A urbanização era uma realidade que vinha para ficar, e alterava rapidamente a feição do país. Apesar disso, a realidade nacional continuava eminentemente agrícola. Segundo o censo de 1920, dos 9,1 milhões de pessoas em atividade, 6,3 milhões (69,7%) se dedicavam à agricultura; 1,2 milhão (13,8%), à indústria, e 1,5 milhão (16,5%), aos serviços de uma maneira geral. (SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloísa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 326.)

Durante a transição do século XIX para o século XX, é possível identificar, no contexto da região do Cariri cearense, os discursos que transitam entre a calamidade da seca e a chegada da estrada de ferro. O avanço econômico conviveu com o fenômeno migratório e o misticismo religioso era fomentado pelas benesses da agricultura desenvolvida ao largo da Chapada do Araripe. A fertilidade do vale atraiu rotas de migrantes e consolidou rotas de comércio, as distâncias entre Fortaleza e

Recife foram encurtadas e a demanda pelo progresso propiciou o surgimento de uma incipiente paisagem de fábricas e indústrias.

Em sua dissertação de mestrado intitulada Espaço, indústria e reestruturação do capital: a indústria de calçados na região do *Cariri* – CE, o geógrafo Fábio Ricardo Silva Beserra aponta que “O contingente populacional que afluíu ao Cariri, principalmente após 1910, foi fundamental para o desenvolvimento das primeiras fábricas artesanais na região”⁴⁰. Segundo o autor:

Estas se desenvolveram, sobretudo, para atender às necessidades de consumo da população local em ascensão e pela incapacidade das limitadas áreas rurais de Juazeiro do Norte na absorção de migrantes nas atividades agrícolas. A princípio, as atividades econômicas consistiam na construção de casas e na manufatura de artigos de uso doméstico, confeccionados com matéria-prima local. Com o influxo dos romeiros, estimulou-se a manufatura de fogos de artifício e de artigos religiosos e recordações, o que já dava a Juazeiro do Norte um papel de destaque como centro religioso.⁴¹

Fábio Beserra recorda que Juazeiro do Norte já foi conhecida como “cidade oficina”, em referência aos artesãos que se instalaram no centro da cidade. Além de facas, revólveres, punhais e balas, “A presença do couro vai fazer surgir os artesãos do couro que produzirão, além dos calçados, uma série de outros produtos utilizados no meio rural, como cintos, arreios, selas, chapéus, etc”⁴². Embora a transição do século

| 40 | BESERRA, Fábio Ricardo Silva. Espaço, indústria e reestruturação do capital: a indústria de calçados na região do Cariri – CE. 2007. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. p. 32.

| 41 | BESERRA, Fábio Ricardo Silva. Espaço, indústria e reestruturação do capital: a indústria de calçados na região do Cariri – CE. 2007. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. p. 32.

| 42 | Ibidem.

XIX para o XX seja lembrado como um período de grandes secas, houve um real aumento populacional no Cariri. Com o declínio econômico da cidade de Icó nessa época, o sul do Ceará testemunhou uma migração que refletiu em um desenvolvimento da agricultura e do comércio. A transição da produção artesanal para os processos iniciais de mecanização apresentava os primeiros sinais:

| 43 | *Ibidem*, p. 33.

No que tange à atividade industrial, não é possível falar em indústria propriamente dita até fins do século XIX. Na verdade, o que havia eram verdadeiras oficinas, geralmente localizadas na parte central dos povoados e que utilizavam principalmente a mão-de-obra familiar, despojadas de qualquer divisão interna do trabalho. As ferramentas utilizadas para o fabrico eram rudimentares e de propriedade dos donos do próprio empreendimento, que também dominava o processo de produção e detinha o conhecimento da técnica de produção.

Estas oficinas se ligavam a um setor especializado do comércio que, de início, apenas distribuía a sua produção e, mais tarde, passa a financiá-la e controlá-la, determinando uma crescente diferenciação social no seio do artesanato: donos de oficinas, uns independentes e outros submetidos aos comerciantes e financiadores, e um maior número de artífices que recebiam salários. A dinâmica do comércio, bem como sua expansão, produziam, além de uma diversificação nas relações de troca, uma diversificação da produção artesanal⁴³.

Em matéria intitulada *Mãos que produzem milagres*, para o jornal Correio do Juazeiro, em edição de fevereiro de 1949, o repórter A. Taumaturgo Nogueira apresentou um diagnóstico acerca do que ele denominou de “pequena indústria”. Apesar de apontar um horizonte de pleno desenvolvimento para a região, uma de suas preocupações era relativa à ausência de um bom sistema rodoviário, algo que em sua opinião inviabilizaria o escoamento da produção. Baseado em seu levantamento de campo a respeito da quantidade de unidades produtivas, apresentamos as tabelas 1 e 2, com dados esses da indústria na mesorregião do sul cearense dos anos de 1947 e 1948 respectivamente.

A reportagem de Taumaturgo Nogueira sugere o que seria o surgimento de uma incipiente classe de industriais em pleno sertão. Apesar de apresentar uma agricultura que padecia de amparo oficial, foram destacadas as vocações mercantis de diversos setores naquele momento. A indústria simbolizava os ares modernos no Cariri.

[...] a finalidade da nossa reportagem “relâmpago” de hoje, é a indústria. Deixemos os agricultores para depois, e voltemos para os industriais.

Aloysio “Pinguim” Campelo, em uma revista-teatral para a Companhia Marquise Branca sobre o Juazeiro, deu o oportuno título de “São Paulo do Cariri”. É inegavelmente que Juazeiro seja um São Paulo em miniatura, e que marcha assustadoramente para a “maioridade”.

A pequena indústria tem sido ampliada e dirigida de modo a alcançar esta maioridade com relativa segurança. [...]

Por faltas de dados exatos deixamos de divulgar, o grande numero da indústria de artefatos de palhas, e das menores: fosforo, espoletas, anzóis, agulhas, pentes, serrotes, cachimbos, formas de sapatos e chapeos, fabrico de louças de barro, etc.

Todas estas industrias fazem jús ao “São Paulo do Cariri”. É necessário que o Governo, dedique os seus esforços a fim de que não se interrompa a marcha progressista e vitoriosa da indústria juazeirense, dando boas Rodovias.

É preciso notar que Juazeiro possui uma bem aparelhada Fabrica de Relogios.

E em cada sala de uma casa pobre de Juazeiro é uma tenda industrial. Os filhos da terra, pobres como Jób, sem material e sem aparelhos, trabalham e fabricam os produtos juazeirenses apenas com a inteligência, com o dom de artista, sem um amparo, sem uma ajuda dos governos que nos regem.⁴⁴

| 44 | NOGUEIRA, A. Taumaturgo. Mãos que produzem milagres. Correio do Juazeiro, Juazeiro do Norte, ano 1, n. 7, 27 fev. 1949. p. 6.

| 45 | ALVES, Joaquim. O Vale do Cariri. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1946. p. 28.

De acordo com o Professor Joaquim Alves, em sua obra publicada pelo Instituto do Ceará e intitulada *O Vale do Cariri*, os resultados do censo de 1900 apresentaram um aumento de 3.352 habitantes em relação aos dados do censo de 1872. Segundo o professor, “O povo ainda não estava identificado com o regime instalado em 1889, o que representava um motivo para fugir às declarações censitárias”⁴⁵. Isso explicaria o aumento de 51% no censo

realizado em 1920 e conforme Alves o movimento migratório regional em direção ao Cariri se devia ao progressivo desenvolvimento da vida econômica:

A casa acaçapada do engenho, sem asseio e sem conforto, de pouco a pouco vai sendo substituída por prédio mais vasto, ventilado, iluminado e com piso todo de cimento. Cinco engenhos de bois, desajeitados e retardatários, restam no município de Crato, ao lado de 67, acionados a motor e 3 movidos a força hidráulica, embora de aparelhamento um tanto tosco. Só os métodos de cultura de solo pouco progrediram na importante zona caririense. No entanto, não resta a menor dúvida que foi o Campo de Sementes de Barbalha, que conseguiu, com mudas selecionadas de cana P.O.J., salvar a plantação canavieira do Cariri, condenada a desaparecer pela disseminação da praga do mosaico. Mas, o revolvimento do solo continua a ser feito, com raríssimas exceções, pelos rotineiros processos dos tempos coloniais. Prepara-se o terreno pelo sistema primitivo de coivara, herdado de nossos avoengos silvícolas. Queima-se a broca e queima-se o palhiço, onde houve o corte de cana, degradando-se assim a matéria azotada e destruindo-se os microrganismos nitrificadores do solo. E assim sucede às portas do Crato, cidade que tanto se orgulha de seu progresso e de sua civilização⁴⁶ |.

| 46 | FIGUEIREDO FILHO, José de. Engenhos de rapadura do Cariri. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1958. p. 38.

No início do século XX o trem representava o ideal de modernidade no Ceará. A concessão do Governo Imperial para a construção da primeira ferrovia brasileira em 1852 no Rio de Janeiro

parecia distante para a população caririense. O avanço, no entanto, da Companhia Cearense da Via-férrea de Baturité a partir de 1870 criava a expectativa de chegada da modernização. Partindo da Estação Central de Fortaleza, primeira estação ferroviária do Ceará, inaugurada em 1873, os trilhos adentraram o sertão em busca do fértil vale do Cariri. A chegada até as proximidades da Chapada do Araripe já seria uma realidade na segunda década do século XX.

Joaquim Alves em artigo intitulado *O Vale do Cariri*, publicado na primeira edição do Almanaque do Cariri de 1949, apresentou uma estreita ligação comercial do sul do Ceará com Pernambuco, mais especificamente o comércio que cidades do Cariri cearense mantinham com o Recife “para onde se encaminha grande parte da mocidade do Vale que se destina aos cursos de humanidades e superiores”. As ligações políticas e econômicas se alastram para os estados vizinhos, como a Paraíba, mesmo que com “menor intercâmbio com este Estado”. O autor afirmava ainda que a maioria das fazendas de criação dos caririenses estão instaladas nos sertões pernambucanos e “com irradiação para o Piauí”.

São listados municípios do Vale, como Crato, Missão Velha, Barbalha, Jardim, Brejo Santo e Juazeiro do Norte enquanto importantes para o escoamento da produção agropecuária para o Pernambuco. Ao publicar as potencialidades de desenvolvimento do Cariri, o artigo conclamava

para que os poderes públicos dedicassem a devida atenção “aos que desejarem inverter capitais nas indústrias que podem se desenvolver na região”.

A despeito de um cenário de modernização, com a chegada da linha férrea, o início da eletrificação e uma incipiente industrialização na região, o Cariri da primeira metade do século XX conviveu com a realidade da seca. Padre Cícero Romão Batista exerceu grande influência política e religiosa, mas o surgimento da comunidade messiânica do Caldeirão demonstrou o quanto a presença do Estado Republicano brasileiro ainda era rudimentar.

| 47 | ALMANAQUE DO CARIRI. Histórico, informativo, literário, recreativo. Primeira edição. Crato, 1949. p. 13.

| 48 | SOUSA, J. Colombo de. A Eletrificação do Cariri: Estudos e documentos de uma reivindicação cearense. Fortaleza, 1951. p. 117.

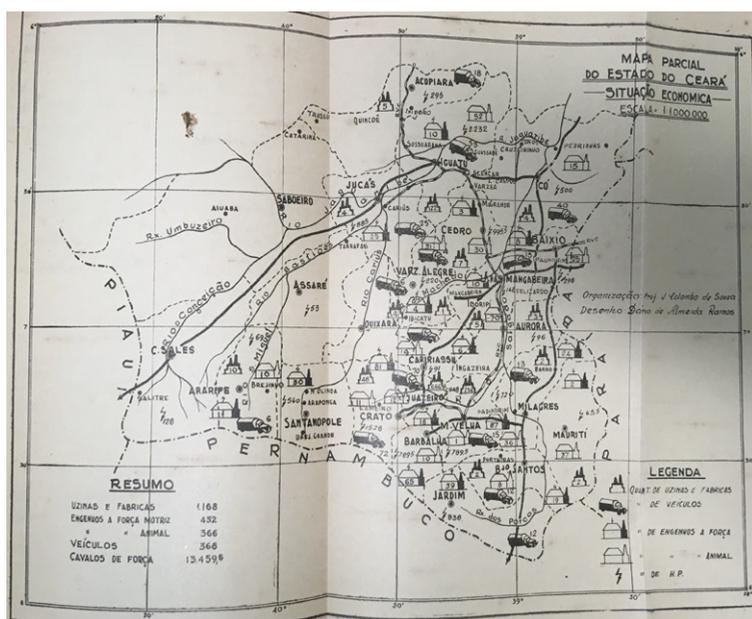


Imagem 7 - Mapa da situação econômica do Cariri^{|47|} Fonte: J. Colombo de Sousa^{|48|}

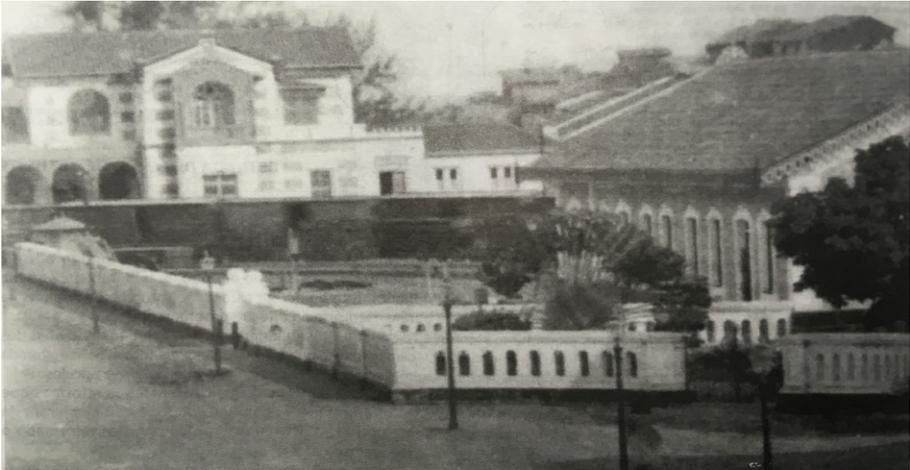


Imagem 8 - Estação Central de Fortaleza ao fundo e Chalé defronte. Fonte: Imagem retirada do livro *Arquitetura Ferroviária no Ceará*⁴⁹¹



Imagem 9 - Treze Club em Juazeiro do Norte. Fonte: Acervo da Família Linard

A Estação Ferroviária do Crato data do ano de 1926. Sua inauguração aconteceu no dia oito de novembro, finalizando uma longa disputa com Juazeiro do Norte pelo local de sua construção. Francisco Sá, na época Ministro da Viação do governo Washington Luís, foi o responsável pela chegada da ferrovia ao Crato, continuação da primeira linha-férrea que ia de Fortaleza a Baturité. A estação ferroviária está classificada na categoria A, pelo tamanho de sua construção, contando com uma estação para passageiros e outra para cargas. A RFFSA, Rede Ferroviária Federal SA, classificava as suas estações nas categorias A, B e C. Fazendo parte do conjunto da Estação Ferroviária encontra-se a Casa do Agente. Construída em 1926 a casa foi ocupada primeiramente por Francisco Inácio Ramos, agente ferroviário e pioneiro no sindicalismo cearense, tendo fundado a Legião Cearense do Trabalho.

| 49 | CAPELO FILHO, José. Arquitetura ferroviária no Ceará: registro gráfico e iconográfico. Fortaleza: Edições UFC, 2010, p. 44.

| 50 | ALMEIDA, Nilton Melo. Os ferroviários na cartografia de Fortaleza: rebeldes pelos caminhos de ferro. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. p.53.

Já em oito de novembro de 1926, inaugura-se a estação do Crato, para final do “Trem das Frutas”, que deixava o Cedro todas as segundas-feiras. O Primeiro trem chega sob aclamações do povo. No carro especial viajam convidados de Fortaleza e o Padre Cícero Romão Batista, “a agitar o seu chapéu eclesiástico, dava vivas, correspondidos com entusiasmo pela multidão que enchia o cais”⁵⁰.

O trem aproxima Fortaleza ao Cariri e encurta a distância entre a capital e essa região, que tinha mais aproximação com Recife. Para os cratenses, o apito do trem representa um “ícone da modernidade”. E embora o “progresso tardio” da estrada de ferro chegue ao Cariri cearense mais de sete décadas

depois da implantação dos caminhos de ferro no País, percebem-se “indicações importantes de um desenvolvimento de tipo capitalista”, com base no relativo desenvolvimento da agricultura observado na região, apesar da subsistência das relações pré-capitalistas de produção.

A Associação Comercial do Crato data da primeira década do século XX e teve como seu projetista, fundador e primeiro presidente o senhor José Geraldo da Cruz. Atualmente denominada Associação Comercial e Industrial, conta em sua história a luta para a chegada de energia elétrica na cidade, vinda da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso, na Bahia e também da rede ferroviária.

O edifício onde hoje funciona o Museu Histórico do Crato foi construído em 1877, por ordem do Imperador Dom Pedro II. Por conta da grande seca daquele ano a obra teve como finalidade o surgimento de uma frente de trabalho para os retirantes durante a seca. A edificação inicialmente abrigou a casa de câmara e cadeia que funcionou até o ano de 1967, quando houve um desmembramento, passando a funcionar a prefeitura do Crato no andar superior e a cadeia pública no andar inferior. Ainda no ano de 1938 o prédio passou por sua primeira reforma estrutural, recebendo piso novo e instalações sanitárias. Em 1969 a antiga casa de câmara e cadeia passou a sediar o museu histórico e em 1972 o museu de arte.

Outro aspecto do desenvolvimento da região pode ser observado a partir da inauguração do Seminário São José em 1875. Por volta de 1872, dois missionários Lazaristas saíram da capital

cearense a mando do primeiro Bispo do Ceará, Dom Luís António dos Santos, para conhecerem a região onde hoje se encontra o município do Crato. O mesmo bispo, que anos antes havia criado o Seminário da Prainha em Fortaleza, decidiu dotar a zona sul cearense de uma instituição congênere a da capital. Em 1909 foi criado o Colégio Diocesano e este passou a funcionar em uma parte do prédio do Seminário que se encontrava ocioso até a construção de sua sede própria na década de vinte.

Missão Velha é uma alusão ao trabalho de catequese realizado pelos frades Capuchinhos e originalmente pertenceu ao Município de Barbalha⁵¹. Foi uma missão dos Cariris Novos empreendida por frades do Recife e suas origens remetem ao século XVIII. O antigo Distrito, criado em 1864 e também reconhecido por Freguesia das Minas dos Cariris Novos foi emancipada à categoria de Município em 1931. A sua estação ferroviária foi inaugurada em 1925.

Juazeiro do Norte pertenceu originalmente ao Município do Crato e teve a sua origem no século XIX⁵². O antigo povoado foi elevado à categoria de Vila em 1911 e à categoria de município em 1914. Em 1926 foi inaugurada a sua estação ferroviária, após disputa com o Crato.

Barbalha foi outro Município emancipado do Crato. O antigo povoado que outrora fora um sítio é elevado à categoria de Distrito em 1846⁵³. Emancipado à categoria de município em 1876, teve a inauguração de sua estação em 1950, também denominada enquanto Ramal de Barbalha.

| 51 | CAPELO FILHO, José. *Arquitetura ferroviária no Ceará: registro gráfico e iconográfico*. Fortaleza: Edições UFC, 2010, p. 146.

| 52 | *Ibidem*, p. 148.

| 53 | *Ibidem*, p. 150.



Imagem 10 - Coluna da Hora, Monumento ao Cristo Redentor e Estação Ferroviária no Crato. Fonte: GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Município de Crato. Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – 1942. Sem página.



Imagem 11 - Estação Ferroviária de Juazeiro do Norte. Fonte: Acervo Assis Lima



Imagem 12 - Estação Ferroviária do Crato. Fonte: Acervo Assis Lima



Imagem 13: Estação Ferroviária de Missão Velha. Fonte: Imagem retirada do livro *Arquitetura Ferroviária no Ceará*⁵⁴



Imagem 14 - Estação Ferroviária de Barbalha. Fonte: Imagem retirada do livro *Arquitetura Ferroviária no Ceará*⁵⁵

Ainda que tenhamos apontado aspectos do seu desenvolvimento, ao final da década de 1940 o Cariri apresentava relativo isolamento em relação à Fortaleza. Joaquim Alves⁵⁶ defendeu que a região “devia possuir uma rede de comunicações e transportes que aproximasse as cidades mais afastadas da metrópole caririense, a Cidade do Crato, facilitando, assim, o comercio com a Capital do Estado”.

O comércio entre as cidades do Vale do Cariri é realizado, em parte, em costa de animais. Foi construída a rodovia Barbalha-Missão Velha, mas sem as obras darte (sic), o que significa a interrupção do trafego durante o inverno. Barbalha sem comunicações com Crato, Missão Velha e Jardim é uma cidade ilhada. O mesmo acontece com Jardim que continuam sem ligação rodoviária com as cidades referidas, sendo indispensável estabelecer o intercambio entre todas as cidades caririenses, para que seu comercio, contando com melhores meios de transporte e sendo melhor compreendido pelo comercio grossista de Fortaleza possa realizar suas transações comerciais com o Ceará, proporcionando melhores vantagens à economia do Estado⁵⁷.

Em *Faça-se luz: a eletrificação urbana no Cariri cearense (1949-1972)*, o historiador Assis Daniel Gomes apresentou um levantamento do ano de 1950 em que o Cariri cearense contava com 1.168 usinas e fábricas, 432 engenhos à força motriz, 366 engenhos à força animal, 368 veículos e 13.459,5 cavalos de força⁵⁸. O município do Crato contabilizava 48 usinas/fábricas e 81 engenhos à força motriz,

| 54 | CAPELO FILHO, José. Arquitetura ferroviária no Ceará: registro gráfico e iconográfico. Fortaleza: Edições UFC, 2010, p. 146.

| 55 | Ibidem, p. 151.

| 56 | ALMANAQUE DO CARIRI. Histórico, informativo, literário, recreativo. Primeira edição. Crato, 1949. p. 13.

| 57 | Ibidem, p. 14.

| 58 | GOMES, Assis Daniel. “Faça-se luz”: a eletrificação urbana no Cariri cearense (1949-1972). 2016. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. p. 66.

Juazeiro do Norte 666 usinas/fábricas e 18 engenhos movidos à força motriz, Missão Velha 234 usinas/fábricas e 87 engenhos e Barbalha 65 engenhos. Além destas cidades, dispunham de energia elétrica os municípios de Salitre, Araripe, Santanópolis, Assaré, Jucás, Acopiara, Iguatu, Icó, Cedro, Várzea Alegre, Caririaçu, Jardim, Mangabeira, Aurora, Milagres e Mauriti. Ao final da década de 1940 a região se mobilizaria, através do Comitê Pró-Eletrificação do Cariri, para pressionar a Companhia Hidro-Elétrica do São Francisco (CHESF) a fornecer a energia elétrica produzida na Usina de Paulo Afonso. A chegada da linha de alta tensão beneficiou além do Cariri, vários municípios vizinhos dos Estados do Pernambuco e da Paraíba.

Até 1961, toda a energia consumida no Ceará provinha de grupos geradores termoeletricos, os quais não possuíam capacidades suficientes para o atendimento da demanda requerida pelos sistemas de distribuição. O alto custo da energia produzida por estes geradores constituía um entrave para o desenvolvimento das atividades econômicas cearenses. Naquele ano, a região Sul do Estado passou a ser suprida pela CHESF, através da linha de transmissão da usina de Paulo Afonso – Milagres, com 254 km de extensão. Em 1965, essa linha foi estendida até Fortaleza, totalizando 652 km.

Nessa época, a distribuição da energia gerada pela CHESF, para a região Centro-Sul, era feita através da Companhia de Eletricidade do Cariri (CELCA), subsidiária da SUDENE, operando numa área de 51 mil km². Por volta de 1972/73, houve uma fusão

das 4 (quatro) empresas existentes na época numa única concessionária, a Companhia de Eletricidade do Ceará (COELCE), para a prestação do serviço de distribuição. Esta medida, em parte, foi motivada pelas dificuldades de se articular um sistema de planejamento a nível estadual, que viesse compatibilizar os interesses individuais de cada uma⁵⁹l.

Barbalha, assim como o restante da microrregião, antes mesmo da capital do estado, recebeu energia “de verdade”, 24 horas por dia e a baixo custo. A localização do Cariri, sua proximidade em relação ao rio São Francisco, favoreceu-lhe o pioneirismo em eletrificação. Ao longo dos anos 1960, gradualmente, linhas tronco foram estendidas nas áreas rurais, levando a energia transformadora aos trabalhos do campo. As primeiras redes buscavam as rotas onde se produziam as riquezas da terra: os caminhos dos engenhos de rapadura, até então movidos pela força do vapor ou motor a diesel. As unidades do brejo do Salamanca, reproduzindo o pioneirismo do seu passado fundador, logo movimentaram as suas engrenagens pela eletricidade. E de todos os engenhos do Cariri, o “*Tupinambá, velho pioneiro, foi o primeiro a fabricar rapadura tendo suas moendas acionadas pela energia da distante Paulo Afonso*”⁶⁰l.

| 59 | CETREDE. Região do Cariri: Estratégias para o seu desenvolvimento. Fortaleza, 1977. p. 163.

| 60 | SÁ, Maria Yacê Carleial Feijó de. *Os homens que faziam o Tupinambá moer: experiência e trabalho em engenhos de rapadura no Cariri (1945-1980)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. p. 212.

Em reportagem do Jornal *O POVO*, de 24 de dezembro de 1949, apresentava-se o recente esforço de associações de classe, políticos, como os deputados Joaquim Fernandes Teles e Leão Sampaio, e população em geral em prol da expansão da distribuição de energia elétrica para o Sul do Ceará oriunda da Usina de Paulo Afonso, na Bahia.

Em muitas regiões, o combustível é um problema torturante. A lenha é caríssima e óleo combustível é difícil. Por essa razão, a única solução é o da eletrificação por energia hidráulica, que provocará no Cariri sua completa transformação social e econômica, quer possibilitando a instalação de novas indústrias, tais como a do cimento, quer desenvolvendo as atuais. Daí o justificado entusiasmo que reina em todo o Cariri, que sem quaisquer divergências cerra fileiras em torno deste magno problema⁶¹.

| 61 | SOUSA, J. Colombo de. *A Eletrificação do Cariri: Estudos e documentos de uma reivindicação cearense*. Fortaleza, 1951. p. 28.

Em matéria de O POVO, de 31 de dezembro de 1949, fica explícito o empenho de parlamentares em promover o “Comitê Pró-Eletrificação do Cariri” e buscar o beneficiamento dos municípios cearenses de Acopiara, Araripe, Assaré, Aurora, Baixio, Barbalha, Brejo Santo, Campos Sales, Caririáçu, Cedro, Crato, Icó, Iguatú, Jardim, Jucás, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Quixará, Saboeiro, Santanopole e Várzea Alegre.

A reportagem trouxe a transcrição de um telegrama do Deputado Manuel Novais, Presidente da Comissão Parlamentar do São Francisco, onde é abordada a comunicação com o então Presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra:

Submeti consideração sr. Presidente República apelo seu e Comitê Pró-Eletrificação Cariri para extensão das linhas transmissão Usina Paulo Afonso até essa região pt S. excia. acolheu com mais viva simpatia esta patriótica sugestão que está sendo

objeto rigoroso exame por parte Comissão Parlamentar São Francisco junto Companhia Hidro-Elétrica afim organizarmos linhas secundárias para utilização força Paulo Afonso em todas áreas bacia São Francisco e fronteiriças, inclusive zona Araripe pt Darei conhecimento conclusões nossos estudos para então avaliarmos viabilidade técnica empreendimentos pt Cordiais saudações⁶²!

| 62 | *Ibidem*, p. 30.

| 63 | *Ibidem*, p. 40.

O Cariri tem fome de energia – disse o professor Colombo, e somente com energia poderá ele dar expansão ao florescimento de sua tradicional vocação para a indústria. Não é possível continuar devastando criminosamente as suas próprias matas, para a loucura da queima sem limites nas caldeiras dos engenhos; não é possível que fiquemos eternamente no primarismo anti-econômico e incomodo do combustível lenha, abrindo mão de um direito que nos é negado sem nenhuma razão digna de apreço⁶³!

Joaquim Alves, em matéria intitulada *O Rio São Francisco e o Cariri*, publicada no *Correio do Ceará* de 24 de janeiro de 1950, descreveu a precária situação energética do Estado. Naquele momento já existia uma real preocupação ambiental, pois os donos de engenho alimentavam as suas fornalhas com lenha oriunda das matas da serra e das encostas da Chapada do Araripe:

As condições do aproveitamento, pelos municípios caririenses estão sendo estudadas pela comissão organizada no próprio Vale. Não se discute a importância que a energia do São Francisco

terá para os proprietários rurais, as indústrias, a iluminação pública e particular, pois todos reconhecem o melhoramento que a mesma trará para a região. Um dos aspectos mais importantes para a vida econômica do Vale é a suspensão da devastação das matas que mantêm os motores que acionam parte dos 222 engenhos de força motriz, além da redução das despesas com óleo que os mesmos queimam, beneficiando, igualmente os 78 engenhos que queimam exclusivamente lenha e ainda, os 740 aviamentos que fabricam farinha de mandioca, os quais poderão ser movidos pela energia da empresa hidro-eletrica do São Francisco. Os números que apresentamos são da estatística de 1944 e podem hoje ser muito maiores pois o homem caririense não suspende o trabalho, está sempre procurando espaço para instalar um engenho, um aviamento, uma bolandeira para descarregar algodão⁶⁴.

| 64 | SOUSA, J. Colombo de. *A Eletrificação do Cariri: Estudos e documentos de uma reivindicação cearense*. Fortaleza, 1951. pp. 48-49.

A mesma preocupação foi apontada no jornal *O NORDESTE* de 10 de maio de 1950, em matéria intitulada *Pontos de vista: Paulo Afonso no Cariri*:

O que está faltando ao Cariri para corresponder às expectativas mais exigentes do Nordeste e não só do Ceará é a facilidade de transportes, mas, sobretudo, a barateza da força motriz. Ali ainda usa o velho engenho colonial tocado a animais ou movido pela roda d'água. Quando muito, se encontra por exceção uma caldeira a vapor, sendo que, de último, com os motores Diesel, começam eles a ter aceitação pelos produtores e industriais ansiosos de melhoria.

Mas tanto a caldeira como o motor exigem combustível caríssimo e que torna elevado o custo da produção. As matas do Cariri esgotaram-se praticamente. No Crato, uma carga de lenha é muito mais cara do que em Fortaleza. E que lenha! Uns garavetos que não produzem metade das calorias da madeira comum⁶⁵!

Maria Yacê Carleial Feijó de Sá abordou, em sua dissertação de mestrado, o mesmo contexto vivenciado no município de Barbalha à época:

Nos anos 1940, a mata funcionava como reserva de madeira: caules para pequenas construções, lenha para a caldeira, toros para cercados, varas para cambitos dos animais e ganchos das fornalhas. À medida que as árvores iam se tornando escassas, trabalhadores investidos da função de vigias de mata afastavam os intrusos e controlavam a retirada de madeira pelos próprios moradores⁶⁶!

Um memorial foi elaborado pelo “Comitê Pró Eletrificação do Cariri” em 28 de abril de 1950. O referido relatório foi assinado pelo presidente do Comitê, o Dr. Hildegardo Belem Figueredo e teve como relator o professor José Colombo de Sousa. Dirigido à Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, trazia aspectos dos primeiros momentos da colonização ao sul do Ceará, a forte relação com o rio São Francisco, características geológicas e demográficas da Chapada do Araripe, suas nascentes de água, hidrografia e regimes pluviométricos. Ao abordar elementos da economia da região, demonstrava estatísticas relacionadas

| 65 | *Ibidem*, pp. 107-108.

| 66 | SÁ, Maria Yacê Carleial Feijó de. *Os homens que faziam o Tupinambá moer: experiência e trabalho em engenhos de rapadura no Cariri (1945-1980)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. p. 101.

à densidade populacional dos municípios, condições de trabalho e características de suas lavouras. Neste ponto demonstrava grande preocupação em relação à produtividade e apontava como fatores determinantes as técnicas rudimentares, ausência de fertilizantes, métodos de plantio e colheita manuais e dependência à tração animal.

Ao destacar a vocação empreendedora do Cariri, o memorial trouxe um precioso levantamento que descreve a situação industrial e a carência energética em meados do século XX:

Juazeiro para poder viver, tornou-se industrial, com seu exuberante artesanato, onde se contam mais de 660 oficinas, num exemplo edificante de atividade e vitalidade fecundas.

Os outros municípios procuram modificar sua economia açucareira.

E como têm operado? Motorizando seus engenhos, modernizando suas culturas.

E como não há mais lenha nem existe carvão de pedra, os engenhos têm sido equipados com motores a óleo diesel. O metro cúbico de lenha atinge o preço de Cr\$ 65,00, deixando-se de moer por falta de madeira.

Assim é que Barbalha conta com 75 engenhos dos quais 65 são movidos a motor; Crato com 92, dos quais 81 são a motor; Missão Velha com 87, sem um só à tração animal, todo a óleo.

O Cariri, é hoje, um grande consumidor de petróleo, num país ainda não produtor do ouro negro.

Somente Juazeiro importa mensalmente de Recife,

através de 600 quilômetros de estradas precárias, 300 tambores de óleo, para alimentar sua deficiente usina de luz e suas numerosas oficinas, num verdadeiro suicídio para a economia nacional. Crescemos, aumentando nossa dependência do estrangeiro⁶⁷.

| 67 | SOUSA, J. Colombo de. *A Eletrificação do Cariri: Estudos e documentos de uma reivindicação cearense*. Fortaleza, 1951. p. 91.

Em matéria intitulada *Por que não incluir o Ceará na zona de beneficiamento da Hidro-Elétrica do São Francisco?* publicada na revista Sul América de junho de 1950, no Rio de Janeiro, José de Figueiredo Filho assim argumentava a favor do desenvolvimento do vale caririense:

Centenas de engenhos de rapadura se disseminam pelos sítios de Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha e Jardim, acionados à força motora que, ou destroem as poucas matas que nos restam ou queimam óleo mineral, importado com as nossas minguadas reservas de ouro. Tudo poderia modificar-se com a energia barata e eficiente, vinda de Paulo Afonso.

Na região há inúmeras fábricas de beneficiar algodão e arroz, além de outras para extrair óleos e fazer sabão. Em Juazeiro existe pequena indústria variada e sobram os braços que facilmente seriam aproveitados em manufaturas de maiores proporções, como por exemplo a de tecidos, redes e fios. Em Missão Velha instala-se até uma fábrica de motores, agora suprimindo os engenhos caririenses, empreendimento grandioso do Sr. Antonio Linard e que comprova a capacidade de iniciativa do cearense, em todos os campos de atividade.

Na primeira edição do Almanaque do Cariri, de 1949, o editorial enaltece os valores morais, econômicos, sociais e políticos da região e defende que “Falar sobre nossas possibilidades industriais, é enaltecer o nosso futuro, engrandecendo o nosso dia de amanhã, que se nos apresenta promissor”⁶⁸. Ao final da primeira metade do século XX a região sul do Estado ainda vislumbrava a chegada de uma usina de açúcar e de uma destilaria de álcool, o que de fato viria a ocorrer em 1976 com a instalação no município de Barbalha da Usina Manoel Costa Filho, parte da pernambucana AÇUSA – Companhia Açucareira Vale do Salamanca S.A.

| 68 | Almanaque do Cariri. *Histórico, informativo, literário, recreativo*. Primeira edição. Crato, 1949. p. 17.

De acordo com Marcelo Magalhães Godoy, o Brasil apresentou níveis de modernização no campo distintos ao longo do seu território e de sua história e apresentou a seguinte abordagem acerca da permanência da produção artesanal de engenhos de rapadura no Ceará:

Além da possibilidade de segmentação em períodos, a análise dos dados estatísticos conduz ao agrupamento dos estados produtores de derivados da cana segundo o ritmo daquelas transformações que resultaram na modernização de seus espaços canavieiros. Sinteticamente, podemos distinguir quatro grandes grupos: São Paulo, Pernambuco, Alagoas e Rio de Janeiro são os principais estados com antiga tradição na produção de derivados da cana-de-açúcar e históricos vínculos com a produção para mercados externos, caracterizando-se por processos relativamente muito mais acelerados de modernização, de expansão da produção

e de extinção dos engenhos; Minas Gerais, Goiás e Ceará são os estados expoentes de um grupo que apresenta longa tradição na cultura e transformação da cana de açúcar para atendimento de mercados internos, caracterizando-se por processos de modernização comparativamente mais lentos e/ou tardios, mantendo expressivo número de engenhos por tempo relativamente mais longo; Santa Catarina e Rio Grande do Sul conformam grupo peculiar por apresentarem histórico de envolvimento mais recente com a cultura da cana, grande expansão do número de engenhos no século XX e incipiente modernização das unidades artesanais; um último grupo, onde se destacam Paraná e Mato Grosso do Sul, é constituído por estados com fraca tradição canavieira, com expansão recente da produção industrial usineira e reduzido número de engenhos⁶⁹.

| 69 | GODOY, Marcelo Magalhães. *Persistência do tradicional: o processo de modernização da agroindústria canavieira do Brasil e a sobrevivência de formas produtivas não-capitalistas*. In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Vol. 5, Nº10, dez de 2013. p. 12.

A modernização da malha rodoviária do Nordeste em meados do século XX introduziu o Cariri cearense nas rotas de escoamento da produção das usinas de açúcar da Zona da Mata pernambucana. A partir deste período, o açúcar industrializado passou a oferecer grande concorrência à rapadura, gerando uma crise na economia canavieira da região. Segundo Maria Socorro Brito, em estudo sobre as mudanças na organização do Cariri canavieiro cearense, constatou-se que:

Esta crise foi alvo de preocupações, a ponto do Governo do Ceará instituir, pelo decreto de 10 de dezembro de 1965, o Grupo de Estudos do Problema da Rapadura no Cariri, o qual, após

realizar pesquisa na área, reconheceu a existência de uma depressão econômica e de uma crise. A depressão se originava do elevado custo da produção, na má qualidade de uma parte da rapadura, na substituição deste produto pelo açúcar e no aumento da oferta da rapadura em outras regiões. A crise fazia-se caracterizar pelo baixo preço do produto, que não acompanhava os custos de produção⁷⁰.

No entanto, enquanto a implantação da usina significava a “redenção” e o fortalecimento da riqueza para alguns, também representava uma potencial ameaça para outros, menos favorecidos⁷¹. Para ilustrar a grandiosidade da obra em questão, trazemos a descrição das autoridades presentes no momento da inauguração da AÇUSA, expressa no caderno Economia, Empresas e Empresários do Anuário do Ceará de junho de 1976:

Presentes o General Alvaro Tavares Carmos, Presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, Governadores do Ceará e de Pernambuco, respectivamente Adauto Bezerra e Moura Cavalcante, Superintendente da SUDENE, José Lins Albuquerque, Diretor do Banco do Brasil para o Norte e Nordeste, Aristóteles Pereira, ex-Ministro Costa e Silva e outras altas autoridades e destacadas personalidades, é inaugurada a “Usina Manoel Costa Filho”, da Companhia Açucareira Vale do Salamanca S.A. – Açusa, implantada em Barbalha no tempo recorde de cinco meses, considerado um dos marco (sic) da redenção do Cariri. Vasto programa de festividades assinalou

| 70 | BRITO, Maria Socorro. *Mudanças na organização do espaço: o novo e o velho Cariri canavieiro cearense*. Fortaleza: IOCE, 1985. p. 21.

| 71 | SÁ, Filadelfo Tavares de. *Luta de interesses entre os engenhos e a usina e seus reflexos sobre a pequena produção da lavoura canavieira do Cariri cearense: um estudo de caso*. 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza p. 79-80.

a inauguração. Empreendimentos de Engenharia Civil Ltda. Especializada em construção civil, cálculos e projetos, com sede em Juazeiro do Norte e filiais em Recife, Brasília e Fortaleza foi a construtora das instalações da AÇUSA^[72].

[72] | SAMPAIO, Dorian. *Anuário do Ceará*. Fortaleza: Ed.Stylus/ Consultoria de Investimento, Publicidade e Planejamento Ltda, 1976. p. 275.

Na segunda metade do século XX foram apontadas possibilidades de crescimento da agroindústria cearense em um contexto mundial de crise energética que se desenvolveu desde o final do ano de 1973. A oportunidade se deu pelo fato de o Brasil, no ano de 1975, ter implementado o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), viabilizando projetos que apresentassem alternativas energéticas ao uso do petróleo^[73]. A principal razão do novo programa, estabelecido pelo Decreto no. 76.593, era “salvar” a agroindústria canavieira e ampliar o mercado da indústria mecânica pesada, que já estava trabalhando com capacidade ociosa^[74].

[73] | Para maiores informações e bibliografia complementar sobre o PROÁLCOOL no Cariri, ver GONÇALVES, 2011: 48-51.

[74] | ANDRADE, Manuel Correia de. *Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1994. p. 236.

Com relação ao PROÁLCOOL, Raul Edson de Almeida Barreto remeteu as origens do programa ao início do século XX, e assim demonstrou o início da intervenção do Estado brasileiro na mistura do álcool à gasolina:

De fato, as origens do PROÁLCOOL remontam, talvez, ao ano de 1919, quando o governo de Pernambuco resolve tornar obrigatória a mistura do álcool à gasolina nos veículos a serviço do Estado; ou, sem dar margem à dúvida, a 1923, com os primeiros ensaios da antiga Estação Experimental de Combustíveis e Minérios, do Ministério da Agricultura, visando à utilização,

no país, do álcool-motor; ou, ainda, a 1927, ano em que a Usina Serra Grande, no Estado de Alagoas, lança, no mercado nordestino, o álcool-motor de nome USGA⁷⁵].

| 75 | BARRETO. *A crise do petróleo: o Proálcool e o BNB*. Fortaleza: BNB/Diretoria de Crédito Industrial, 1980. p. 9.

O PROÁLCOOL foi abrangente na medida em que forçou a pesquisa e o desenvolvimento em domínios como a indústria pesada e os setores químico, agrícola e automobilístico. O panorama da economia brasileira, no período compreendido entre os anos 1974 e 1986, apresenta a influência direta de duas crises do petróleo. Com o primeiro “choque do petróleo”, a importação de combustíveis e lubrificantes passou de 769 milhões de dólares, em 1973, para 2.962 milhões de dólares em 1974. Com o segundo “choque”, em 1979-1980, o valor dessas importações subiu para 10.200 milhões de dólares. A dívida externa líquida subiu também rapidamente, chegando a 46.935 milhões de dólares em 1980⁷⁶].

Em 1973, o Brasil importava 606 milhões de dólares de petróleo, o que correspondia a 9,78% do valor de suas exportações. Em 1974, para um volume igual de aquisições, despendeu 2,56 bilhões de dólares ou 32,2% do valor das exportações. O saldo da balança comercial passou, entre esses dois anos, de 7 milhões de dólares positivos para 4,7 bilhões negativos. A participação da gasolina no mercado de combustível, em comparação com a álcool, declinou de 98,9% para 42,8% entre 1975 e 1986. O álcool, nesse período, passou de 1,1% para 55,5%. Tal aumento se deveu tanto ao uso do álcool puro (hidratado) quanto à elevação de sua mistura (álcool anidro) com gasolina, que passou de 1,1%, em 1975, para 22,2%, em 1986⁷⁷].

A grande demanda energética forçou as barreiras tecnológicas em busca da substituição aos combustíveis de matriz fóssil não renovável. Raul Edson de Almeida Barreto descreveu os fatores que levaram à crise na primeira metade da década de 1970 ao afirmar que:

O estilo do desenvolvimento que se implanta no pós-guerra se, de um lado, repousa sobretudo na tecnologia “capital-intensiva”, do outro, depende, fundamentalmente, do petróleo. Do petróleo fácil, farto e barato.

Acontece, todavia, que o agravamento das tensões no Oriente Médio culmina com o seu uso como arma política (o embargo decretado pela OPEP em 1973), e ele não se mostra mais fácil. Nem, muito menos, tão farto.

Entre 1950 e 1975, por exemplo, o consumo de energia no mundo multiplica-se por três; a participação dos hidrocarbonetos evolui de pouco mais de um terço para quase dois terços desse total. Por conta disso, já no início dos anos setenta, a taxa de crescimento do consumo de petróleo supera a das reservas, prevendo-se, a partir daí, gargalos no abastecimento futuro, com a tendência ao esgotamento das jazidas.

Por fim, o petróleo deixa de ser barato. Depois de 22 anos sem alteração, o seu preço quadruplica em 1973⁷⁸.

| 76 | MAGALHÃES, João P. de Almeida; KUPERMAN, Nelson; MACHADO, Roberto Crivano. PROÁLCOOL: uma avaliação global. Rio de Janeiro: ASTEL, 1991. p. 14.

| 77 | *Ibidem*, p. 22.

| 78 | BARRETO. *A crise do petróleo: o Proálcool e o BNB*. Fortaleza: BNB/Diretoria de Crédito Industrial, 1980.p. 15-16.

A industrialização da agricultura no Brasil foi determinante para mudanças na produção e nas relações sociais entre proprietários de terras e de máquinas e os trabalhadores. Na região do Cariri, onde desde o século XVIII a presença dos engenhos de rapadura foram uma referência econômica, seguiu-se, no século XX, uma tendência de transformações que aconteciam no país.

| 79 | SZMREC-SÁNYI, Tamás. Pequena história da agricultura no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 1990, p. 72.

A crescente introdução destes nos processos produtivos do setor agropecuário deu início à chamada industrialização da agricultura no Brasil. Por industrialização de agricultura entende-se aqui a adaptação dos processos produtivos da indústria de transformação aos processos produtivos do setor agropecuário. Fala-se em adaptação em vez de incorporação porque não se trata, no caso do setor agropecuário, de uma simples mecanização dos processos produtivos, da mera substituição do trabalho pelo capital, ou da simples troca de insumos intra-setoriais por insumos extra-setoriais. Não obstante todas as mudanças na tecnologia, nos processos e nas relações de trabalho, as plantas e os animais, bem como os solos de que tanto estes como aqueles ainda dependem, continuam sendo os principais meios de produção do setor agropecuário. Este realmente tende a transformar-se numa indústria por meio do progresso técnico, mas, até onde é possível fazer previsões, ele dificilmente se transformará num ramo industrial como os demais. |79|

Para compreendermos o cenário político, econômico e social do final do nosso recorte temporal (1976), contamos com o discurso proferido pelo governador do Ceará, Aduino Bezerra, no dia 14 de junho de 1976, no município de Barbalha, no momento da inauguração da Usina Manoel Costa Filho⁸⁰. Em sua fala oficial, o governador evocou a política modernizadora da instalação da usina e convocou os produtores de cana-de-açúcar a abandonarem o “atraso” da produção de rapadura e a acreditarem no potencial de crescimento econômico que ocorreria ao se tornarem fornecedores de matéria-prima.

Consideramos o referido discurso, que pode ser encontrado no periódico *Tribuna do Ceará*, de 15 de junho de 1976, uma fonte para estabelecermos um diálogo entre a intenção do Estado, na época, e a posterior posição dos proprietários de engenhos de rapadura na manutenção dos seus negócios, ou seja, as relações de poder decorrentes. No discurso, o governador assim descrevia a situação da economia canavieira da região na época:

Grande é a alegria que hoje reina em Barbalha e em toda a região do Cariri, é que neste momento concretiza-se um sonho de muitas décadas.

O sonho era a criação de uma usina de açúcar, para que produzisse mais riquezas e assegurasse o bem-estar de milhares de famílias caririenses.

Desde o princípio a cana de açúcar foi um dos pilares da economia caririense, a seiva de que a região se alimentou na fase crítica de seu crescimento.

| 80 | Para maiores informações sobre o discurso do Governador Aduino Bezerra no contexto da inauguração da Usina Manoel Costa Filho, ver GONÇALVES, 2011: 51-54.

É certo, entretanto, que a economia canavieira, com o passar do tempo, tornou-se obsoleta.

A rapadura e o aguardente deixaram de ser fonte de riqueza, constituindo-se em causa de empobrecimento dos produtores, cuja situação se tornará insustentável.

Não havia outro caminho para seguir senão o de implantar, no mais curto prazo, a indústria açucareira⁸¹.

| 81 | BEZERRA.
Discurso. *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 15 jun. 1976. p. 1.

O governador Aduino Bezerra deixou claro que a cultura canavieira, com seus engenhos de rapadura e seus alambiques, foi a principal fonte econômica da região, ou em suas palavras, “fonte de riqueza”. A sua preocupação com o quadro social e econômico da época é demonstrada quando se referiu à economia canavieira como “obsoleta” e colocou os produtores diante de uma situação que se apresentava no horizonte como “insustentável”.

Como solução para este impasse, que se deparava de um lado com a inegável fertilidade das terras do Cariri e, de outro, com a ineficiência dos donos de engenhos em aumentar a lucratividade de sua produção, o governo apresentou a opção que vinha sendo adotada em outros canaviais do Nordeste e do restante do país: a modernização do campo com a implantação da agroindústria açucareira. Para a instalação do empreendimento, o governo estadual da época não mediu esforços, e as previsões apontavam como resultados de curto prazo a criação de novos empregos, a modernização da rede elétrica e a criação de estradas para o escoamento da produção da nova fábrica.

A usina deu margem ao aparecimento de uma nova figura na paisagem açucareira do Nordeste, a do fornecedor de cana, sucessor do bangüeiro. O antigo senhor-de-engenho, ao desmontar seu velho bangüê, de bueiro quadrado e baixo, sempre localizado na meia encosta, transforma-se em fornecedor proprietário. Sua figura de produtor da matéria-prima para a fábrica de outrem, lembra, guardadas as proporções, a figura do lavrador da era colonial, assemelhando-se o atual usineiro ao antigo senhor-de-engenho. Realmente, o fornecedor está na dependência do usineiro, como o lavrador estava na do senhor-de-engenho, uma vez que até 1930 não tinha o usineiro obrigação de moer a cana do fornecedor, ficando este com o fornecimento, mais cedo ou mais tarde, dependente do usineiro. Também as balanças das usinas não podiam ser fiscalizadas pelos fornecedores, que ficavam, assim, à mercê dos usineiros. As contendas eram frequentes, os atritos ocorriam a todo instante, mas a capacidade de luta dos fornecedores foi muito grande e aos poucos eles conseguiram o direito de possuir uma cota de fornecimento que participava da cota total da usina, sendo esta obrigada a moer as canas dos engenhos a ela vinculados. Conseguiram também facilidades de crédito, e financiamento, para a realização de suas safras, a juros módicos com desconto na época da moagem. Graças à sua capacidade de luta, os fornecedores conseguiram sobreviver e constituem, ainda hoje, os produtores de grande porcentagem de canas moídas em todo o Nordeste⁸².

| 82 | ANDRADE, Manuel Correia de. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste / Manuel Correia de Andrade. 5a ed. São Paulo: Atlas, 1986. p. 102.

O senhor governador anunciou ainda em seu discurso uma estimava da produção, no primeiro ano de funcionamento da usina, de 300 mil sacos de açúcar e, já para o ano seguinte, uma produção que atingisse o dobro dessa estimativa. Para o alcance dessa projeção, o empreendimento contaria com a criação de aproximadamente 2.500 empregos e com a adoção de novas práticas de adubação, em busca de maior produtividade, além de contar com a construção de estradas vicinais para a o transporte da cana e uma nova infraestrutura de eletrificação.

O referido discurso é importante para a compreensão da existência, na época, de certa urgência em se implantar uma nova política energética, a qual foi rapidamente associada a uma imagem modernizadora. Contudo, o sucesso da instalação da Usina Manoel Costa Filho na região do Cariri estava diretamente relacionado ao “apoio constante dos produtores de cana de Barbalha, Missão Velha e outros municípios do Vale”. Em outras palavras, o governador deixava claro que as práticas que deveriam ser adotadas, a partir daquele momento, estariam voltadas para uma mudança na lógica da economia local.

Muito incentivos fiscais foram oferecidos pelo Governo Federal, através do Ministério da Fazenda, visando o sucesso do novo programa energético, dentre estes constando inclusive o apoio do Instituto do Açúcar e do Alcool. Segundo Raul Barreto, o empresariado contava praticamente com todas as garantias necessárias, ou seja, desde créditos até o compromisso do próprio governo em comprar a produção. Como afirmou Raul Barreto:

Entre os vários estímulos, postos à disposição da iniciativa privada pelo governo, um dos mais importantes, sem dúvida, é o crédito subsidiado.

Além de encargos financeiros (juros mais correção monetária) bem abaixo da taxa inflacionária, o empresário que adere ao PROÁLCOOL tem reduzida participação relativa no financiamento e prazo longo para pagamento do empréstimo.

Os itens financiáveis cobrem os setores agrícola e industrial. No primeiro, contemplam fundação e renovação de lavouras, aquisição de máquinas e implementos agrícolas, e obras civis. No segundo (setor industrial), o objeto de financiamento é o complexo que forma a destilaria.

Outro importante estímulo de que se vale o Programa: o governo garante a aquisição do álcool produzido, desde que sejam atendidos as especificações e os volumes autorizados; demais, a política de preços obedecerá tanto quanto possível às condições que vigoram numa economia de mercado; em outras palavras, os preços nunca deixarão de remunerar adequadamente o investimento do empresário⁸³.

O governador Adauto Bezerra sabia que, para a execução do projeto, era imprescindível a participação do Estado no planejamento. Mas sabia também que, sem o apoio dos produtores para garantir o fornecimento de matéria-prima para a indústria que estava a caminho, dificilmente os planos de substituir a gasolina pelo álcool iriam

| 83 | BARRETO. Raul Edson de Almeida. A crise do petróleo: o Proálcool e o BNB. Fortaleza: BNB/Diretoria de Crédito Industrial, 1980. p. 42.

lograr sucesso. Finalizando o seu discurso de inauguração da Usina Manoel Costa Filho, o governador deixou clara essa expectativa de participação dos produtores:

| 84 | BEZERRA, Adauto. Discurso. *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 15 jun. 1976. p. 2.

Decisivo para o êxito da AÇUSA e da Usina Manoel Costa Filho será o apoio constante dos produtores de cana de Barbalha, Missão Velha e outros municípios do Vale.

Estou certo, entretanto, de que este apoio nunca faltará.

Conheço muito bem meu povo, sei que ele tem espírito prático e visão progressista.

Nunca deixou nem deixará escapar oportunidades de dar passos à frente a despeito do entranhado amor às suas ricas tradições⁸⁴.

Para os donos de engenhos, a nova realidade que se configurava apresentava apenas duas alternativas: ou cediam aos apelos da nova indústria, que se instalava ávida por matéria-prima, ou permaneciam com a sua moenda de cana e a produção de rapadura. A crise econômica na região já se prolongava, e em 1976 as decisões políticas apontaram para mudanças no campo, com a instalação de uma destilaria alcooleira anexa à usina, proporcionando o ingresso no cenário nacional de produção de álcool anidro.

A Usina de Barbalha desmantelou o universo rapadureiro, contudo, não obteve o domínio total das canas caririenses. Por falhas na concepção, não trouxe o esperado desenvolvimento à

região. Por erros de gerência, destruiu a economia da rapadura, sem conseguir consolidar a economia do açúcar. Um destino difícil de imaginar pelos empreendedores barbalhenses mergulhados no otimismo desenvolvimentista dos anos 1970. Mais que isso, em 2003, a Usina Manoel Costa Filho fechou suas portas por inadimplência. Para a região como um todo, negociantes, proprietários e trabalhadores, este foi o pior dos finais possíveis para o embate engenhos X usina. A promessa usineira na “terra dos verdes canaviais” teve vida breve, se comparada à existência secular dos engenhos e aos mais de 130 anos de fogo vivo do Tupinambá⁸⁵].

| 85 | SÁ, Maria Yacê Carleial Feijó de. *Os homens que faziam o Tupinambá moer: experiência e trabalho em engenhos de rapadura no Cariri (1945-1980)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. p. 289.

Em matéria da Edição 407 da Revista *Veja*, intitulada *Já se fabrica açúcar no Cariri cearense*, a instalação da unidade agroindustrial é apresentada como fator de desenvolvimento econômico e social no sertão do Ceará.

| 86 | *Já se fabrica açúcar no Cariri cearense*. Revista *Veja*, São Paulo, 23/06/1976.

Em 15 meses, nas terras férteis de um oásis do sertão nordestino, fez-se um empreendimento destinado a produzir mudança substancial na paisagem sócio-econômica do Cariri cearense.

É a Usina “Manoel Costa Filho”, que está funcionando desde a semana passada, em Barbalha, dimensionada para a fabricação de 800.000 sacos de açúcar por moagem, absorvendo toda a produção canavieira daquela zona, engajando 2.000 pessoas como mão de obra direta na fábrica e no campo, representando um investimento de Cr\$ 290 milhões e gerando uma receita anual de vendas da ordem de Cr\$ 150 milhões⁸⁶].



O general Tavares Carmo, presidente do JAA, inaugurou o Centro Comunitário "Regina Tavares Carmo" e presidiu o início da moagem da Usina "Manoel Costa Filho"

Imagem 15: Cerimônia de Inauguração da Usina Manoel Costa Filho.
Fonte: Revista Veja. Edição 407. 23 jun. 1976



Imagem 16: Ruínas da Usina Manoel Costa Filho. Fonte: Fotografia de Naudiney de Castro Gonçalves em 06 mai. 2010

Como propostas de modernização dos engenhos na segunda metade do século XX estavam as mudanças na fornalha, o controle de qualidade, o uso de botas e boinas pelos funcionários dos engenhos, a retirada do hidrosulfito de sódio do processo de fabricação, a substituição do óleo de mamona por óleo de soja, a substituição da cal usada para corrigir a acidez da garapa de cana por produtos vegetais e, ainda, a substituição dos tachos de latão por tachos de aço. Toda essa preocupação visava manter o abastecimento de rapadura para aquele consumidor que ainda considerava imprescindível a presença desse produto em sua dieta. Como observou Gilberto Freyre, “Dieta que entre a gente mais pobre do Nordeste iria a extremos de deficiência, não fosse o consumo, por muitas, de rapadura ou de mel de engenho mais ordinário – o chamado mel de furo – com farinha ou macaxeira”.⁸⁷

Na Europa, a consolidação do capitalismo só foi possível graças à uma revolução na estrutura da sociedade feudal, com a divisão do trabalho e com uma gradativa substituição do modelo agrário para o industrial. No Brasil, o sistema adotado foi o de uma sucessão de ciclos exportadores de matérias primas para os mercados europeus, baseado no monopólio, latifúndio e escravidão. Esses três elementos moldaram a nossa sociedade e apoiaram uma política mercantilista que privilegiou a metrópole portuguesa no período colonial ou serviu de entreposto para os industriais europeus e da América do Norte durante o Império. Ao comentar o Tratado de Methuen (1703), Peter Eisenberg

| 87 | FREYRE, *Açúcar: em torno da etnografia, da história e da sociologia do doce no Nordeste canavieiro do Brasil*. São Paulo: Global, 5ª Edição. 2007. p. 70.

citou os “favores” concedidos ao mercado de têxteis da Inglaterra ao assegurar a redução de impostos para o vinho português. Na obra *Modernização sem mudança*, o autor ainda afirmou que:

Embora o Brasil tenha se tornado independente de Portugal em 1822, a experiência econômica desta maior nação latino-americana era, no século XIX, em muitos aspectos, uma extensão de seu passado colonial. Até as rupturas mais radicais dos padrões centenários, como a abertura dos portos ao comércio com todas as nações e a abolição da escravatura não alteraram logo a natureza das relações básicas do Brasil com os países do hemisfério norte ou entre os proprietários dos meios de produção e a força de trabalho.⁸⁸

| 88 | EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977. p. 29.

O liberalismo adotado tanto em Portugal quanto no Brasil direcionou o Estado a um modelo econômico pautado pelo desenvolvimento capitalista da Inglaterra. Neste contexto a revolução industrial inglesa se beneficiaria da indústria pesada, em contraposição ao seu primeiro momento majoritariamente têxtil. No Brasil os bens de consumo importados da Inglaterra, para contemplar o transporte ferroviário desenvolvido pelo Império, favoreceram principalmente o velho norte açucareiro e algodoeiro em detrimento à expansão do comércio da borracha no Pará e Amazonas.

A nova configuração da economia no Brasil é descrita na obra *O Norte Agrário e o Império* por Evaldo Cabral de Mello a partir da lógica comercial imposta pelo capital estrangeiro. Os investimentos

privados estavam garantidos a partir da adoção de um sistema de garantia de juros, com a administração imperial ocupando uma posição estratégica de intermediário entre o capital estrangeiro e as províncias. Os novos arranjos comerciais estabelecidos entre a burguesia mercantil brasileira e o investidor estrangeiro são assim descritos por Cabral de Mello:

| 89 | MELLO, Evaldo Cabral. *O Norte Agrário e o Império. 1871-1889*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. p. 194.

Destarte, constituiu-se uma aliança, uma teia de cumplicidades, mutuamente vantajosa. Para o capital estrangeiro, a garantia de juros do Estado conferia aos investimentos ferroviários uma segurança que não lhe poderiam dar as províncias; ao Governo imperial, o capital estrangeiro proporcionava os recursos, financeiros e tecnológicos, com que afiançar, de maneira prática, a política de centralização seguida desde os anos quarenta com a liquidação da experiência timidamente descentralizadora, do período regencial. A tecnologia e o capital estrangeiros permitiam ao Estado, de imediato, contentar as clientelas partidárias que, na Corte, se disputavam, com vivo apetite, as oportunidades do que então começava a designar-se por ‘advocacia administrativa’; e, a longo prazo, a imunizar o país contra o conflito social e a agitação ideológica, mediante um programa de inversões de infra-estrutura – uma estratégia estabilizadora que provara a sua eficácia na França de Napoleão III, na Espanha isabelina e no Portugal da Regeneração, para citar apenas os exemplos mais influentes no Brasil. Se o Governo imperial pôde recorrer a ela a partir dos anos cinquenta, isto se deveu basicamente ao grande período de expansão da economia capitalista que, iniciando-se pela altura de 1850, prolongar-se-á até a crise de 1873, que deflagrará a ‘grande depressão’¹⁸⁹].

Na Europa, diferentemente do que ocorrera no Brasil, a ideia obtida a respeito da crise ocorrida no século XVII foi uma importante ferramenta usada pela burguesia para a evolução do capitalismo, visando a obtenção de altos lucros, com o uso de mão de obra assalariada, produção em massa e a intensificação de um comércio externo, algo que mudaria definitivamente o sistema de produção feudal existente, que mesmo com sua decadência ainda sofria resistência no meio da população e no meio político.

Roberto Schwarz descreveu um panorama da objetivação do capital no Brasil no capítulo *As ideias fora do lugar* ao defender que “o favor é a nossa mediação quase universal”⁹⁰. O fato de a colonização ser resultado do capital comercial delegou ao nosso país relações sociais baseadas no clientelismo, algo diferente da realidade europeia em seu processo de transição do feudalismo para o capitalismo. Para o autor, o favor afetou diretamente a existência nacional, se impregnando nas diferentes relações sociais, como a política, a vida urbana, a administração pública, o comércio e até mesmo nas profissões ditas liberais. A existência da categoria de “trabalhador livre”, em nossa busca por um distanciamento da outrora realidade escravocrata, não estaria associada a uma classe proprietária ou proletária como afirmava Schwarz.

Enquanto periférico, o capitalismo brasileiro se caracteriza por ser de desenvolvimento subordinado e dependente dos países centrais. Na divisão internacional do trabalho, sua função ao longo

| 90 | SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2000. p. 16.

dos períodos de sua história (Colônia, Império e República) foi, essencialmente, de fornecedor de matéria-prima, movido por uma força de trabalho abundante, barata e não qualificada.

A industrialização que ocorreu no Nordeste nos últimos dois decênios está na origem de transformações estruturais tendentes a agravar as disparidades de níveis de vida que caracterizam a região. Foram as indústrias que se vinculam aos mercados externos e processam produtos primários as que mais se beneficiaram dos subsídios concedidos pelo Poder Público. Seus efeitos de arrasto são mínimos e a tecnologia utilizada responde às exigências dos mercados extra-regionais, o que se traduz em reduzida criação de emprego. A vinculação com a região assume principalmente a forma de captação de parte do excedente pelos governos locais. É a aplicação desse excedente que responde pela transformação das estruturas sociais. Ora, essa aplicação tem favorecido a ampliação do terciário de nível de renda média e alta. O fenômeno é similar ao que ocorre nos países que desfrutam de um excedente extraído da exploração de um produto como o petróleo: a criação direta de emprego é mínima e os salários muito superiores aos que prevalecem em outras atividades; ademais, o excedente capitado pelo Estado conduz à criação de uma classe média que se abastece quase exclusivamente fora da região. A nova classe média nordestina abastece-se no Centro-Sul não somente de produtos manufaturados, mas também de alimentos. Assim, os grupos restringidos que se beneficiam do excedente criado pela nova industrialização tendem a

se diferenciar socialmente, à semelhança do que ocorreu no passado com a minoria beneficiária do excedente gerado pela economia primário-exportadora. Os setores que produzem para a massa da população trabalhadora não recebem qualquer estímulo, pois o nível de vida dessa massa permanece estagnado. Em síntese: a industrialização desvinculada do mercado interno tem como principal conseqüência reforçar o processo de modernização. O diferencial de produtividade do trabalho no setor industrial, com respeito ao Centro-Sul, tende a desaparecer, mas se aprofunda esse diferencial no setor agrícola produtor de alimentos de consumo generalizado. A questão fundamental está, portanto, na aplicação do excedente, o qual tanto pode servir para reforçar as velhas estruturas sociais como para viabilizar atividades produtivas vinculadas à massa da população. O poder político é que define o estilo de desenvolvimento.¹⁹¹

| 91 | FURTADO, Celso. *O Brasil Pós-Milagre*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 2ª Edição. 1981. p. 150-151.

Em um mundo estruturado sob a égide do capital e do sistema de produção capitalista, o Brasil se situa como periferia em relação aos países centrais, isto porque por “centro” entende-se aqueles países que dominam e direcionam as decisões político-econômicas para o restante do mundo, a então denominada periferia do sistema, já que detêm a pesquisa científica de ponta, aplicada nos diferentes setores da produção, além de serem credores, por meio de seus organismos multilaterais, de diversos países em diferentes regiões do globo, isso para enumerar apenas alguns fatores.

Por ser um capitalismo dependente esteve, no geral, voltado ao atendimento das necessidades exógenas em detrimento das endógenas. Todas as potencialidades em termos de recursos naturais, materiais e humanos do território brasileiro foram exploradas e utilizadas para valorizar o capital internacional, enquanto que a classe capitalista brasileira (burguesia brasileira) procurava negociar a autonomia relativa de sua hegemonia interna com a burguesia internacional, tendo de aliar-se a esta última de maneira subordinada.

No contexto do Cariri cearense, mais especificamente no período proposto por nossa análise, apresentamos um desenvolvimento módico da indústria canavieira ao longo do século XX. No que se refere ao avanço da agroindústria, a situação de dependência tecnológica só não foi mais drástica em virtude do surgimento, no sertão caririense, de uma fábrica de maquinários para engenhos com produção própria para atender à demanda do mercado interno.



Cultura Material Canavieira



Vestígios para uma Arqueologia Histórica

Ao que parece, os primeiros engenhos de ferro idos para o Carirí foram montados no sítio Cabo Verde, entre Crato e Juazeiro, nos anos de 1840 ou nos de 50, pelo pernambucano Antônio Ferreira de Melo, tronco da família Melo no sul cearense, no sítio Lameiro ao sopé do Araripe, no município do Crato, nos fins da era de 50, pelo capitão Francisco Leão da Franca Alencar ou por seu sogro José do Monte Furtado, no sítio Tupinambá, em Barbalha, por Antônio Manuel Sampaio, no lugar Cajazeiras do Farias, ainda em Barbalha, pelo coronel Joaquim da Costa Araújo. [...]

Julgo que o primeiro motor de beneficiamento da cana de açúcar, no sul do Ceará, foi um que o coronel Antônio Luiz Alves Pequeno, o Antigo, assentou em 1875 ou 76 no seu sítio Santa Maria, em Missão Velha. [...]

Em 1928 um homem de inegável força de vontade, Virgílio Ribeiro Maracajá, instalou no Crato uma usina açucareira que, depois de alguns anos de vicissitudes, fracassou por sua má organização.

Vemo-la, hoje, no sítio Burití a uns três quilômetros da cidade, desmantelada, silenciosa, a

atestar melancolicamente o sonho desfeito do seu fundador.

PINHEIRO, Irineu (1930). *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. Ed. fac. sim. Fortaleza: FWA, 2009. p. 55-56.

O crescimento econômico e demográfico acompanhou a modernização do Cariri. As ruínas identificadas nas zonas rurais e nas sedes dos municípios ainda preservam o aspecto material do rompante modernizador testemunhado na região na primeira metade do século XX. Especificamente em relação ao período de eletrificação do Sul do Ceará, é possível contemplar a sucata dos geradores termelétricos da usina térmica e hidráulica instalada no Crato. É possível identificar as marcas Stoltz e Siemens no maquinário ainda presente nos escombros do prédio que já recebeu um segundo uso funcional na década de 1980 ao abrigar um bar e restaurante em formato de balneário que proporcionava lazer aos banhistas.

A energia gerada por essas turbinas dinamizava a dimensão social da cidade ao trazer a comodidade, e por que não dizer o luxo, para os teatros, festividades promovidas pela igreja, praças e residências particulares. A população teve acesso à economia e praticidade da energia elétrica e gradativamente aboliu o uso do óleo derivado do petróleo, também por questões de segurança.

Ary Bezerra Leite afirmou em sua obra *História da Energia no Ceará*, que a Câmara Municipal do Crato autorizou a instalação do serviço de iluminação pública em 1903. O autor trouxe uma citação

da monografia *O Cariri*, de Irineu Pinheiro, que assim descreveu a infraestrutura da iluminação por combustão de querosene à época:

Compôs-se esse serviço de iluminação de toscos postos de madeiras, quadrilaterais, enfiados rentes com as calçadas sobre os quais assentavam lâmpadas, consistindo em cima uma caixa de flandre, com quatro faces envidraçadas e cobertas também com flandre. Dentro desses lâmpadas punham-se pequenos candeeiros, feitos ainda de flandre com mangas de vidro, cheios de querosene. Todas as noitinhas, via-se o empregado da Intendência, num passo ligeiro, conduzindo uma escadinha de cedro, encostá-la em cada poste, trepar por ela e acender os candeeiros, os quais, como os lâmpadas, eram fabricados por bons funileiros cratenses.¹⁹²

| 92 | LEITE, Ary Bezerra. *História da Energia no Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1996. p. 93-94.

Ainda de acordo com Ary Bezerra, a transição para uma alternativa ao querosene utilizado na iluminação pública no Cariri foi efetivada com a autorização do Presidente do Estado para a contratação de serviços de fornecimento de energia elétrica. Barbalha foi o primeiro município a ser beneficiado, com a Lei nº 1.096 de 11 de agosto de 1913. Três anos depois, com as autorizações concedidas pelas Leis n.º 1.404 e 1.418, o município do Crato viria a ser beneficiado. Com a promulgação da Lei nº 2.489, de 8 de agosto de 1927, as Câmaras Municipais passaram a ter autonomia para contratar os serviços de luz e força.

Em 15 de março de 1920, mais uma usina hidráulica é inaugurada, desta feita no Crato, construída no riacho Batateira, em queda de 60 metros. A

iniciativa particular de Alexandre Arrais é depois cedida à Prefeitura, embora haja registro em 1934 indicando como concessionário Almine & Cia. Ltda. A usina tinha potência de 60 kVA/48kW, em tensão de 380V. A capacidade geradora foi ampliada para 120 kVA/96kW em 1939, quando o próprio Alexandre Arrais exerce o cargo de Prefeito, combinando-se então energia hidráulica e energia termelétrica. Os escritores José de Figueiredo e Irineu Pinheiro, na obra “Cidade do Crato” (1955), informam: “...Sua iluminação é das melhores do interior. É fornecida sua energia de dia e de noite pela hidrelétrica montada no Batateira e reforçada no período de 18 às 23 horas por dois geradores termelétricos.”⁹³

| 93 | *Ibidem*, pp. 112-113.

| 94 | *Ibidem*, p. 114.

No ano de 1925, mais três cidades cearenses constituem serviços locais de energia elétrica. Instala-se em Juazeiro do Norte, a empresa elétrica de Juazeiro, com motor a óleo diesel, potência de 140 kVA/112 kW, oferecendo energia em 220 volts. A partir de 1934, consta como proprietária Joana Tertulina de Jesus, que se notabilizou como governanta do Padre Cícero e ficou na história pelo cognome Beata Mocinha.⁹⁴

O autor citou que a energia da usina hidrelétrica de Paulo Afonso não havia chegado à região até o final da década de 1950. De fato, a festa da chegada da energia só viria a acontecer em 28 de dezembro de 1961, realizada na Praça do Socorro, em Juazeiro do Norte. Segundo reportagem do Diário do Nordeste:

Antes da chegada da energia ao Ceará, os Municípios do interior cearense eram iluminados pelas próprias Prefeituras a partir de pequenos

e precários grupos geradores, dentro de horários restritos, geralmente das 18 às 20 horas. O Crato era uma exceção. A cidade contava com uma hidrelétrica, movida com águas da nascente Batateira, com uma vazão de quase um milhão de litros por hora.¹⁹⁵

Ainda segundo a reportagem, a Usina de Energia Elétrica foi a primeira hidrelétrica do Crato e foi instalada no ano de 1939, gerando autonomia na eletrificação. A capital do Ceará, Fortaleza, foi atendida pela energia da Usina Santo Afonso no ano de 1964.

Em Missão Velha, município vizinho ao Crato, houve o investimento privado da firma P. Machado & Cia que em 1926 “instala na sua usina um grupo de geração de energia elétrica cujo excedente é repassado à cidade” (LEITE, Ary Bezerra. p. 115). No ano de 1928 os serviços de fornecimento de energia elétrica, por iniciativa de empreendedores ou concessionários, chegaram aos municípios de Barbalha e Milagres pelas firmas Barreto, Sampaio & Cia e J. Feitosa & Cia, respectivamente. (LEITE, Ary Bezerra. p. 116).

De acordo com a pesquisa de Ary Bezerra, o município de Aurora foi energizado em 1929 pelo empreendimento do concessionário A. Pinto e Cia. Em 1933 o município de Várzea Alegre passou a ter os seus serviços de energia graças ao investimento da Empresa Santa Clara e no município de Jardim pela Prefeitura Municipal até 1939, com o investimento privado de Theodomiro Figueiras Sampaio.



Imagem 17 - Usina Hidrelétrica do Crato. Fonte: GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Município de Crato. Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda – 1942. Sem página



Imagem 18 - Usina enquanto balneário na década de 1980.
Fonte: www.cariridasantigas.com.br. Acessado em 20 fev. 2019.



Imagem 19 - Maquinário localizado nas ruínas da Usina Hidrelétrica do Crato. Fonte: www.cariridasantigas.com.br. Acessado em 20 fev. 2019.



Imagem 20 - Maquinário da marca Stoltz localizado. Fonte: www.cariridasantigas.com.br. Acessado em 20 fev. 2019.

TURBINAS HYDRAULICAS



STOLTZ

são reconhecidamente de qualidade superior e permitem o aproveitamento economico de qualquer cachoeira.

Novos typos especialmente economicos!

Peca o novo catalogo Nº 12 

HERM. STOLTZ & CO.
RIO DE JANEIRO AV. RIO BRANCO, 66-74
SÃO PAULO RECIFE HAMBURGO.



419013

Imagem 21 - Propaganda das Turbinas Stoltz.

Fonte: www.cariridasantigas.com.br. Acessado em 20 fev. 2019.

O Estado do Ceará ingressa na década de 40 com o setor energético constituído por pequenos empreendimentos locais, em todo o seu território, capacitados a oferecer, pelo menos, iluminação pública. Até essa época, prevalece o princípio consagrado desde o início da história do iluminamento em nossas cidades, que paralisa os geradores em noites de lua. Os habitantes de nossas pequenas cidades viviam com seus olhos muito mais voltados para o céu, desfrutando plenamente a beleza das noites de luar. O sistema predominante de geração é o óleo diesel, seguido da lenha. As pequenas hidrelétricas foram gradualmente sendo desativadas, para reaparecer o aproveitamento hidráulico, mais tarde, em processo de grande açudagem sob a responsabilidade do Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS. Se, nos idos dos 40, os municípios cearenses enfrentavam os graves problemas de baixa potência instalada e qualidade precária em seu suprimento energético, vivia a capital igualmente a séria crise energética decorrente da impossibilidade dos investidores ingleses salvarem a Ceará Tramway Light and Power Co. Ltd. de um melancólico final.⁹⁶

| 96 | LEITE, Ary Bezerra. *História da Energia no Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1996. p. 118.

O Ceará estava inserido no contexto industrial brasileiro e apresentava as mesmas características de desenvolvimento observadas por Marcelo Magalhães Godoy em *Persistência do tradicional*:

Uma abordagem panorâmica desse universo de dados para o Brasil, principalmente a partir de 1920, sugere quatro períodos mais ou menos distintos: até 1930, predominou a produção dos

engenhos, ainda que o processo de modernização estivesse bastante adiantado, principalmente do setor industrial da fabricação de açúcar, e o ritmo de crescimento da produção das usinas fosse muito maior do que o dos engenhos; o segundo período, de 1930 a 1950, foi marcado pela inversão de posições e culminou com a preponderância das usinas, respondendo os engenhos por menos de 20% da produção nacional ao final do período; os próximos 20 anos, de 1950 a 1970, representaram o último momento de expansão da produção artesanal e manufatureira dos engenhos, em cenário de quase que completo domínio do mercado nacional de açúcar por parte da produção industrial das usinas; o último período, que se estendeu até o final do século XX, foi marcado pela aceleração do processo de desestruturação dos engenhos.¹⁹⁷

| 97 | GODOY, Marcelo Magalhães. *Persistência do tradicional: o processo de modernização da agroindústria canavieira do Brasil e a sobrevivência de formas produtivas não-capitalistas*. In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Vol. 5, Nº10, dez. de 2013. p. 11.

Um grande desafio para os arqueólogos que se deparam com as ruínas de engenhos e de diferentes maquinários é a identificação precisa do período em que estes estiveram em funcionamento. Tanto a arquitetura vernacular do casario e das fábricas, quanto os diferentes modelos de máquinas, contém uma grande quantidade de informações que podem auxiliar na composição dos estudos elaborados durante os trabalhos de diagnóstico e resgate arqueológico. A respeito da importância da interdisciplinaridade na pesquisa arqueológica, a arqueóloga Rosiane Limaverde afirmava que:

A Arqueologia cada vez mais vem se favorecendo da contribuição da Geografia Humanista para instigar discussões acerca da importância da interdisciplinaridade, atenuando as fronteiras e criando zonas de interseção a essas duas disciplinas. Essa abertura permite que a Arqueologia e sua análise da paisagem passe a desenvolver pesquisas sobre a percepção das pessoas em relação ao seu ambiente de vivência, considerando também os saberes empíricos como fonte de conhecimento. Nas últimas décadas, algumas disciplinas que trabalham com a questão do espaço/paisagem cultural, como a Geografia, a Arquitetura e a Arqueologia, se estruturaram com argumentos extraídos da Antropologia, da Filosofia e da Teoria Social. |⁹⁸|

| 98 | LIMAVERDE, Rosiane. *Arqueologia social inclusiva: A fundação Casa Grande e a gestão do patrimônio Cultural da Chapada do Araripe*. 2015. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal. p. 54.

Em 2008 a Universidade Federal do Ceará planejou instalar seis cursos em área do sítio tombado da Casa de José de Alencar em Messejana. Com sede no Parque Alagadiço Novo, o espaço foi ressignificado a partir da Resolução nº 196, de 23 de setembro de 1966 e passou a abrigar uma instituição para a promoção de atividades culturais e de pesquisa, ensino e extensão voltadas à vida e obra do romancista José de Alencar.

Carlos Fernando de Moura Delphim, Arquiteto da Paisagem do Depam/IPHAN, em parecer de 10 de outubro de 2008 afirmava que “A implantação da proposta em terrenos da Casa de José de Alencar faz-se à custa da integridade e autenticidade do sítio tombado. O sítio não suportaria a

quantidade, magnitude e sinergia dos efeitos negativos”. O técnico especialista em jardins históricos, patrimônio natural e paisagem cultural do IPHAN atestava no relatório que:

A área, que já foi objeto de pesquisa arqueológica, guarda ainda grande potencial neste âmbito, conforme parecer do Professor Marcos Albuquerque, da Universidade Federal de Pernambuco, o qual afirma:

A pesquisa arqueológica e consolidação do monumento ocorreram na área das ruínas da fábrica do Engenho. Entretanto, tanto a área em torno do engenho, propriamente dito, como da casa em que nasceu José de Alencar, devem ser objeto de uma pesquisa arqueológica. A realização de uma pesquisa arqueológica nestas áreas permitirá o resgate de mais informações quanto ao cotidiano de outras sub unidades funcionais do complexo do Alagadiço Novo. É nossa opinião que qualquer intervenção que esta área venha a sofrer na sub-superfície deva ser precedida de uma pesquisa arqueológica. Prof. Dr. Marcos Albuquerque, em relatório apresentado ao coordenador do Projeto Alagadiço Novo, o Prof. Dr. Ricardo Bezerra, da UFC, quando da conclusão da pesquisa arqueológica e consolidação das ruínas do Engenho Alagadiço Novo, de 04/06/2000 (Cópia ao IPHAN).¹⁹⁹

| 99 | INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.
Parecer de Carlos Fernando de Moura Delphim sobre proposta de edificação no Sítio Alagadiço Novo – Casa de José de Alencar. IPHAN, Fortaleza, 2008. p. 8.



Imagem 22 - Estrutura do Sítio Arqueológico Histórico da Casa de José de Alencar. Fonte: Parecer sobre proposta de edificação no sítio Alagadiço Novo Casa de José de Alencar

A pesquisa arqueológica nas ruínas do Engenho Alagadiço Novo foi o primeiro registro de Arqueologia de Engenhos no Ceará. O primeiro estudo arqueológico que contemplou um engenho no Cariri cearense foi apresentado no Processo nº. 01496.001219/2009-19 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O referido processo de 2009 trata do Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico em Área Destinada a Extração de Calcário pela Empresa ITAPUÍ S/A - Barbalha/CE.

Neste trecho do *Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico* são apresentados vestígios da cultura material no local destinado ao empreendimento e a relevância da pesquisa arqueológica para aquele contexto:

O Muro de Pedra da Fazenda São Joaquim é um testemunho arqueológico de uma técnica construtiva que demarca a divisa da terra. Essa técnica foi herdada dos negros escravos dos engenhos e segundo o testemunho oral do Seu João Alexandre (80 anos), o morador mais antigo da Vila São Joaquim, que trabalhou no engenho de rapadura dos antigos proprietários da Fazenda (os irmãos Chico e João Teles), foi construído pelo seu pai e outros moradores da localidade em um período de grande seca a troco de ralo alimento. Seu João, em seu depoimento, falou da existência de índigenas nos pés de serra, que caçavam e roubavam os garrotes dos fazendeiros. Falou também que esses índios taparam algumas nascentes do Araripe, uma delas foi a do Rio Novo. A nascente do Sítio São Joaquim foi tapada, mas com o passar dos anos, a fonte voltou a jorrar.¹⁰¹

Nessa perspectiva, entendemos que a Fazenda São Joaquim está inserida de um contexto histórico de uma comunidade que tem a sua identidade marcada por heranças coloniais da tradição dos engenhos de rapadura, tradições negras escravas e tradições dos habitantes indígenas dos pés de serra do Araripe. Por sua vez, os vestígios arqueológicos prospectados e indicados nessa pesquisa não estão localizados na zona de impacto direto do empreendimento, viabilizando a exploração econômica (mineral) da área pela Empresa Itapuí S/A.¹⁰²

Nessa pesquisa arqueológica foi possível a identificação das estruturas do “Engenho Velho”. A Arqueóloga Rosiane Limaverde propôs um projeto de restauração do engenho e do muro de pedra do

| 101 | INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Processo nº. 1496.001219/2009-19. Assunto: Programa de Prospeção e Resgate Arqueológico em Área Destinada a Extração de Calcário pela Empresa ITAPUÍ S/A - Barbalha/CE. Vol. 1, Parte 3, p. 13.

| 102 | *Ibidem*, p. 17.

Sítio São Joaquim. Para além do processo de recuperação do engenho, foram propostas a “sua musealização, a conservação do antigo muro de pedra construído no início do século passado, a abertura de trilhas sinalizadas para visitação ambiental e o programa de educação patrimonial”.¹⁰³

Contando com o endosso institucional da Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, a casa do Patrimônio da Chapada do Araripe, a equipe multidisciplinar foi coordenada pela arqueóloga Rosiane Limaverde e composta ainda por uma historiadora, uma arquiteta, um engenheiro e um educador com experiência em musealização para o planejamento, pesquisa e execução do Projeto de Pesquisa.

O Projeto previa a análise das características arquitetônicas e do contexto histórico do “Engenho Velho” localizado no Sítio São Joaquim, no município de Barbalha. O diagnóstico arqueológico era parte da execução do Termo de Compromisso firmado em 29 de maio de 2012, entre a Superintendência do IPHAN no Ceará e a Itapuí Barbalhense Indústria de Cimentos S/A referente ao processo número 01496.00129/2009-19. A pesquisa arqueológica para o licenciamento ambiental na área destinada a extração de calcário pela empresa Itapuí previa ainda a elaboração de um projeto de restauro do engenho, para o uso de suas estruturas e de seu entorno, incluindo trilhas e um antigo muro de pedra, que as pesquisas buscariam comprovar se seria contemporâneo ao “Engenho Velho”.

| 103 | *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*.
Processo nº.
1496.001219/2009-19. Assunto:
Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico em Área Destinada a Extração de Calcário pela Empresa ITAPUÍ S/A - Barbalha/CE.Vol. 1, Parte 4, p. 7.

O outro valor é contemporâneo e simbólico dado por uma comunidade regional que utiliza o espaço do Sítio do Engenho Velho para extrair da sua reserva florestal o pau da bandeira de Santo Antônio, tradicional festa popular da região do Cariri. Este é o principal motivo pelo qual a Empresa Itapuú objetiva recuperar o Engenho, tornando-o um atrativo cultural e educativo que proporcione uma releitura do contexto histórico dos engenhos produtores de açúcar na região e também agregue o valor simbólico do Pau da Bandeira de Santo Antônio, trabalhando também através de um programa educativo, a preservação ambiental.¹⁰⁴

Trabalhar com a questão da educação patrimonial e ambiental nesse projeto é muito adequado, pois o engenho, além do seu valor cultural, insere-se em um ambiente natural, com uma reserva florestal preservada, um dos únicos redutos do pássaro Soldadinho do Araripe (*Antilophia Bokermanni*) e com diversos potenciais educativos a serem explorados.¹⁰⁵

De acordo com o Parecer Técnico expedido pelo IPHAN, o Engenho do Sítio São Joaquim apresentava, diante das obras de restauração, estado de preservação íntegro, contudo, com a sua conservação em estado de arruinamento. No referido parecer consta que:

A edificação apresenta uma volumetria bem singela, com uma tipologia arquitetônica colonial, apresentando uma planta baixa quadrada, com uma cobertura em telhas cerâmicas com três volumes de caimento em quatro águas sustentados

| 104 | *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 1496.001219/2009-19. Assunto: Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico em Área Destinada a Extração de Calcário pela Empresa ITAPUÍ S/A - Barbalha/CE.Vol. 2, Parte 1, p. 12.

| 105 | *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Processo nº. 1496.001219/2009-19. Assunto: Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico em Área Destinada a Extração de Calcário pela Empresa ITAPUÍ S/A - Barbalha/CE.Vol. 2, Parte 2, p. 24.

por uma estrutura de madeira com tesouras apoiadas em pilares de alvenaria e sobre as paredes. As fachadas possuem detalhes de coroaamento com um beiral sobre cimalha simples. As aberturas dos vãos das fachadas do engenho possuem vãos largos e estreitos não sendo verificados nas imagens a presença de esquadrias existentes.

Percebeu-se nas imagens contidas no processo que o edifício encontra-se bem danificado, em estado de arruinamento, apresentando trechos de alvenaria e cobertas que desabaram. Há muita vegetação do tipo trepadeira sobre as alvenarias e cobertura.¹⁰⁶

| 106 | *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*.
Processo nº.
1496.001219/2009-19. Assunto:
Programa de Prospeção e Resgate Arqueológico em Área Destinada a Extração de Calcário pela Empresa ITAPUÍ S/A - Barbalha/CE. Vol. 2, Parte 3, p. 11.

Na análise do parecer, o projeto de restauro da edificação apontava para uma adaptação do imóvel para a sua utilização enquanto museu. Para tanto, foram propostas a demolição das alvenarias que sustentam a caixa d'água para a ampliação de uma sala a ser destinada à Cultura Popular; a reconstrução de alguns muros de alvenaria que haviam desabado; a construção de uma calçada externa com guarda corpo; a construção de rampas no local das caldeiras, sendo este espaço destinado a uma escavação arqueológica no centro da sala; a reconstrução da coberta da edificação na mesma volumetria existente, bem como a recuperação da fachada e finalmente a instalação de esquadrias nos vãos de abertura, não indicando se estas seriam novas ou recuperadas, nem qual o tipo de material a ser utilizado.

Em parecer que apresenta a solicitação de prorrogação de prazo para execução de Termo de Compromisso firmado entre a empresa Itapuí Barbalhense Indústria de Cimentos S/A e o IPHAN, assim é destacada relevância do Programa de Educação Patrimonial:

| 107 | *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.*
Parecer Nº 124/15/
IPHAN-CE de 19
de junho de 2015.
Referência PA nº
1496.001219/
2009-19.

Salienta-se que a fazenda São Joaquim é um local com forte significado simbólico na região, visto que, por muitos anos, vêm servindo como local de extração do pau da bandeira de Santo Antônio, que todos os anos é carregado pelas ruas de Barbalha, evento que está inserido na Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha, patrimônio imaterial em fase de registro pelo IPHAN. Diante de tal cenário o Termo de Compromisso em tela assume um significado maior, visto que propõe ações de educação patrimonial e a revitalização de um local, que, entre outros assuntos, por meio de uma exposição, abordará a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha.¹⁰⁷

No contexto do Cariri cearense, pequenas unidades produtivas coexistiram com o modelo agroindustrial representado pela usina. Essa modernização dos processos de produção não representou apenas o alinhamento com a revolução industrial, mas também profundas mudanças nas relações sociais.

Este conjunto torna plausível uma discussão que considere os resquícios arqueológicos da cultura canavieira como fonte histórica para um estudo que envolve tanto a análise das diferentes espécies de máquinas utilizadas nos processos de moenda



Imagem 23 - Muro de Pedra da Fazenda São Joaquim. Fonte: Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico em Área Destinada a Extração de Calcário pela Empresa ITAPUI S/A - Barbalha/CE.^[108]



Imagem 24 - Engenho Velho antes do restauro. Fonte: Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico em Área Destinada a Extração de Calcário pela Empresa ITAPUI S/A - Barbalha/CE.^[109]



Imagem 25 - Engenho Velho após o restauro. Fonte: Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico em Área Destinada a Extração de Calcário pela Empresa ITAPUI S/A - Barbalha/CE. ^[110]

da cana-de-açúcar, quanto os diferentes exemplares de uma arquitetura que assume características particulares ao longo da Chapada do Araripe.

Em nossa pesquisa histórica consideramos como fontes as ruínas das edificações, os materiais utilizados em suas construções e os seus respectivos processos de fabricação. Analisamos que o maquinário moderno conviveu com equipamentos arcaicos e, para que possamos estabelecer uma cronologia da técnica e dos seus mecanismos, precisamos abordar estes vestígios de uma forma abrangente.

A industrialização do Cariri na primeira metade do século XX compartilha de muitas das características observadas em outros territórios que desenvolveram processos de modernização no campo. De acordo com o geógrafo Fábio Ricardo Silva Beserra, em artigo intitulado *O processo de industrialização no Cariri e o papel do estado rumo a uma “modernização conservadora”*:

A história e a geografia dos lugares, na era moderna, acontecem de forma interdependentes, interconectadas, no espaço e no tempo. Os fatos não ocorrem isoladamente, autonomamente e as relações que os unem precisam ser identificadas para que os mosaicos territoriais possam ser apreendidos no todo da produção do espaço.

O processo de industrialização do Cariri cearense é um destes fenômenos que ocorrem associados às escalas local, regional, nacional e global. No geral, se confunde com um processo maior, o de industrialização do Estado do Ceará, mas algumas

| 108 | *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.*

Processo nº. 014.001219/2009-19. Assunto: Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico em Área Destinada a Extração de Calcário pela Empresa ITAPUÍ S/A - Barbalha/CE. Vol. 1, Parte 3, p. 13.

| 109 | *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.*

Processo nº. 016.001219/2009-19. Assunto: Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico em Área Destinada a Extração de Calcário pela Empresa ITAPUÍ S/A - Barbalha/CE. Vol. 2, Parte 2, p. 27.

| 110 | *Ibidem.*

de suas particularidades expressam um contexto onde o território é solidamente conformado por suas estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais.¹¹¹

José de Figueiredo Filho compilou uma matéria do Pe. Antônio Gomes publicada no jornal *O MUNICÍPIO*, de 20 de agosto de 1950, para o seu livro *História do Cariri*. O documento aponta para o que seria o primeiro engenho de ferro instalado em terras caririenses:

Membro do Regimento de Cavalaria, comandado, então, pelo Cel. Vitoriano Maciel, largo plantador de cana-de-açúcar, espírito atilado e progressista a serviço da vontade, a prova de resistência em choque com a mediocridade ambiente – o Capitão Antônio de Melo bateu audaciosamente o primeiro marco duma revolução na economia da indústria canavieira do Crato. Cingiu-se como o campo de louco, de pioneiro. Encarnou uma transição. Inaugurou uma época e preconizou o ocaso de outra. Iniciou um ciclo de ferro e apontou o começo do fim dum ciclo de madeira. Comprou em Pernambuco, e trouxe a fôlego de bois, um grande engenho de ferro, que instalou em seu sítio, o primeiro engenho de metal que os céus do município de Crato viram. Com ele se iniciava o desaparecimento, nesta gleba, do engenho de madeira, de moendas verticais, introduzido no Brasil por volta d do século XVII, graças à iniciativa dum sacerdote católico castelhano, vindo do Peru, segundo os tratadistas.

| 111 | BESERRA, Fábio Ricardo Silva. O processo de industrialização no Cariri e o papel do estado rumo a uma “modernização conservadora”. In: ENCONTRO INTERNACIONAL TRABALHO E PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES, 1., 2006, Fortaleza. Anais... Fortaleza: LABOR/UFC, 2006. p. 1-16. p. 1.

Quanto ao filho, Antônio Ferreira de Melo II, em 1922 foi o primeiro a motorizar seu engenho de ferro em terras deste município. Antecipou-se no túmulo ao funcionamento do motor, mas seus filhos Luís Gonzaga de Melo e José de Melo utilizaram-no em moagem.

O vovô dos engenhos de ferro de Crato – vovô dos 73 que funcionam atualmente no município, bem dos que a ele se sucederam e já desapareceram na voragem do tempo – continua, soberano, a quebrar e fornecer para a indústria rapadureira do Cariri”. [...]

O primeiro engenho de ferro foi recebido no SÍTIO SÃO JOSÉ, do Capitão Antônio Ferreira de Melo, debaixo de festejos populares, ao som das músicas de couro e ao pipocar do foguetório. Conta a tradição que pertencera anteriormente a perseguido político pernambucano, que escondeu da sanha de seus inimigos, enterrando-o em lugar bem oculto. Passada a tormenta, tirou-o do esconderijo, deu camada de zarcão para renová-lo e vendê-lo ao senhor de engenho cratense que trouxe via Pajeú, para ser a maior novidade da época, na região canavieira do Cariri.

Esse engenho pertence agora aos herdeiros do Cel. José Ulisses Peixoto, está motorizado e continua a moer canas, como há mais de um século. A caldeira Roby & Co., que foi instalada no sítio Jacó, em 1892, então do Cel. Antônio Ferreira de Melo Filho, ainda continua a trabalhar, agora no sítio Juazeirense de Pau Seco, de propriedade de João Bezerra. [...]

A região que passa presentemente por sensível processo de industrialização, após a chegada da

energia de Paulo Afonso, ainda não se movimentou para a montagem de usina de açúcar. Uma que se levantou, no distrito de Buriti, pelo emprego de maquinaria velha, teve que cerrar suas portas.^{|112|}

José de Figueiredo Filho relatou a existência de uma usina a poucos quilômetros do Crato, em Buriti, onde havia na década de 1930 uma pequena estação da Rêde de Viação Cearense que servia para o transporte da produção de gipsita^{|113|} do Crato e de Santana do Cariri:

A usina não medrou em terras caririenses. Diversas causas impediram-na de vencer. Foi comprada em segunda mão e sua produção nunca foi compensadora. Iniciou-se logo uma seca de 1932, com a produção de cana diminuída e a rapadura com aumento exagerado de preço. Não quis o lavrador submeter-se a contratos dos usineiros. Foi um bem a usina, aos moldes pernambucanos, não prosperar. O Cariri é a região de pequenas propriedades e a cana-de-açúcar não suplantou a policultura. A energia de Paulo Afonso está prestes a chegar ao Vale. A usina tem que surgir também, mas, que nos venha para melhorar o nível de vida dos pequenos lavradores e dos trabalhadores rurais e não unicamente para destruir o engenho de rapadura, sem nada de bom e de duradouro deixar na terra.^{|114|}

Maria Yacê Carleial também citou em sua dissertação de mestrado a referida usina e a sua derrocada em 1932:

| 112 | FIGUEIREDO FILHO, José de. História do Cariri. Vol. 3. Crato, CE: Faculdade de Filosofia do Crato, 1966. p.112-113.

| 113 | A gipsita é um minério. De acordo com o Dicionário Houaiss, trata-se de sulfato hidratado de cálcio monoclinico, incolor ou branco, de brilho vítreo e clivagem perfeita. Também conhecido como gema, gesso ou gipso.

| 114 | FIGUEIREDO FILHO, José de. Engenhos de rapadura do Cariri. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1958. p.17.

Em 1928, um projeto semelhante foi concretizado no município do Crato: uma usina de açúcar começou a funcionar na localidade de Buriti. A iniciativa coube a Joaquim Fernandes Teles, liderança política local, proprietário do engenho *Lagoa Encantada*, que se uniu a um “capitalista” paraibano, “*um cidadão chamado Maracajá, que era de Campina Grande.*” Juntos, criaram uma sociedade anônima, a *Assucareira* [sic] *Cearense*, montando a indústria, com equipamentos de “segunda mão”. O empreendimento, que ficou conhecido como *Usina Maracajá*, funcionou deficitariamente por breve período. Entre as causas apontadas para seu insucesso, estariam os altos custos de produção e a recusa dos fornecedores de cana de se submeter a “contratos de usina”, que poderiam implicar em perda de autonomia como produtores. Pode-se pensar em uma espécie de *resistência* desta categoria, que encontraria ressonância, décadas depois, no contexto da Usina de Barbalha. Segundo a tradição, o golpe definitivo para a *Usina Maracajá* veio em 1932, ano de grande seca, quando as rapaduras do sempre verde vale do Cariri alcançaram preços altíssimos. Estimulados, os donos de engenho mantiveram suas máquinas em pleno funcionamento, absorvendo a maior parte da cana da região, deixando a indústria cratense sem condições de produzir.¹¹⁵

| 115 | SÁ, Maria Yacê Carleial Feijó de. Os homens que faziam o Tupinambá moer: experiência e trabalho em engenhos de rapadura no Cariri (1945-1980). 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. p. 238-239.

O Engenho Tupinambá é um exemplar que nos auxilia na compreensão da transição tecnológica por qual passou a economia da cana-de-açúcar do Sul do Ceará. A edificação remete a meados do século XIX e durante a transição para o século XX incorporou reformas e adquiriu maquinário

de ferro movido a vapor. Até a década de 1930, os engenhos de ferro do Cariri cearense eram importados da Inglaterra através dos portos de Fortaleza e Recife. Apenas em 1932, com a chegada do industrial Antonio Linard ao município de Missão Velha, essa ordem manufatureira seria modificada. No contexto da cultura material canavieira, Maria Yace Carleal Feijó de Sá contemplou a peculiaridade arquitetônica do Tupinambá e assim descreveu as suas ruínas em 2007:

| 116 | *Ibidem*, p. 104.

Outra face física desse controle do patrão sobre os empregados se explicitava na simbiose de sua moradia, A Casa Grande, com o Engenho, que formavam uma só estrutura encimada por um único telhado, alto, com quatro águas bem definidas. O Jogo de inclinações e quebras propiciava desníveis que funcionavam como aberturas de iluminação e ventilação [...]

O Ponto em que a parede escura das construções auxiliares se liga à estrutura principal marca o início do engenho: o volume mais alto da edificação. Os salões do engenho e os cômodos da casa do patrão, portanto, formavam um só volume arquitetônico, surpreendentemente harmonioso, raro nos engenhos nordestinos conhecidos.¹¹⁶ [...]

Separando os cômodos da casa dos vãos do engenho, uma grossa parede de tijolos com quase um metro de espessura, reforçada por possantes colunas de alvenaria (2m x 2m), parte da estrutura de sustentação das enormes tesouras do telhado. Essa alvenaria, que percorria toda a extensão transversal

da edificação, isolava os moradores do calor e da fumaça da fornalha e conseguia amortecer significativamente os ruídos da moagem.¹¹⁷ [...]

| 117 | *Ibidem*, p. 105.

Sob esta perspectiva mais ampla, o *Tupinambá* não era apenas uma fábrica, uma fazenda. Era também um espaço definidor de um *modo de vida* – ao influir fortemente na forma como esses homens e mulheres se relacionavam com a natureza, percebiam a passagem do tempo, construíam seus valores, se ajustavam socialmente, transmitiam saberes. Neste sentido, o engenho era o lugar material que correspondia à construção dessa *cultura*, constituindo-se também pelo palco de suas manifestações, nas suas variadas práticas de convívio, reuniões, rezas, brincadeiras e festas.¹¹⁸

| 118 | *Ibidem*, p. 207.

Na década de 2010 foi cogitada a criação de um museu na propriedade, mas não chegou a ser concretizada. Em reportagem do jornal *O Povo*: “... Hoje, o local está alugado e funciona como uma casa de festas. Segundo Maristela Mourão, locatária, apesar das restaurações feitas, muitas das paredes ainda permanecem intactas desde a construção.”¹¹⁹ Em frente ao edifício encontram-se, ao relento, os vestígios do maquinário de ferro, como uma roda e uma caldeira que remetem ao período de modernização do referido engenho.

Em *A terra e o homem no Nordeste*, de Manuel Correia de Andrade, identificamos uma espécie de inventário do que seria o momento, em meados do século XX, em que diferentes tecnologias conviveram no campo. O contexto socioeconômico demonstrava sinais de industrialização na região,



| 119 | PARA
PRESERVAR o
patrimônio histó-
rico de Barbalha.
Disponível em:
www.opovo.com.br
Acessado em
19/08/2020.

Imagem 26 - Engenho Tupinambá na década de 1940. Fonte: Fotografia de João José Rescala. 1941. Acervo da Superintendência do IPHAN no Ceará

seja através da chegada da eletricidade ou das primeiras especulações a respeito da implantação de uma usina para beneficiamento da cana-de-açúcar em escala industrial. De acordo com o autor:

Os engenhos rapadureiros são movidos a tração animal, a vapor, a motor diesel, prevendo-se nos pontos em que se faz a eletrificação rural utilizar até a energia elétrica. Os engenhos de pau movidos a boi escasseiam, confinando-se aos pés de serra mais pobres ou aos rincões mais distantes, nas “manchas úmidas” dos sertões piauienses. Estes pequenos engenhos são muito numerosos, subindo seu número, em 1956, em Triunfo, a 113, com capacidade de produção para cada um de 300 a 400 cargas de rapadura por ano, enquanto no Cariri, só no município do Crato, existiam em funcionamento, em 1958, 73 engenhos, dos



Imagem 27 - Ruínas do Engenho Tupinambá em 2009. Fonte: Acervo da Superintendência do IPHAN no Ceará



Imagem 28 - Tupinambá após a reforma na década de 2010.
Fonte: www.minasnaodoimais.com.br Acessado em 27 jul. 2015

quais 57 acionados a motor diesel, três a água e três a bois. Hoje grande parte destes engenhos estão de “fogo morto”, e projeta-se a instalação de uma usina de açúcar no Cariri cearense.¹²⁰

| 120 |
ANDRADE,
Manuel Correia de.
A terra e o homem
no Nordeste. 5a ed.
São Paulo: Atlas,
1986. p. 201.

Nesta época, em que os centros urbanos sertanejos contavam com a presença do rádio em suas praças, era comum o serviço de publicidade para a divulgação das mais diversas notícias do cotidiano interiorano. Em 19 de dezembro de 1958, o senhor Antonio Linard, proprietário da Indústria Linard, tinha a honra de convidar pelos alto-falantes os moradores do município de Missão Velha “a visitarem uma exposição de máquinas de minha fabricação, que por sinal estarão em funcionamento no pátio interno da minha Fábrica nesta Cidade a partir das 2 horas da tarde de hoje. Adianto que, referidas máquinas terão que seguir brevemente para o vale do SÃO FRANCISCO, para onde se destinam”. A nota publicitária identificada no acervo da Família Linard traz na íntegra o texto do locutor da antiga radiadora:

ATENÇÃO MISSÃOVELHENSES:

MUITA ATENÇÃO...

Meus Amigos, vocês já viram por acaso uma CACHOEIRA natural no curso de algum rio? Podem ter visto.

(Porem, meus Amigos, vocês já imaginaram a que ponto chega a capacidade criadora do homem de empreendimentos, principalmente no ramo de construções mecânicas?)

– (Pois bem, meus Amigos).

– Os Serviços de Alto Falantes Guararapes,

na qualidade de um Órgão de Publicidades, tem a honra de divulgar que está em exposição no pátio interno da “FABRICA LINARD” nesta Cidade, para ser visitada por todos a quem interessar possa.

– UMA CACHOEIRA ARTIFICIAL COM UMA QUEDA LIVRE DE DEZESSETE PÉS DE ALTURA, EM FORMA DE RETORNO AO DEPOSITO DE ORIGEM, COM UM JATO DE SEIS MIL LITROS DAGUA POR MINUTO, OU SEJA; 360.000 LITROS DAGUA POR HORA. – (EM FIM É UMA PEQUENA PAULO AFONSO ARTIFICIAL).

| 121 | FIGUEIREDO FILHO, José de. Engenhos de rapadura do Cariri. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1958. Sem página.

Como podemos conferir nas imagens a seguir, Antonio Linard inaugurou uma indústria de equipamentos para engenhos genuinamente sertanejo,

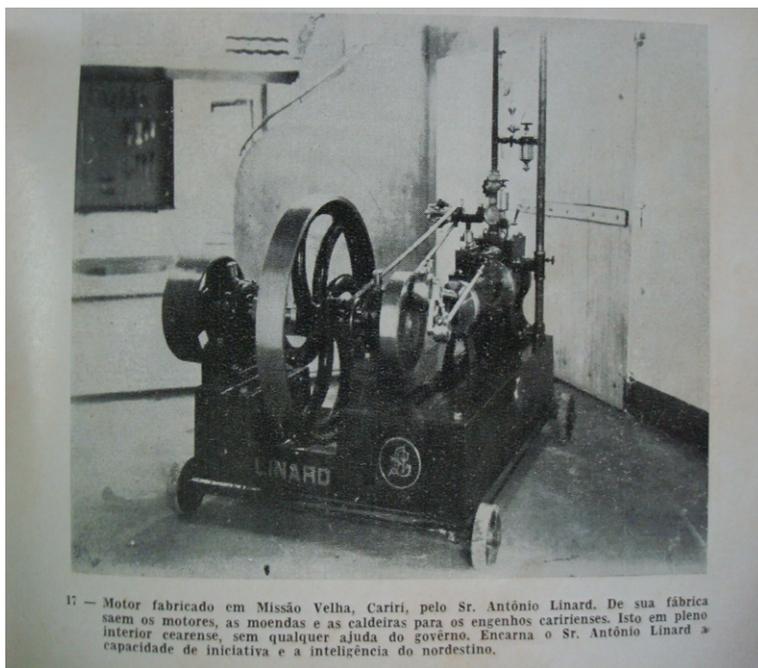


Imagem 29 - Motor Linard. Fonte: José de Figueiredo Filho¹²¹

findando uma dinâmica de importação de maquinário importado, principalmente inglês. É notória a semelhança de suas máquinas com as da indústria britânica Fawcett & Preston. Não à toa, Antonio Linard iniciou a sua carreira prestando assistência técnica aos engenhos de ferro britânicos instalados no Cariri.

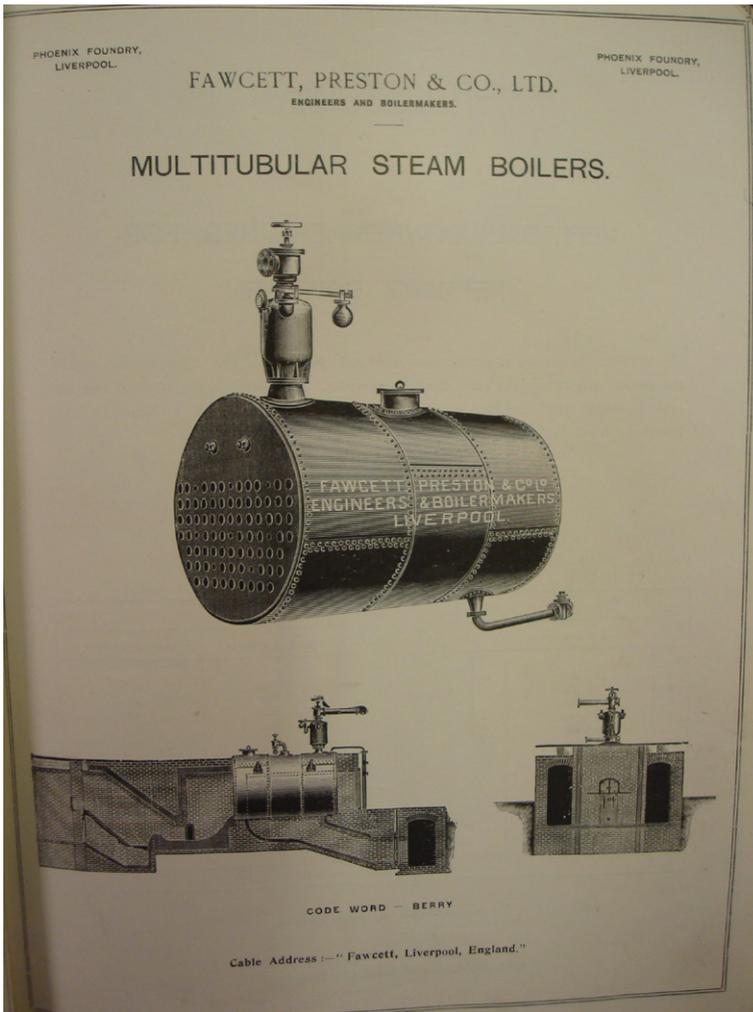


Imagem 30 - Caldeira Multitubular da Fawcett & Preston.
Fonte: Catálogo da Fawcett&Preston

CALDEIRA HORIZONTAL



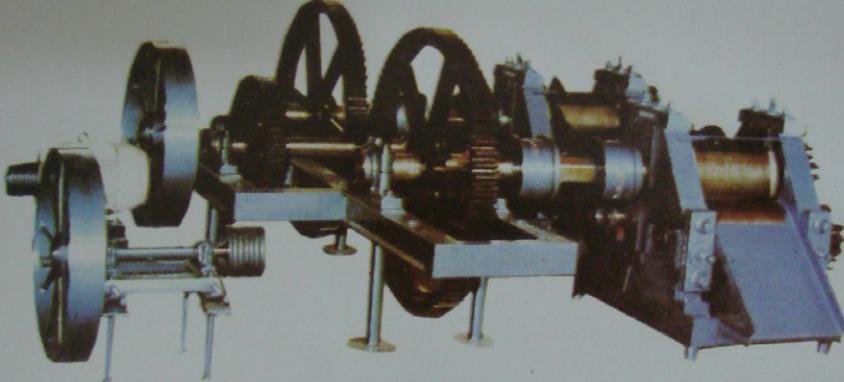
CALDEIRA VERTICAL



Imagem 31 - Caldeiras Horizontal e Vertical da Indústria Linard. Fonte: Acervo da Família Linard

ENGENHO COM: 3 ROLOS

18 x 24	12 x 15
16 x 20	10 x 12
14 x 18	9 x 10

**ENGENHO COM: 6 - 9 - 12 ROLOS
COM "PRESS ROLL."**

TIPO	
24 X 40	18 X 24
22 X 36	16 X 20
20 X 30	14 X 18

RECIPIENTE VERTICAL
* CAPACIDADE ATÉ 50.000 LITROS



RECIPIENTE HORIZONTAL
* CAPACIDADE ATÉ 50.000 LITROS



Imagem 32 - Catálogo da Indústria Linard. Fonte: Acervo da Família Linard

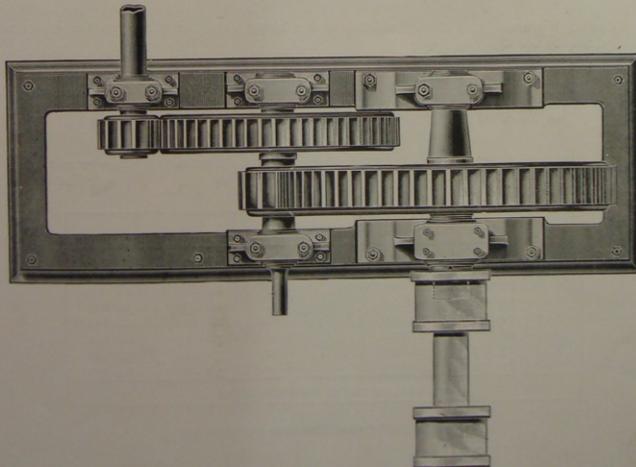
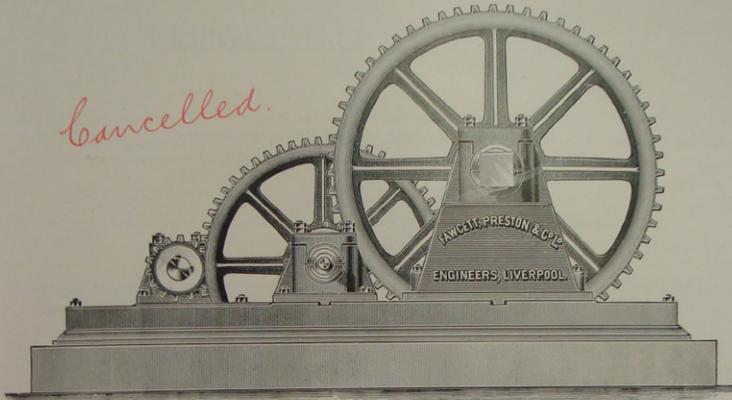
PHOENIX FOUNDRY,
LIVERPOOL.

FAWCETT, PRESTON & CO., LTD.
ENGINEERS AND BOILERMAKERS.

PHOENIX FOUNDRY,
LIVERPOOL.

COMPOUND GEARINGS.

Cancelled.



CODE WORD — ANJOU

Cable Address: "Fawcett, Liverpool, England"

Imagem 33 - Engrenagem composta de Fawcett & Preston. Fonte: Catálogo da Fawcett & Preston

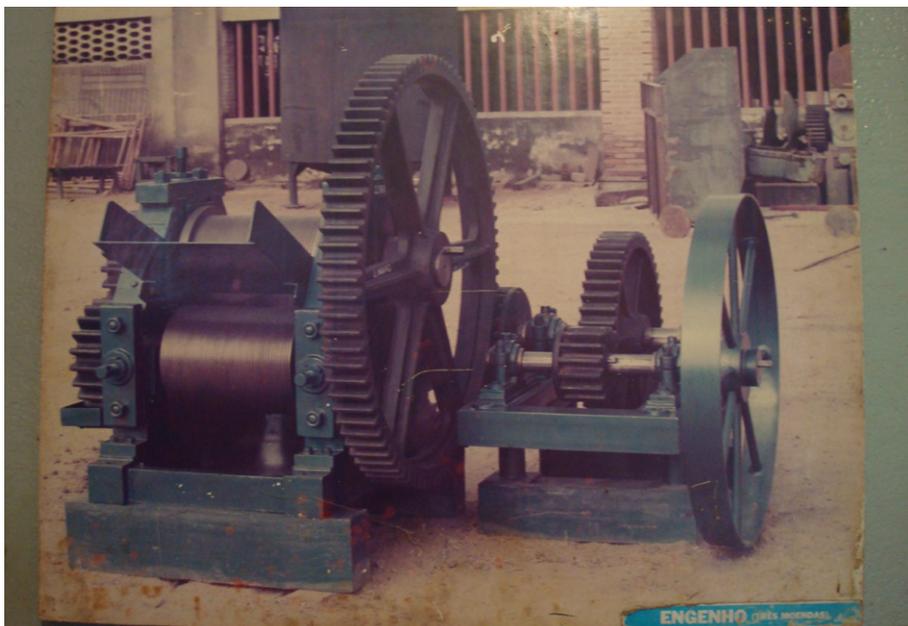


Imagem 34 - Engenho Linard. Fonte: Acervo da Família Linard



Imagem 35 - Instalações da Indústria Linard. Fonte: Fotografia de Naudiney de Castro Gonçalves em 01 dez. 2016

Segundo Manuel Moreno Friginals^{|122|}, a casa inglesa Fawcett, Preston and Co. criou um novo modelo de moenda horizontal, altamente aperfeiçoada e que iria revolucionar a indústria canavieira a partir de 1830. No catálogo da empresa (imagem 33) é possível verificar que a sua engrenagem composta ainda era comercializada até meados do século XX, antes de ser descontinuada. Para a Indústria Linard, o engenho de 3 rolos (imagem 32 e 34) ainda permanece em seu catálogo até os dias atuais e em comparação com o maquinário da Fawcett & Preston, fica clara a sua influência de design. De acordo com Ruy Gama, “o uso da moenda de rolos horizontais antecedeu o emprego do motor a vapor nos engenhos. Pode-se mesmo supor que a solicitação de maiores potências em consequência da adoção das moendas horizontais tenha estimulado a utilização do motor a vapor”.^{|123|} Ruy Gama ainda afirmava que:

- 1) O emprego de moendas horizontais – movidas ou não a vapor – foi realmente a inovação mais importante na segunda metade do século XVIII e que permanece até hoje.
- 2) Sob o aspecto da técnica de fabricação, em sentido estrito, o uso do vapor no cozimento alterou profundamente o processo e é insubstituível até hoje, podendo-se mesmo considerar que o uso do vapor como força motriz é secundário em relação ao seu uso como veículo de calor.
- 3) Do ponto de vista da economia externa da manufatura, o uso do motor a vapor propiciou a independência do engenho em relação aos

| 122 | MORENO FRAGINALS, Manuel. O engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano. Vol. I. São Paulo: Editora HUCITEC, 1988. p. 263

| 123 | GAMA, Ruy. Engenho e tecnologia. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1983. p. 183.

recursos naturais (água, vento, lenha, pastagens), alguns deles até competitivos em relação à própria lavoura da cana [...]”¹²⁴

| 124 | Ibidem, pp. 196-197.

A fabricação de um motor a vapor próprio sempre foi motivo de grande orgulho para o senhor Antonio Linard. Em uma nota publicitária encontrada no arquivo da fábrica, o texto de abertura era enfático: “Não compre outra marca de maquinismo para o fabrico de rapaduras, porque estes são garantidos, restituo o dinheiro, caso não durem mais e não funcionem melhor que qualquer outra marca estrangeira”.

A base do motor produzido pelas indústrias Linard (imagem 29) era de ferro fundido do tipo “GUZA” e o eixo da manivela de aço “SIEMENS-MARTINS”. Os seus eixos eram de aço e bronze endurecidos e as pontas das hastes giravam contra as esferas. Acompanhavam ainda um lubrificador hidrostático de gota visível e uma caldeira horizontal cilíndrica tubular (imagem 31), semelhante ao modelo comercializado pela Fawcett & Preston (imagem 30).

O pioneirismo e a raridade desta indústria sertaneja coadunam com os valores do patrimônio industrial descrito na Carta de Nizhny, do “The Internacional Comitee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH)”:

O património industrial reveste um valor social como parte do registro de vida dos homens e mulheres comuns e, como tal, confere-lhes um

importante sentimento identitário. Na história da indústria, da engenharia, da construção, o patrimônio industrial apresenta um valor científico e tecnológico, para além de poder também apresentar um valor estético, pela qualidade da sua arquitectura, do seu design ou da sua concepção.

Estes valores são intrínsecos aos próprios sítios industriais, às suas estruturas, aos seus elementos constitutivos, à sua maquinaria, à sua paisagem industrial, à sua documentação e também aos registros intangíveis contidos na memória dos homens e das suas tradições.

A raridade, em termos de sobrevivência de processos específicos de produção, de tipologias de sítios ou de paisagens, acrescenta-lhes um valor particular e devem ser cuidadosamente avaliada. Os exemplos mais antigos, ou pioneiros, apresentam um valor especial. |¹²⁵|

Da análise desse material deriva a sugestão de entender a indústria Linard como um exemplo de um complexo sistema de substituição da importação de maquinário para a região. Baseado, em sua origem, na experiência com as peças importadas, sobretudo inglesas, Antonio Linard foi capaz de produzir um maquinário próprio, ajudando a propiciar ao Ceará as condições para o estabelecimento de processos peculiares em relação ao que se verificou em outras áreas marcadas pela cultura do açúcar no país.

| 125 | CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL (2003). Disponível em: www.ticcihbrasil.com.br Acessado em 01 set. 2020.

Patrimônio Industrial do Cariri

Em 1950, o Cariri possuía 1.168 usinas e fábricas, 432 engenhos à força motriz, 366 engenhos à força animal, 368 veículos e 13.459,5 cavalos de força. Sobre a distribuição feita no mapa desse montante, verificamos que 21 cidades tinham fornecimento de energia. Eram estas: Salitre, Araripe, Santanópolis, Assaré, Crato, Jucás, Acopiara, Iguatu, Icó, Cedro, Varzea Alegre, Caririassu, Juazeiro do Norte, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Mangabeira, Aurora, Milagres e Mauriti. Enfim, o mapeamento de usinas/fábricas (UF) e engenhos à força motriz (EFM) tinha uma maior concentração na sua parte oeste, cuja existência, em números, dava-se para o Crato (UF - 48; EFM - 81), Juazeiro do Norte (UF - 666; EFM - 18), Missão Velha (UF - 234; EFM - 87) e Barbalha (EFM - 65).

GOMES, Assis Daniel. “Faça-se luz”: a eletrificação urbana no Cariri cearense (1949-1972). 2016. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. p. 66.

O Mestre Antonio, pai de Maragton, teve a história marcada por uma visita de Lampião e seu bando à fazenda do Coronel Santana. Conta-se que o rei do cangaço demandou serviço de limpeza dos armamentos, sendo indicado para a tarefa o jovem Antonio. Desempenhou a tarefa com tamanha maestria que, ao final, Lampião

passou o famoso chapéu de aba virada entre seus homens, recolhendo generosa contribuição, que permitiu Antonio a aquisição de um torno mecânico.

LEAL, Angela Barros. 40 anos do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico no Estado do Ceará. Fortaleza: SIMEC, 2011. p. 227.

A Indústria Linard, que mantém o seu funcionamento nos dias atuais, foi idealizada pelo senhor Antonio Linard, filho de um imigrante francês, que se deparou com a demanda por assistência técnica para os engenhos de ferro já instalados no Cariri ainda na década de 1930. De acordo com uma carta de apresentações da empresa, o objetivo do empreendimento era “colaborar com o desenvolvimento canavieiro da região, através da implantação de equipamentos apropriados para a fabricação da rapadura”. Hoje denominada “Antonio Linard – Máquinas e Construções Técnicas”, já recebeu o nome de Indústria “Antonio Linard – Máquinas Agrícolas e Industriais Ltda”.

Em sua página na internet, a empresa apresenta a produção de “uma completa linha de equipamentos para industrialização de doces, cana-de-açúcar (aguardente, álcool, açúcares mascavo e cristal e rapadura), gesso, óleos essenciais, casa-de-farinha, biodiesel, fundidos (ferro cinzento, bronze, alumínio e cobre), estrutura metálica de grande e médio porte, motores a vapor horizontal e vertical, usinas de biodiesel, além de caldeiras geradoras de vapor em vários tamanhos. Conta também com

capacidade para desenvolver projetos de acordo com as especificações do cliente¹²⁶.” O desenvolvimento de projetos e instalação de equipamentos são executados por especialistas em usinagem, fundição, carpintaria e caldeiraria.

| 126 | www.linard.com.br. Acessado em 20 set. 2019.

O jornal O Povo de 02 de outubro de 1983 destacou a matéria intitulada *No Cariri empresa comemora 50 anos*, que trazia uma breve biografia do pioneiro nascido em Santana do Cariri. “Contam em Missão Velha, que foi debaixo de um velho cajueiro que Antônio Linard – o Linard – como é conhecido, montou sua primeira oficina. Trabalhava como ferreiro, serralheiro, em tudo. À medida que o tempo passava, o trabalho ia aumentando. A situação financeira melhorou também, e ele partiu para a montagem de uma pequena fábrica, localizada bem no centro de Missão Velha.” Ainda de acordo com a reportagem:

O mais importante, para a família e os muitos admiradores de Linard, é que ele nunca obteve ajuda financeira de nenhuma fonte, nem nunca elaborou projetos para financiamentos oficiais. Sempre se houve com recursos próprios, e contam que ele costuma dizer que “se não der certo, ponho a chave no bolso e vou pra casa”.

A observação acurada da montagem, estrutura e funcionamento de máquinas diversas é um detalhe curioso deste empresário: ele simplesmente fabrica estas máquinas, sem nunca haver estudado engenharia mecânica, nem eletricidade, nada. Ele mesmo fabrica, por outro lado, guinchos, tornos e todos os demais equipamentos e instrumentos que a empresa necessita para sua operacionalização.

Existem máquinas fabricadas por Linard em Santa Catarina, que foram também por ele montadas. No Maranhão, Pará, Rio Grande do Sul e mais recentemente, na Amazônia, existem caldeiras fabricadas em Missão Velha. Agora mesmo, Linard projetou e construiu um motor a vapor, com capacidade para tracionar um grupo gerador de 250 C/V. Este motor foi apresentado à sociedade, e aos agricultores da região, antes de ser transportado para uma serraria localizada no Estado do Pará, que o encomendou e adquiriu. Segundo informações de Linard, a serraria, antes, consumia cerca de 600 litros de óleo diesel por dia. E agora, com o motor a vapor acionando o gerador, será feita uma economia da ordem de Cr\$ 120 mil por dia, mesmo com a caldeira funcionando 24 horas por dia. O motor fabricado em Missão Velha é capaz de alimentar de energia uma cidade de até 10 mil habitantes, e para o povo do Cariri, “- é uma solução para as pequenas cidades da Região Amazônica”, que não contam com benefícios da iluminação, devido à dificuldade de transporte, à carência e aos elevados custos para se levar, até lá, o óleo diesel empregado normalmente nas unidades geradoras de energia.¹²⁷

| 127 | O Povo de 02 de out. de 1983.

| 128 | FARIAS, Maria Rosineide. A representatividade do grupo Linard para a economia de Missão Velha. 1996. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Regional do Cariri, Crato p. 24.

Com a ausência de uma siderúrgica no Ceará, a Indústria Linard demandava a aquisição de matéria-prima em outros estados do país. De acordo com a pesquisa realizada por Maria Rosineide Farias, o Pernambuco fornecia chapas de aço, tubos, manômetros, injetoras, buchas, rolamentos e parafusos. O carvão era comprado de São Paulo e tintas e motores fornecidos por Santa Catarina.¹²⁸

Ainda segundo a autora, materiais denominados “secundários”, como brocas, ceras, pedras de esmeril, videas, eletrodos, lixas, parafusos, ferramentas de corte, bits, sucatas, bicos de corte e bedames, eram adquiridos nas praças do Recife, em Pernambuco e em Fortaleza, no Ceará.

Nascido aos 20 de Julho de 1904, no município de Santana do Cariri Antônio Linard é filho do artesão Serafim Linard (francês) e de Ma. Tomás de Aquino (brasileira).

De família simples viveu sua infância na sua cidade natal, ao lado de seus pais e irmãos. Teve como exemplo seu pai que era artesão em cobre e também seu mestre e lhe ensinara o ofício do artesanato. Desde cedo, com 14 anos, já confeccionava tachos, alambiques e trabalhava na agricultura. Com a morte de seu pai (1919) Antônio Linard chama para si a responsabilidade de sustentar a mãe e irmãos menores.

Em 1921 mudou-se para Orós, trabalhando numa companhia Americana responsável pela construção da bacia hidrográfica e da estrada de ferro daquela região. Destacou-se pela sua capacidade engenhosa e criativa, ocupando o cargo de chefe de oficinas mecânicas. Volta a Santana do Cariri em 1923, monta uma oficina mecânica, começando a realizar seu sonho de construir seu próprio negócio. No ano seguinte falece a sua mãe e em 1925 aos 21 anos casa-se com Amélia Silva.

Em 1931 instala-se em Missão Nova (distrito de Missão Velha) para dar assistência aos engenhos dali. Dois anos depois foi morar em Missão Velha

e instalou uma pequena oficina e que mais tarde se transformou na firma Antônio Linard. Batalhador, procurou em vão obter recursos junto as autoridades governamentais para desenvolver seus projetos. No entanto, não desistiu de seus ideais. Em 1936 criou e construiu, por conta própria o primeiro motor a vapor genuinamente nacional, revolucionando a mecânica brasileira. Esse foi vendido e a caldeira que fazia parte do conjunto funciona até hoje. Com isso Antônio Linard ganha credibilidade e as propostas de trabalho vão surgindo. Em 1938 começa realmente a construir a sua sonhada oficina mecânica. Adquirindo matérias-primas e ferramentas então, pode aperfeiçoar seus inventos dia-a-dia superando as dificuldades.¹²⁹

| 129 | Ibidem, pp. 21-22.

As informações biográficas apresentadas por Maria Rosineide Farias podem ser corroboradas ao serem confrontadas com uma carta redigida e assinada pelo próprio senhor Antonio Linard, em Missão Velha, em 02 de janeiro de 1960, e intitulada *Síntese do que já fiz e o que preciso para concluir minha obra*. A seguir apresentamos a transcrição do referido documento:

Há 28 anos cheguei a esta Cidade de Missão Velha, trazendo uma pequena Oficina Mecânica, onde passei a fazer reparos e montagens de maquinismos.

Naquela época o Cariri era uma região inteiramente desprovida de Oficina Mecânica e Fundição; - Por este motivo todos maquinismos existentes aqui, quando nos seus reparos, substituições

de peças etc., eram dependentes das Oficinas de Fortaleza, Campina Grande ou Recife.

Continuei trabalhando com a ideia nunca vencida, nesta região pobre, isolada de tudo concernente a Mecânica e Fundição, sem recurso, sem crédito e sem ajuda de pessoa alguma, somente com ORDEM E CORAGEM montei um forno “Cubilot”, então passei a fase seguinte, tão pesada ou mais que a primeira, pois nessa altura evolutiva tinha eu que CRIAR – DESENHAR – MODELAR – MOLDAR – FUNDIR E UZINAR.

Criei um tipo de Motor a Vapor, sem Operários práticos que pudessem ajudar-me e sem recurso monetário que pudesse importar pelo menos um Operario capaz, tive que fazer tudo inclusive a própria caldeira com as minhas próprias mãos. Essa primeira unidade que compunha-se de um Motor horizontal com força de 12c/v; e uma Caldeira horizontal tubular cilíndrica com todos pertences de modelo e fabricação meus, foi vendida ao Senhor Dirceu Inacio de Figueiredo no ano de 1935 e até a presente data ainda se acha prestando pleno serviço. – A seguir veio a grande procura de diversos motores a vapor pelo seu fácil manejo, economia de combustível, resistência e polimento, e para atender a citada procura criei mais 4 tipos e tamanhos, modelos privativos meus com força de 8, 15, 18 e 25 c/v;

Existia grandes prejuízos causados pelos constantes dismantelos dos péssimos engenhos fabricados na Inglaterra, e já encostados nas usinas de Pernambuco e Alagoas, onde eram adquiridos pelos proprietários de sítios daqui do Cariri. Tomei a frente de uma nova carga, fabriquei o

meu modelo, e decorrente da grande aceitação que teve, tenho atualmente uma linha de 10 tipos e tamanhos, sendo 6 para força motriz e 4 para tração animal, todos dando superior resultado a qualquer outra marca vista no Brasil.

Naqueles tempos eu já tinha bons conhecimentos das necessidades imediatas desta região e do Nordeste, estes meus conhecimentos partem do fato seguinte: - conheço o Cariri, suas serras, seus rios e riachos, altos e baixos andando a pé; - Por inúmeras vezes vi os grandes prejuízos causados pelas SECAS que nos assolam periodicamente, e muitas vezes perde-se uma lavoura totalmente por falta de uma chuva ou uma molha, decidi-me então a fazer bombas para irrigação, tomei mais esta carga. – Fiz um tipo de BOMBA CENTRIFUGA de cinco polegadas para produção de 170.000 litros horário, estas já estão funcionando bem desde o ano de 1940.

Depois criei outro modelo de oito polegadas com capacidade para 360.000 litros horário. – Atualmente tem bombas centrífuga de minha fabricação instaladas aqui no Cariri, outras na Paraíba, no Rio São Francisco, no Rio Salitre no Estado da Bahia, no Rio Poti e Parnaíba no Estado do Piauí, e no Estado de Rio de Janeiro.

Tenho feito muitas outras máquinas para indústria, tenho muitos projetos a serem realizados, não sei se realizarei porque isso depende da boa vontade dos Poderes Público, não em forma de subvenção nem com empréstimo através de banco ou outra qualquer forma, é pela força mais simples conforme meu modo de entender que é o seguinte: - dando-me uma isenção de impostos

Estadual e Federal pelo período de cinco anos, só poderei terminar as minhas instalações.

Eu quisera que, antes de tudo sendo possível arranjar uma comissão de Técnicos que entendam o que é indústria pesada, - indústria que faz indústria, serve diretamente ao Agricultor, que faz de um aprendiz um Técnico para trabalhar e produzi ajudando assim a engrandecer a terra em que vivemos.

As máquinas produzidas pela Indústria Linard podem ser encontradas em todos os Estados do Nordeste, em São Paulo no Sudeste, em Santa Catarina e Paraná ao Sul e nos Estados do Pará, Amazonas, Rondônia e Roraima ao Norte. Destacam-se os engenhos para moenda de cana-de-açúcar de três e seis moendas, os alambiques contínuos e de fogo direto e as caldeiras a vapor (horizontais e verticais). Estas últimas produzem energia para a utilização em outros equipamentos a partir do calor gerado pelo vapor de água e o seu uso foi identificado em curtumes, fábricas de jeans, usinas de açúcar, fábricas de doces e em hospitais.

Com a administração a cargo da família, a mão-de-obra empregada para o funcionamento da indústria estava atribuída a funcionários que receberam treinamento nas próprias dependências da fábrica. Os aprendizes desempenhariam as funções de torneiros mecânicos, fundidores, soldadores e trabalhadores dos setores de caldeira e serraria, de acordo com as suas habilidades e vocações.

A área de produção de equipamentos é um setor que exige do funcionário certa habilidade, pois requer rapidez na utilização de máquinas (guindaste, máquina de corte, etc.) e ferramentas (fureadeira, prensa, tornos mecânicos). É necessário que o funcionário tenha desenvolvido alguma habilidade de outros trabalhos (serraria, mecânica até mestre de obras), visto que o fato de não existirem outras indústrias que fabricam esse tipo de material, se torna impossível a contratação de pessoal da cidade que seja especializado na produção de equipamentos e máquinas.¹³⁰

| 130 | *Ibidem*, p. 47.

| 131 | Ver Anexo I – Correspondência entre o Senhor Linard e o Coletor Estadual de Missão Velha

| 132 | Ver Anexo II – Carta da Organização da 1ª Feira de Amostra do Cariri

Em setembro de 1957 o senhor Vicente Soares, Coletor Estadual em Missão Velha, atestou que o Senhor Antonio Linard havia ampliado as instalações de sua fábrica, resultando em um aumento de sua produção em ordem de vinte e cinco por cento. O documento¹³¹ buscava corroborar com a iniciativa do industrial em busca de subsídios junto ao Governo do Estado do Ceará.

Ainda em 1957, a Indústria Linard seria convidada a participar da 1ª Feira de Amostra do Cariri¹³², uma iniciativa para a divulgação de produtos manufaturados oriundos do Sul do Estado junto à população da capital Fortaleza. Esta foi uma oportunidade para apresentar ao poder público as potencialidades de investimento em uma área com forte potencial industrial em virtude da energia elétrica produzida pela Usina de Paulo Afonso. Até o final da década de 1950, o Senhor Linard perseveraria

em sua comunicação com os dirigentes políticos, como pode ser verificado em carta¹³³ endereçada ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Em 1959 Antonio Linard encaminhou uma correspondência à Câmara Federal no Rio de Janeiro, endereçada ao Deputado Colombo de Sousa. Nela era solicitada do advogado e político cearense o intermédio para acessar matéria prima diretamente da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda. Conforme a resposta¹³⁴ do General Edmundo de Macedo Soares e Silva, Presidente da CSN, não seria possível atender à solicitação, tendo em vista a impossibilidade de atender a pequenas quantidades, indicando um representante para fornecimento em Fortaleza.

| 133 | Ver Anexo III – Carta do Senhor Linard ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

| 134 | Ver Anexo IV – Correspondência entre o Deputado Federal Colombo de Sousa, o Presidente da Siderúrgica Nacional e o Senhor Linard e Anexo V – Correspondência com as casas comerciais “Marcosa” e “Casa Porto”.



Imagem 36 - Família Linard em Missão Velha - 1935. Fonte: Acervo da Família Linard

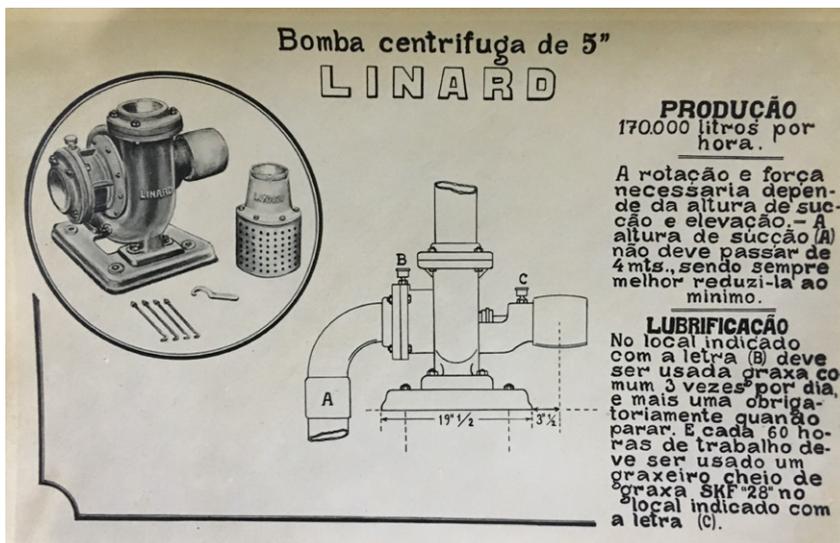


Imagem 37 - Cartão de instruções de bomba centrífuga. Fonte: Acervo da Família Linard



Imagem 38 - Trabalhadores da Indústria Linard. Fonte: Acervo da Família Linard



Imagem 39 - Primeiro torno da Indústria Linard. Fonte: Fotografia de Naudiney de Castro Gonçalves em 27 set. 19



Imagem 40 - Assinatura do Senhor Linard no primeiro torno com a data de 23/10/1932. Fonte: Fotografia de Naudiney de Castro Gonçalves em 27 set. 19



Imagem 41 - Marco do torno mecânico alemão Otto. Fonte: Fotografia de Naudiney de Castro Gonçalves em 27 set. 19

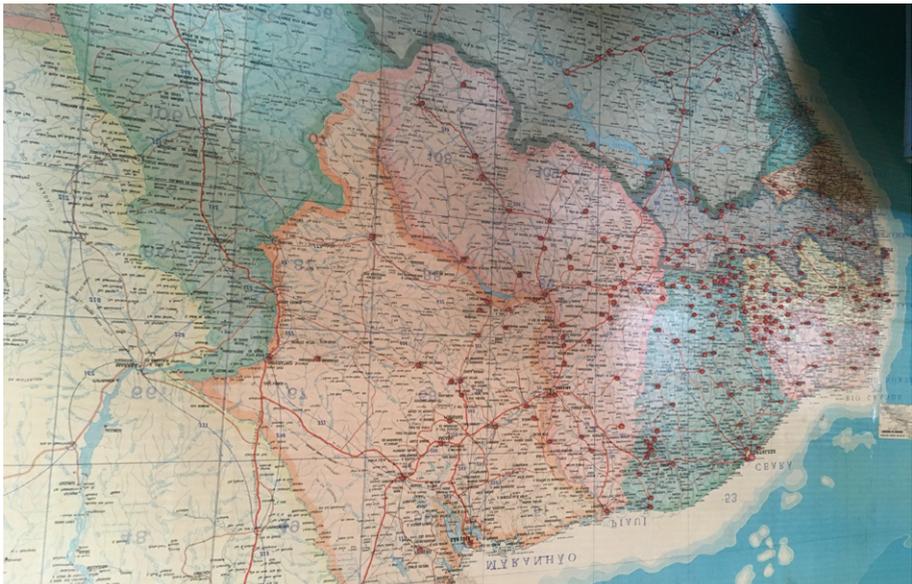


Imagem 42 - Mapa com a clientela da Indústria Linard no Norte-Nordeste. Fonte: Acervo da Família Linard

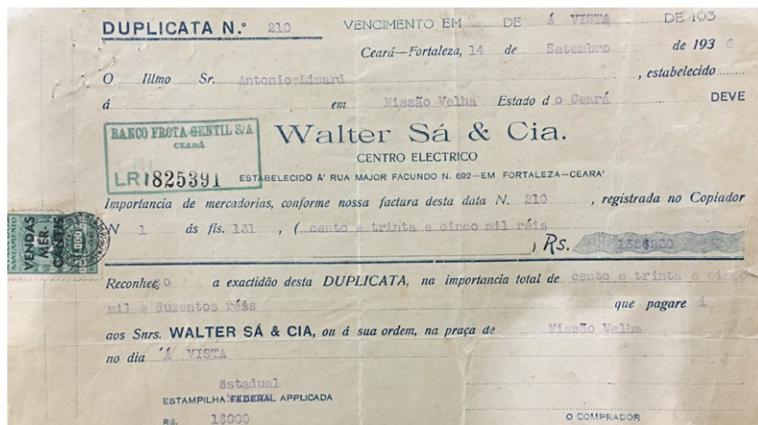


Imagem 43 - Duplicata Casa Comercial de Fortaleza 1936.
 Fonte: Acervo da Família Linard

Um discurso recorrente que surge à consulta das fontes jornalísticas, acadêmicas e em cartas do próprio Senhor Linard é a de que ele não acessava recursos públicos, não contava com o apoio dos diversos níveis governamentais, ou que tivesse projetos aprovados junto a estes últimos. Contudo, é válido ressaltar que a indústria Linard contou com isenção fiscal por parte da Fazenda do Governo do Estado do Ceará, como veremos adiante em comunicação entre o Senhor Linard e o ex-Deputado Estadual do Ceará e ex-Prefeito do Município do Crato, o Coronel Filemom Fernandes Teles.

Como forma de reafirmar o seu discurso de que não contava com apoio do poder público, o senhor Linard ostentava uma carta emoldurada da Cooperativa do Algodão e Crédito Agrícola do Ceará, de 1939, onde constava a negativa de crédito de uma solicitação feita por parte do industrial à referida cooperativa.

COOPERATIVA INSTITUTO DO ALGODÃO E CRÉDITO AGRÍCOLA DO CEARÁ

Fortaleza, 3 de janeiro de 1939.

Ilmo. Snr. Orlando Rocha

MISSÃO VELHA

Saudações.

Pelo Exmo. Sr. Dr. Meneses Pimentel, d.d. Interventor Federal, fomos cientificados de que o Sr. Linard deseja levantar um empréstimo de 80:000\$000, nas condições explicadas em cartão que V.S. dirigiu àquela autoridade em data de 14 de dezembro p.findo.

Estudamos o assunto com a devida atenção, e, ainda de acordo com o nosso entendimento com o Dr. Pimentel, vimos à presença de V.S. afim de explicar-lhe que não nos é possível efetuar a operação aludida, considerando que a mesma escapa à finalidade deste Instituto.

Com efeito, os nossos empréstimos (aliás a quantia máxima que concedemos a cada sócio é de 20:000\$000) são destinados unicamente à lavoura ou pecuária, sendo vedada, pelos Estatutos, qualquer transação com outros fins, mesmo que sejam fortes as garantias oferecidas. E, como consequência disso, somente os agricultores e criadores, sócios deste Instituto, é que podem levantar dinheiro aqui, desde que se comprometam a aplicá-lo em suas propriedades rurais, sujeitando-se à fiscalização nossa.

Assim, apesar de nossa melhor boa vontade e do interesse que dispensamos ao assunto, mesmo por que nos foi recomendado pelo Exmo. Sr. Interventor Federal, não podemos atender a referida pretensão do Sr. Linard, a quem pedimos transmitir estes esclarecimentos.

Ao inteiro dispor de V.S., somos,

MUI ATENCIOSAMENTE:

Julio Rodrigues, Presidente int^o-ep/

Em carta endereçada ao Coronel Filemon Fernandes Teles, Deputado Estadual do Ceará e ex-prefeito do município do Crato, o Senhor Antonio Linard relembra de uma reunião com o Governador Menezes Pimentel em 1938, ocasião em que lhe fora prometida uma subvenção que inclusive fora aprovada em lei.

Em outro momento, o senhor Linard apela por uma prorrogação de sua isenção, contemplada pela Lei N^o2.424 de 24 de setembro de 1954, que lhe concedia isenção pelo prazo de 3 anos.

FÁBRICA DE MOTORES A VAPOR

“LINARD”

Missão Velha, 13 de agosto de 1957.

Ilmo. Snr.

Cel. Filemon Teles.

Crato-Ceará.

(Para ser visto pelos Poderes Público)

Começo de minha INSTALAÇÃO:

Já fazem 25 anos que eu cheguei em Missão Velha, com uma pequena oficina mecânica onde fazia reparos e montagens de maquinismos onde era chamado. (Não falo no tempo anterior aos 25 anos por ser uma história muito longa).

Naquela ÉPOCA:

O Cariri era uma região desprovida de oficinas e de fundição, pois todos maquinismos existentes aqui estavam na dependência das oficinas de Fortaleza, Campina-Grande e de Recife.

Primeiro “MOTOR”:

Sendo eu conhecedor das grandes necessidades desta região, e, principalmente de uma fundição no Cariri, para dar assistência no que se refere a peças fundidas, mais sim, também com uma visão mais avançada.

Entretanto, sem recurso monetário, sem credito e sem operário pratico que possa ajudar-me, (tudo era difícil).

Mas, com esforço quase sobre-humano, dedicação e perseverança, montei uma pequena fundição, sem seguida, criei e construí uma Caldeira a vapor com todos pertences e um Motor de 12 c/v, que vendi ao Cel. Dirceu Inacio de Figueiredo, no ano de 1935.

Ressalto aqui esta nota: - nesta maquina não fiz experiência aqui na Fábrica, pois deixei que ela rodasse pela primeira vez somente no seu próprio sítio, e até a presente data funcionando bem.

Qualidades:

Pelas qualidades que reuni nas minhas maquinas, como sejam; - Fácil manejo, economia em combustível, resistência e polimento, - veio a grande procura.

Então criei e construí mais quatro tipos e tamanhos.

(Todos modelos originais) meus, com força de 8, 15, 18 e 25 c/v; e estão todos funcionando bem, e em unidades dos 5 tipos já carimbei até o Nº113. – Quanto a Caldeiras fabrico que fornece até 100 c/v.

Engenhos de CANA:

Os engenhos que existiam aqui naquela época eram péssimos, fabricados na Inglaterra, muitos que já tinham sido encostados nas Usinas de Pernambuco e Alagoas. – Tomei nova iniciativa (nova carga), fabriquei o meu modelo, e dado a superior qualidade do material que emprego e, consequentemente a aceitação que têm, já tenho uma linha de 10 modelos e tamanhos, sendo 6 para força motriz e 4 para tração animal. – Todos dando resultado em eficiência (rendimento) e resistência superior a qualquer outra marca vista no Brasil, tanto assim que já marquei o Nº de ordem 381.

Questão CLIMATÉRICA:

Conheço todo Cariri, digo, todas serras, rios, riachos, altos e baixos andando de pé, agora falarei em IRRIGAÇÃO: - visto grandes prejuízos causados pelas secas que, muitas vezes por falta de uma única chuva perde-se totalmente a lavoura.

– Tomei nova iniciativa (nova carga), fiz um tipo de Bomba Centrífuga, (modelo original) meu, de 5” com produção de 170.000 litros horário, e depois outro modelo de 8” com produção de 360.000 litros horário, e já comprovaram eficiência e resistência desde 1940, ou sejam, 17 anos funcionando.

(Ao contrario do apregoado motor-bomba importado que, apesar dos pouquíssimos anos que se conhecem já estão – ou imprestáveis – ou nas oficinas de reparo).

Onde estão as INSTALAÇÕES:

Contudo, e apesar de tudo, já marquei o N°185, e estão instaladas, parte aqui no Cariri, outras na Paraíba, no Pernambuco – (Rio São Francisco), na Bahia – (Rios São Francisco e Salitre), no Piauí – (Rios Parnaíba e Poti), já vendi também no Rio de Janeiro.

Em São Paulo, no alto comercio teve boa aceitação mas, nas condições de não sair nas peças fundidas ou gravadas o nome (Missão Velha, Ceará), pois com este nome perderia o valor naquele comercio.

Poderes PUBLICO:

No ano de 1938 fui ao Palácio da Luz onde expus minunciosamente as minhas necessidades ao Dr. Menezes Pimentel.

Então ele deu-me a sua palavra de que o Estado me prestaria a devida assistência, garantindo-me de inicio uma Subvenção de (Cinquenta contos de reis) a qual foi votada e convertida em Lei.

– Com espontânea e comovente antecipação, o Governador autorizou-me a comprar por conta daquele auxílio, maquinas-ferramentas destinadas aos respectivos serviços. – Confiando na palavra Oficial fiz aquisição da maquinaria correspondente à prometida subvenção.

RESULTADO:

Nada recebi, apesar dessa verba ter figurado no orçamento, sendo eu obrigado a contrair empréstimos, com juros pesados, para cujo resgate impus-me a heroica penúria trabalhando 18 a 20 horas por dia num período de 4 anos e alimentando-me apenas uma vez por dia.

EXCEÇÕES:

O Snr. Cel. Filemon Teles, homem digno e conhecedor da obra que venho edificando nesta região pobre e isolada de tudo, foi quem, no uso do seu mandato como Deputado, tomou todo interesse por mim, para arranjar a isenção de imposto no ano de 1954 e, com a boa vontade de muitos outros Deputados da UDN, PSD e de outros partidos, como também do Snr. Governador Dr. Raul Barbosa, este por muitas vezes quando visitava minhas oficinas, prontificava-se a servir-me no seu Governo. – Foi assim que li no Diário Oficial do Estado, a Lei Nº2.424 de 24 de setembro de 1954, que me concedia isenção pelo prazo de 3 anos. (Pois eu pedi 10 anos).

Período da ISENÇÃO:

Eu precisava de 10 anos de isenção, pois estava assim como estou, longe de terminar minhas instalações, tanto em prédios como em maquinaria.

Com apenas 3 anos não podia eu fazer milagre, pois tenho que criar – desenhar – modelar – moldar – fundir – usinar e montar, pois se trata é de indústria pesada, indústria que faz outras indústrias.

Fim desta ISENÇÃO:

Termina esta isenção no dia 24 de setembro próximo.

Sem nova isenção não posso terminar minhas instalações, razão pela qual (MINHA PERMANENCIA AQUI DEPENDERÁ DA BOA VONTADE DOS PODERES PUBLICO).

Fica portanto na iminência de perder a minha modesta contribuição para o seu progresso, esta vasta região que abrange, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Bahia que vem até hoje sendo servida por minha pequena Oficina.

Preciso que me derem a isenção que PEDI:

Preciso da isenção que pedi, como sejam: mais 7 anos que perfaz o total dos 10 anos. – Pois tenho muitos projetos a serem realizados, - porem não sei se realizarei aqui no Ceará, - pois dizem que o Fisco, a Administração Publica do Estado tem má vontade com minha Oficina e a mim pessoalmente. – Não sei porque, se a Lei me deu isenção, eu devo ser isento sem mais protocolo algum, e se sou prejudicial a ordem ou ao Estado digam qual a razão.

Digo e mostro com precisão, se não venho pagando imposto diretamente) – (indiretamente venho todos os dias fazendo cargas para outros pagarem.

Para COMPROVAR:

Desejo que, se possível arranjam uma comissão de homens Técnicos que na realidade compreendam o que é INDÚSTRIA PESADA, indústria que faz outras indústrias, indústria que serve diretamente ao agricultor, que faz do Aprendiz um Técnico para trabalhar e produzir em qualquer parte.

Mais CREDENCIAIS:

Também digo;

Onde compro – pago em dia.

Onde vendo – entrego na hora.

Dinheiro venho trazendo de outros Estados para o Ceará.

Dinheiro não tenho, nunca tive um carro para andar.

Não posso comprar um jipe para minhas viagens.

Darei um prêmio a quem provar o contrário

O resto direi depois.

Atenciosamente.

Antonio Linard.

| 135 | Ver Anexo VI – Carta do Senhor Linard à Sudene. 22/09/1967.

Durante o Regime Militar de 1964 a 1985, o Senhor Linard realizou esforços para manter as instalações de sua indústria pesada. Em carta dirigida à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE¹³⁵, em Recife – PE, relatou a sua peregrinação pelos Estados do Nordeste em

busca de atender à demanda dos clientes das margens do Rio São Francisco recém-atendidos pela eletricidade fornecida pela Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso.

Em 1970 o Senhor Linard manteve correspondência com o Governador do Estado do Ceará, Plácido Aderaldo Castelo e com o Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici¹³⁶. Nestas duas cartas, fica patente o alcance do trabalho deste homem que criava, desenhava, modelava, fundia e usinava metal pesado para a construção de caldeiras, motores a vapor, bombas centrífugas e diversas engrenagens para engenhos de cana e de farinha. O sucesso deste inventor despertou a antipatia de conterrâneos, como verificado em Relatório de Sindicância dirigido ao Governador do Ceará, Coronel Cesar Calls.¹³⁷

Ao final da década de 1970 a Indústria Linard alcançou prestígio junto a um seleto grupo da indústria pesada nacional.¹³⁸ Conhecido como “O inventor de Locomotivas e Caldeiras”, Antonio Linard consolidou uma reputação de competência e eficiência, comprovada pela longevidade de seus maquinários e pela extensa carta de clientes que alcançavam o Sul do país e extrapolavam os limites do Norte e Nordeste, atingindo o Suriname.

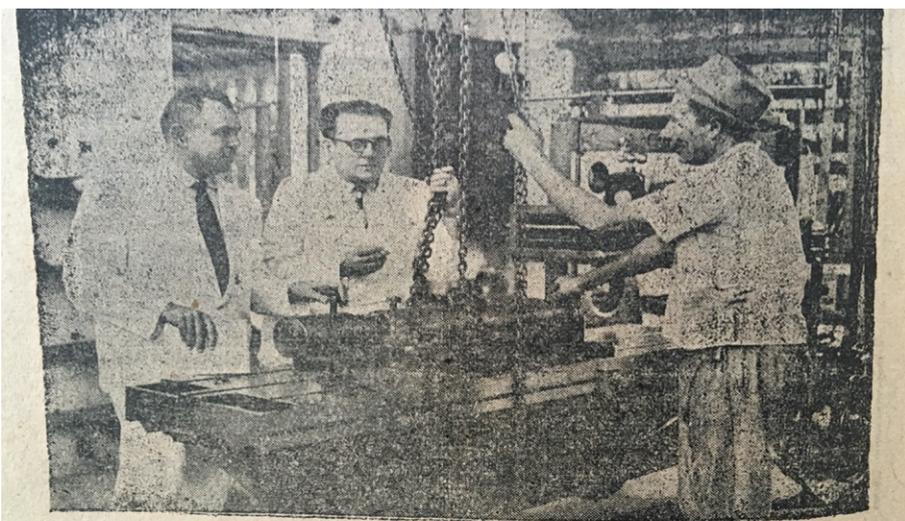
A sua morte em 1983 foi amplamente divulgada na imprensa sertaneja¹³⁹ e em 1984 o Clube de Engenharia do Cariri criou o troféu Antonio Linard concedido aos que colaboram para o desenvolvimento da região.

| 136 | Ver Anexo VII – Carta do Senhor Linard ao Governador do Ceará. 09/05/1970 e Anexo VIII – Carta do Senhor Linard ao Presidente Emílio Garrastazu Médici. 07/11/1970.

| 137 | Ver Anexo IX – Relatório de Sindicância. 22/12/1971.

| 138 | Ver Anexo X – Carta de Membro da Loja Maçônica “Viana de Carvalho”. 07/12/1976.

| 139 | Ver Anexo XI – Gazeta do Sertão. 18/12/1983 e Anexo XII – Diário do Nordeste. 28/07/1988



Visita às oficinas, o nosso Diretor, (à esquerda) e Duarte Junior, (no centro) que ouvem ao Linard, que se apoia nas correntes do Torno Alemão, enquanto fala, do Estado

Imagem 44 - O Senhor Antônio Linard ao Final da década de 1940. Fonte: Almanaque do Cariri - 1949



AÇOS FIRTH BROWN S. A.

IMPORTAÇÃO * EXPORTAÇÃO
RIO DE JANEIRO

FILIAL EM SÃO PAULO:
Florêncio de Abreu, 157 - Ap. 708
Tel. 6-6591 - Telegr: FIRTHAG

ESCRITÓRIO: Rua México, 95 - 9.º andar
Tel. 42-3993
DEPÓSITO: Rua Bráulio Cordelo, 733
Tel. 49-2027
TELEGRAMAS: *SAMIA*

Ilmo(s) Snr(s) Rio, 17 de Fevereiro de 1954
Antonio Linard - Fab. de Motores a Vapor Linard
Rua Padre Cicero nº 810
Missão Velha - Crato - Ceará

Prezado(s) Senhor(s),
Ref.: N/Dupl.nº 16728 -CR\$ 4.697,40 -Venc. 31.12.1953

Em vista do tempo decorrido desde o vencimento da(s)
duplicata(s) acima, sentimos ter de vir novamente á sua presença para
solicitar seja(m) a(s) mesma(s) resgatada(s) com a maxima urgência.
Certos de que V. S. (VV. SS.) não deixarão de atender
á presente, firmamo-nos

atenciosamente
AÇOS FIRTH BROWN S. A.

Representante:
Direto

Imagem 45 - Duplicata de Casa Comercial do Rio de Janeiro - 1954. Fonte: Acervo da Família Linard



Imagem 46 - Cerimônia Maçônica com o Senhor Linard vestido de terno branco à esquerda. Fonte: Acervo da Família Linard



Imagem 47 - Biblioteca do Senhor Antônio Linard. Fonte: Fotografia de Naudiney de Castro Gonçalves em 30 mar. 2006

A biblioteca do senhor Antonio Linard (Imagem 47) é composta por manuais e livros técnicos de mecânica e engenharia. Alguns títulos se destacam, como o “Manual do Fogueiro”, publicado pela Livraria Bertrand de Lisboa, o “Manual prático do mecânico” e o “Manual prático de fundição” publicados no Brasil pela Livraria e Editora Hermus. Também foram identificados títulos em espanhol, como “La escuela del técnico mecânico: tratado de mecânica y de sus ciências auxiliares destinado a la enseñanza autodidáctica” e “Metalurgia”, ambos publicados pela Editorial Labor S.A. de Barcelona.

A temática das obras é voltada para a formação de aprendizes de ofício, projetistas, técnicos e engenheiros mecânicos, desenhistas técnicos, torneiros, ajustadores, ferramenteiros, funileiros e todo um universo voltado à metalurgia e demonstra a perspicácia de um autodidata que mesmo sem formação acadêmica, inovou na criação e produção de máquinas agrícolas.

A leitura do mapa com a clientela da Indústria Linard (imagem 42) nos trouxe a reflexão de que as máquinas produzidas no Cariri são testemunhas materiais de um período incipiente da industrialização no Nordeste. É intrigante imaginar que é possível encontrar exemplares em pleno funcionamento atualmente e que o comércio extrapolou os limites nordestinos, alcançando o mercado internacional do Suriname e realizando entregas de norte a sul do Brasil. E mesmo as suas sucatas tornam-se fontes possíveis para futuras pesquisas no campo da arqueologia e da cultura material de uma forma geral.



Das ruínas aos
lugares de memória



O Engenho de Cultura do Sítio Fundão

Dos cinco engenhos, movimentados por força hidráulica, atualmente existentes no Crato, nos sítios Lameiro, Francisco Gomes, Jacó, Bocaina e São Gonçalo, é o do Lameiro o mais antigo.

Da nascente do Batateira lhe provém a água que o move, a qual corre em levadas e, depois, à cerca de trinta metros da casa do engenho, em bicas de pau d'arco e canos de ferro.

Ao chegar ao engenho, a água cai de uma altura de dois palmos sobre uma grande roda dentada, de uns seis palmos de diâmetro, construída de pequiheiro, com raios de pau-d'arco e eixo de braúna, fazendo-a girar em torno de si.

Esta roda, cuja terça parte, aproximadamente, anda debaixo do solo, se engrena com uma outra menor, a qual, por sua vez, se endenta com uma terceira ligada à extremidade do eixo da moenda de ferro.

PINHEIRO, Irineu (1930). O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes. Ed. fac. sim. Fortaleza: FWA, 2009. p. 56.

Na década de 1930, Irineu Pinheiro, em seu livro *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*, apresentou o engenho do Sítio Lameiro como o hidráulico mais antigo em funcionamento no Crato, o descreveu com uma grande riqueza de detalhes e o associou ao Rio Batateiras, o que nos levou a crer que o antigo Sítio Lameiro seria conhecido atualmente como Sítio Fundão, localizado no sopé da Serra do Araripe, nos limites do município do Crato. Além da presença do Rio Batateiras, é possível encontrarmos resquícios da Mata Atlântica e uma rica biodiversidade. Esses elementos compõem um conjunto conhecido tanto por seu valor paisagístico e natural quanto por seu patrimônio cultural.

O Governo do Estado do Ceará reconheceu a importância deste espaço e criou o Parque Estadual Sítio Fundão, a partir do Decreto nº 29.307, de 05 de junho de 2008.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe conferem a Constituição Federal e Constituição do Estado do Ceará, CONSIDERANDO que o imóvel denominado Sítio Fundão, situado no Município do Crato, Ceará, apresenta condições ideais para a criação de um Parque Estadual, por atender a finalidades ambientais e culturais de preservação de recursos naturais, históricos e por exibir atributos de beleza exuberante; CONSIDERANDO que a flora, constitui revestimento vegetal de valor científico e cultural, ostentando matas de características e variedades tipicamente cearenses; CONSIDERANDO

a ocorrência de corpos d'água de inestimável valor para a população local e uma fauna silvestre variada, em condições ideais de vida tranquila; CONSIDERANDO ainda a ocorrência de sítios históricos de grande importância para o Município do Crato e para o Estado do Ceará, DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Unidade de Conservação de Proteção Integral denominada Parque Estadual Sítio Fundão, localizada no Município do Crato, no Estado do Ceará, com a finalidade de assegurar integral proteção à flora, à fauna, às belezas naturais e aos sítios históricos nele existentes, bem como para garantir sua utilização com objetivos educacionais, recreativos e científicos.

Art. 3º No Parque Estadual Sítio Fundão, criado nos termos deste Decreto, somente é admitido o uso indireto dos recursos naturais locais, ficando absolutamente proibidas todas e quaisquer atividades que importem em degradação ambiental, destruição do patrimônio histórico e cultural nela existentes¹⁴⁰.

| 140 | Governo do Estado do Ceará. Decreto Nº29.307, de 05 de junho de 2008. Cria o Parque Estadual Sítio Fundão e dá outras providências.

A Unidade de Conservação de Proteção Integral congrega uma edificação datada da década de 1950, uma barragem de pedra construída no século XIX e as ruínas de um engenho de madeira. Além da importante abordagem ao patrimônio natural e o reconhecimento do seu valor científico e cultural, o Parque Estadual é reconhecido como um relevante lugar de memória, por manter em exibição um acervo que representa a cultura material de antigos habitantes da região.

No sítio eletrônico da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA-CE), há uma notícia de 16 de novembro de 2016 que trata do início da obra de restauração da Casa de Taipa do Sítio Fundão.

| 141 | www.ceara.gov.br. Acessado em 28 nov. 2019.

A casa sede foi construída na década de 1950 por Jefferson da Franca Alencar, antigo proprietário do Sítio Fundão. A edificação de barro batido e madeira, comum no Nordeste, com um primeiro andar, é a única casa do Brasil registrada neste modelo de construção. Os laudos atestam que a casa está em estado precário. A cobertura encontra-se com conservação regular, no entanto, devido à ausência de manutenção, a estrutura está comprometida pela umidade. Devido ao problema, será feito o destelhamento completo, protegendo as telhas para limpeza e retelhamento posterior. Para as peças danificadas, deverão ser empregadas similares da região. Toda a estrutura de ripamento do madeiramento, inclusive o de bambu, será revisada e reconstruída, com a mesma forma e material originalmente empregado. Todo o material exposto deverá receber aplicação de cera de carnaúba. O piso receberá reparos pontuais com substituição de peças da tijoleira, enquanto as paredes que possuem deformações, fissuras e trincas, terão a recomposição completa, com a remoção do enchimento em argila, a revisão e recomposição da estrutura de taipa, padieiras, esteios e vergas.¹⁴¹

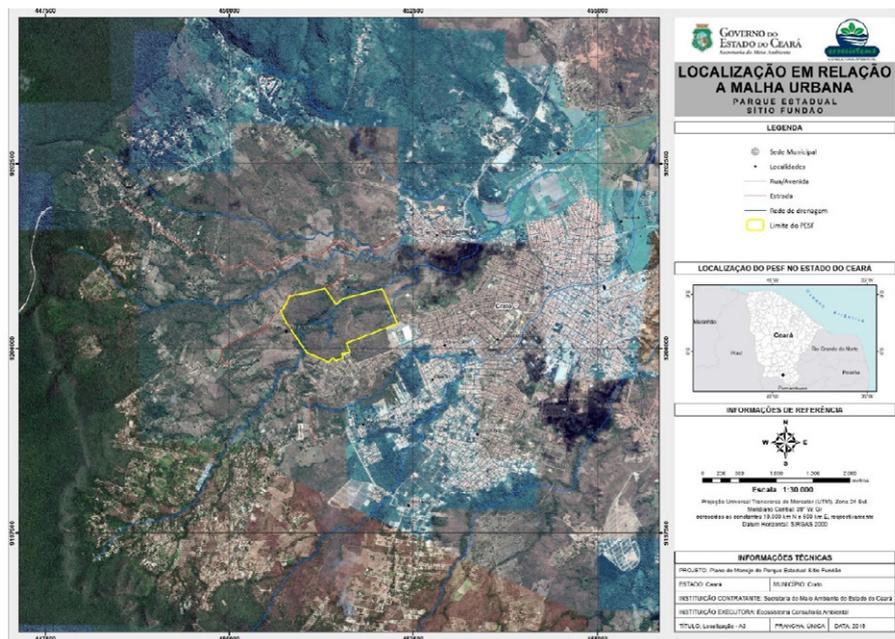


Imagem 48 - Localização do Parque Estadual Sítio Fundão. Fonte: Governo do Estado do Ceará. Plano de Manejo do Parque Estadual Sítio Fundão. Secretaria do Meio Ambiente, 2019. Disponível em: www.sema.ce.gov.br. Acessado em: 14 ago. 2020.



Imagem 49 - Sítio Fundão. Fonte: www.sema.ce.gov.br. Acessado em 06 dez. 2019.

O Sítio Fundão compõe o Geossítio Batateiras e é parte integrante do Geopark Araripe. O seu caso é exemplar ao demonstrar como se construiu uma relação entre os ocupantes do espaço e as condições naturais oferecidas. A propriedade em questão é até hoje lembrada como um lugar onde era possível encontrar uma grande diversidade de fruteiras, o que possibilita uma discussão a respeito dos recursos hídricos da região.

Podemos citar alguns elementos que compõem o sítio e que nos auxiliam em uma busca pela compreensão do contexto econômico vivenciado pela sociedade cariense entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Esses resquícios corroboram a análise de Maria Socorro Brito acerca da economia canavieira nas primeiras décadas do século passado:

No decorrer do século XIX não se verificaram alterações expressivas no quadro agrário da região, tanto que, praticamente, não ocorreu uma ampliação produtiva do espaço agrícola, nem evolução das técnicas empregadas.

Entretanto, a ocupação do espaço agrícola, nas primeiras décadas do século XX, viu-se intensificada face a um acontecimento que ocorreu na área. O misticismo que envolveu a pessoa do Padre Cícero, reverteu em fator de atração para muitos fiéis que se fixaram na região. Esses devotos, incentivados pelo Padre Cícero, dedicaram-se à atividade agrícola, contribuindo assim, para a incorporação de terras ao processo produtivo. Enquanto nas terras de pé-de-serra e brejo se expandiram as lavouras de cana-de-açúcar, algodão e alimentares, nas terras localizadas na Chapada do Araripe verificou-se um domínio acentuado da cultura da mandioca. [...]

As práticas agrícolas não sofreram grandes inovações, uma vez que, em todas as fases de formação do canavial – aceiramento, destocamento, couveamento, plantio, capina e colheita – domina o emprego de técnicas rudimentares e de instrumentos manuais. A preocupação dos produtores centrou-se na substituição de variedades de cana-de-açúcar por outras mais resistentes às pragas e que apresentassem maior produtividade. Assim, as variedades cultivadas na região - crioula, bambu, sangarola, ferril, caiana, carangola, burbom, cabocla, flor-de-cuba – caracterizam-se pelo alto teor de sacarose e fraca resistência às pragas. Isto favoreceu o ataque generalizado da doença do mosaico aos canaviais, a ponto de, na década de 1920, colocar a economia canavieira à beira de um colapso.¹⁴²

| 142 | BRITO, Maria Socorro. Mudanças na organização do espaço: o novo e o velho Cariri canavieiro cearense. Fortaleza: IOCE, 1985. p.33.

Diante de um cenário real de especulação imobiliária, degradação ambiental e de demanda por políticas educacionais voltadas para o reconhecimento das identidades locais e de seus respectivos repertórios culturais, nos questionamos a respeito das ações direcionadas para a preservação da memória, história e patrimônio relativo à economia canavieira do Cariri cearense na primeira metade do século XX.

Na década de 1980 o termo “Educação Patrimonial” foi trazido para o Brasil por Maria de Lourdes Parreiras Horta, decorrente de sua observação prática e pedagógica realizada na Inglaterra, denominada Heritage Education. A partir de ações direcionadas aos professores, como forma de torná-los agentes multiplicadores, as atividades e demais produções nacionais foram desenvolvidas de forma pontual até 1999, quando o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) publicou o Guia Básico de Educação Patrimonial contendo práticas e as primeiras experiências de Educação Patrimonial.

A partir da criação do Parque Estadual Sítio Fundão, que abriga e discute as diferentes relações entre meio ambiente, cultura material e memória, compartilhamos da analogia proposta por Regina Célia Gonçalves entre a história e os mares da memória:

Para nós, historiadores, coloca-se a necessidade de um mergulho nas profundezas insondáveis das águas do imenso oceano da memória, aliás, em seus mares: o da lembrança e do esquecimento. Pois, se a

memória é composta por mecanismos de depósito, armazenamento, retenção, também o é por mecanismos de seleção e descarte. Trata-se de um oceano de águas sempre agitadas, sempre vivas.¹⁴³

| 143 | GONÇALVES, Regina Célia. A História e o oceano da memória: algumas reflexões. Saeculum - Revista de História, João Pessoa, Departamento de História, Universidade Federal da Paraíba, n. 4/5, jan. 1998/dez. 1999, p. 13-39. p. 13.

Muito da vivacidade a que a autora se refere está na dinâmica do que merece ser lembrado e o que inevitavelmente será relegado ao esquecimento. No caso do Parque Estadual Sítio Fundão, atentamos para um rico conjunto de vestígios materiais que demonstram uma ligação entre a cultura da comunidade atual e a cultura de um passado distante no sul do Ceará.

As ações educativas no campo patrimonial envolvem vários saberes, em um processo interdisciplinar e amplo, não sendo entendidas apenas como uma metodologia, mas como um processo maior, que utiliza o patrimônio como fonte primária para a reflexão e construção do sentimento de pertencimento que cada pessoa tem em relação ao seu ambiente.

Especificamente em relação à Arqueologia, as ações educativas têm como desafio propor um diálogo desta ciência com o público, buscando estreitar os laços entre o imaginário popular e a prática científica, demonstrando qual é o seu objetivo e a sua importância.

Observamos este espaço de memória no Cariri que em sua proposta remete ao contexto da primeira metade do século XX e apresentamos as ações de educação patrimonial e de museologia desenvolvidas no local. Neste cenário apontamos

diferentes possibilidades de aprendizagem a partir da mobilização comunitária para a visita aos espaços museológicos e a consequente percepção da diversidade de sua cultura material e de seus processos de memória.

O lugar destinado ao Parque Estadual Sítio Fundão no Crato tornou-se um espaço possível para que se promova o diálogo imediato entre os visitantes e a cultura material consagrada enquanto patrimônio arqueológico. Identificamos a promoção da pesquisa interdisciplinar, políticas educacionais voltadas para a memória e identidade e a aproximação dos campos cultural e ambiental.

Uma abordagem considerada para a exposição museológica no Sítio Fundão refere-se à mobilização social na busca pela proteção do lugar. Essa proposta tem a intenção de aproximar os visitantes do movimento que surgiu no município do Crato e contou com a ação de estudantes, professores, representantes da sociedade civil, políticos e religiosos.

A imagem do antigo proprietário do Sítio Fundão enquanto um ecologista, um homem ligado à natureza pelo trabalho no campo, onde desde a infância estabeleceu uma relação com a terra e que até o final de sua vida defendeu o uso sustentável do local é a mais recorrente quando se trata do senhor Jéferson da Franca Alencar. Amigos, familiares e moradores do município do Crato, localizado na região do Cariri cearense, guardam na memória episódios ocorridos no sítio ou histórias em que o protagonista foi o senhor Jéferson.

Nascido em 04 de fevereiro de 1898, no Sítio Lameiro, antiga propriedade do casal Abdo da Franca Alencar e Alecrides de Oliveira Alencar na cidade do Crato, passou a sua vida entre os afazeres do campo e a proximidade com o cotidiano da cidade. Começou cedo no trabalho e já aos nove anos de idade montava na garupa dos animais para levar o almoço para o seu pai e trabalhadores que passavam o dia no corte da cana-de-açúcar.

Com a morte do patriarca foi feito um inventário no ano de 1927. Dos nove filhos, três ficaram com as terras onde hoje está localizado o Sítio Fundão. Mais tarde o senhor Jéferson viria a comprar as partes que pertenciam aos outros dois irmãos e daria início ao trabalho em sua propriedade.

Buscando compor um acervo biográfico do senhor Jéferson da Franca Alencar, antigo proprietário do Sítio Fundão, apresentamos os relatos orais de familiares¹⁴⁴, como o da senhora Angelita Leão de Alencar, filha do senhor Jéferson e última a deixar a propriedade no ano de 2008. Também foram colhidos depoimentos do senhor Edi Alencar e da senhora Maria José Alencar Costa, netos do senhor Jéferson.

As entrevistas foram fundamentais para coletarmos características e fatos que marcaram a vida do senhor Jéferson. Nessa etapa também foi possível fotografarmos objetos pessoais entregues pela família no escritório da SEMACE localizado no Crato. Esses objetos foram recolhidos pelo senhor Edi Alencar durante o processo de compra da propriedade pelo Governo do Estado. As peças

| 144 | As entrevistas foram concedidas ao autor durante uma consultoria para a elaboração do Plano Museológico do Sítio Fundão em 2009.

representam parte do cotidiano do homem que viveu no Sítio Fundão, como utensílios de trabalho (ferramentas de carpintaria, sela de montaria) e utensílios domésticos (rádio e despertador). Outros itens como telhas, tijolos, cambitos de madeira, formas de rapadura e a cuia (uma espécie de caixote que servia de medida durante a comercialização de cereais) são elementos que contam um pouco da história do sítio.

Dona Angelita Leão de Alencar, filha do senhor Jéferson e seus cinco irmãos cresceram no sítio e nesta entrevista relembrou alguns momentos no lugar:

Começamos a trabalhar com minha mãe, os filhos iam crescendo, iam trabalhando. Estudava na cidade, voltava a pé. Fazia seis quilômetros, quer dizer uma légua né? Três para ir e três para voltar. E era assim que tínhamos que fazer tudo isso. E ajudava algumas pessoas que vinham ajudar papai na parte da manhã, os trabalhadores, mas eram poucos. Todo esse trabalho era controlado pelos filhos.¹⁴⁵



Imagem 50: Instrumento para talhar madeira. Fonte: Fotografia de Naudiney de Castro Gonçalves em 29 jan. 2009

| 145 | ALENCAR, Angelita Leão de. Entrevista [24 jan]. Entrevistador: Naudiney de Castro Gonçalves. Crato, 2009.



Imagem 51 - Instrumento de marcenaria. Fonte: Fotografia de Naudiney de Castro Gonçalves em 29 jan. 2009



Imagem 52 - Fôrma de rapadura. Fonte: Fotografia de Naudiney de Castro Gonçalves em 29 jan. 2009



Imagem 53 - Cuia para farinha. Fonte: Fotografia de Naudiney de Castro Gonçalves em 29 jan. 2009



Imagem 54 - Sela de montaria. Fonte: Fotografia de Naudiney de Castro Gonçalves em 29 jan. 2009

Essa era a realidade de quem na época vivia na área rural do município. O trabalho na lavoura de cana, a criação de animais e o cultivo de fruteiras aproximavam o homem da natureza de uma forma que se estabelecia uma relação de subsistência. Daí a constante necessidade de se preservar o lugar, protegendo a mata nativa e afastando os caçadores dos arredores do Fundão.

Na memória dos filhos e dos netos o trabalho no sítio era um dever de todos. Um compromisso aliado ao prazer de estar tão ligado às benesses naturais oferecidas.

Trabalhei muito. Com oito anos, nas manjarras, sentadinha com um pedacinho de pau, tangendo os bois para girar a moenda. Filho de Jéferson nunca brincou. Entenda que de uma forma geral. Era do estudo para o trabalho.^{|146|}

Dona Angelita Alencar (Filha do Senhor Jéferson).
Nós passamos a morar três anos lá por um problema de saúde de uma das irmãs mais nova. Uma coqueluche. Como ela (a tia) disse, a linha era trabalho, escola, casa. Mas era saudável, era uma infância saudável né? Ele era um avô exigente, mas ele era também um avô que tinha horas também de carinho né? Sabia conversar. Tinha dias que ele estava que a gente chamava assim: “Ele hoje ta numa veinha”, quer dizer, era do tipo que não puxasse muita conversa, mas tinha dias que ele estava brincalhão, dava muita risada, cantorolava muito.^{|147|}

Maria José Alencar Costa (Neta do Senhor Jéferson)

| 146 | Ibidem.

| 147 | COSTA, Maria José Alencar. Entrevista [24 jan]. Entrevistador: Naudiney de Castro Gonçalves. Crato, 2009.

Logo o local se tornou uma referência para quem desejava se distanciar da cidade e usufruir dos benefícios que a natureza oferecia. Por estar a apenas três quilômetros da sede do município, o Sítio Fundão era bastante frequentado não só pela família, mas por todos que conheciam a hospitalidade do seu antigo proprietário. Segundo relato do senhor Edi Alencar, neto do Senhor Jéferson, o Fundão se transformou em uma espécie de balneário:

O Sítio Fundão, ele era os clubes recreativos hoje da cidade. Na parte de banhos, porque era mais próximo do Rio Batateiras. Aí tinha não só o banho, não só as frutas que as pessoas iam comprar e também iam comer. Por que sabiam o seguinte, se vai no banho no Sítio Fundão existia as frutas em abundância que ele tanto comia de graça como podia comprar e trazer. E era o Granjeiro, era o Serrano, era o Itaité, eram todos esses clubes que existem hoje, associativos, o Fundão não existia, mas o Fundão era tudo isso.¹⁴⁸

Uma das características mais lembradas do Sítio Fundão se refere à diversidade e abundância das frutas que o local já teve e que hoje findou com a saída dos antigos proprietários. O plantio e o cuidado que o senhor Jéferson e sua família tinham para com as fruteiras foi um exemplo de respeito e bom convívio com a natureza, por isso a memória de ele ser considerado um ecologista desde aquela época. Tinha um senso de preservação não só pela riqueza nativa do lugar, com seus pés de

| 148 | ALENCAR, Edi. Entrevista [24 jan]. Entrevistador: Naudiney de Castro Gonçalves. Crato, 2009.

jatobá, angico, pau d'arco, amarelo, cedro e carasco, mas também pelo patrimônio natural que se construiu ao longo da presença da família no local, com o cultivo de diversos tipos de mangas, laranjas, bananeiras, cana-de-açúcar, fruta-pão, tangerina e coqueiros.

Quando questionada sobre o plantio das fruteiras no Fundão, dona Angelita Alencar foi enfática:

Foi papai quem plantou. Quando ele foi para lá tinha pouca coisa. Na terra ele começou a plantar banana, manga, abacate, muitas fruteiras, mais uma área também de plantio de cana. Quando ele recebeu (o sítio) do meu avô, já existia áreas que eram plantadas cana.^{|149|}

Com essa vida de dedicação ao trabalho o senhor Jéferson construiu a imagem de rígido com relação à proteção do sítio. Uma ligação forte de um homem que optou por viver mais próximo da natureza para criar os seus seis filhos; Idelsuite da Franca Alencar, Carlos Luís de Alencar, Jurandir Vitorino de Alencar, Angelita Leão de Alencar, Julieta de Alencar Nogueira e Quintino Viana de Alencar.

A vida dele inteira foi uma constância de preservar o sítio. Sempre lutou pela defesa. Não deixava que ninguém fizesse corte de árvores, invadisse o sítio para matar animais. Tudo isso ele procurou durante quase sessenta, setenta, oitenta anos, porque ele foi para lá conviver muito novo.^{|150|}

Dona Angelita Alencar (Filha do Senhor Jéferson).

| 149 | ALENCAR, Angelita Leão de. Entrevista [24 jan]. Entrevistador: Naudiney de Castro Gonçalves. Crato, 2009.

| 150 | ALENCAR, Angelita Leão de. Entrevista [24 jan]. Entrevistador: Naudiney de Castro Gonçalves. Crato, 2009.

Agora você chegava lá para tomar um banho, ele (O Sr. Jéferson) lhe recebia, você queria chupar uma manga, ele lhe perguntava: - Você está com fome? Ele colocava um balaio de manga ali para você se servir, mas não permitia que você no caminho pra ir tomar banho batesse numa fruta pra derrubar. Ele dava pra você se servir à vontade, até pra você trazer, mas não permitia que você derrubasse uma fruta, porque tinha uma filosofia que quem derruba uma manga madura, derrubava uma verde. E você com criança ou qualquer pessoa que vai pra uma mangueira carregada de manga, quer dizer, aí existe uma farra, derrubam à vontade. Isso pra quem é dono não gosta e ele não gostava.¹⁵¹

Senhor Edi Alencar (Neto do Senhor Jéferson)

Ele não deixava as pessoas destruírem lá na propriedade e qualquer pessoa poderia adentrar a propriedade retirar qualquer fruta que tivesse lá e se fartar, só não podiam trazê-las, nem as deprender, nem trazer para comercializá-las. Por que a ideia dele era que servisse para outras pessoas que também tivessem necessidade.¹⁵²

Miralva Guedes (Agente cultural do IMOPEC, Instituto da Memória do Povo Cearense)

A casa que ele morou durante um bom tempo ficava em cima de uma barreira e dizem que de lá ele ouvia qualquer pancada na mata. Então se alguém batesse numa árvore com uma machada, ele ouvia e já ia até o cara e mandava que o cara sásse e dizia que não podia desmatar.¹⁵³

Eldinho Pereira (Historiador e agente cultural do IMOPEC)

| 151 | ALENCAR, Edi. Entrevista [24 jan]. Entrevistador: Naudiney de Castro Gonçalves. Crato, 2009.

| 152 | GUEDES, Miralva. Entrevista [24 jan]. Entrevistador: Naudiney de Castro Gonçalves. Crato, 2009.

| 153 | PEREIRA, Eldinho. Entrevista [24 jan]. Entrevistador: Naudiney de Castro Gonçalves. Crato, 2009.

O engajamento do Senhor Jéferson em defesa do Fundão foi uma militância pacífica, reflexo de um homem generoso e de uma personalidade intrigante. Convencia as crianças que entravam no sítio para caçar passarinhos com baladeiras a trocá-las por frutas e à noite recebia suas visitas mantendo-se sentado em uma mesa tendo apenas uma lamparina acesa à sua frente. De acordo com a família essa tática permitia que ele identificasse prontamente quem chegava ao lugar e ao mesmo tempo garantia o mistério do homem por trás da luz.

Por vir dessa família (Alencar), ele (Sr. Jéferson) tinha toda condição de ter se transformado em um proprietário de terras, um coronel aqui da região, com influência política e tal, mas pelo que dizem ele não era um homem ambicioso, ele era pacífico e tinha um amor muito grande pela natureza.¹⁵⁴

Eldinho Pereira (Historiador e agente cultural do IMOPEC)

O ciclo de amizades dele era muito vasto. Recebia muitas visitas, muitos jornalistas. Ele lia muito.¹⁵⁵

Maria José Alencar Costa (Neta do Senhor Jéferson)

E ele (o avô) tinha uma dádiva de Deus, que era uma pessoa de relações públicas. Ele fazia amizade com facilidade, com gente do município, com gente de outros estados, gente internacional, como o padre Rodolfo que era alemão, que vindo no Crato não deixava de ter aquela conversa com ele. Era uma pessoa simples, de calça rasgada ou emendada, mas de

um conhecimento profundo, porque ele lia muito. Ele tinha jornais, ele tinha assinatura dessa revista Cruzeiro e as pessoas levavam outros tipos. Ele tinha um radinho que ele ouvia muito. De noite ele sintonizava até a BBC de Londres, Voz do Brasil. Quando chegava alguém que achava que ele não tinha instrução nenhuma e às vezes queria em cima dele se mostrar, ele ficava só ouvindo, mas depois ele começava a entrar no assunto, com uma diplomacia, que às vezes as pessoas saiam encabuladas, se despediam, mas depois voltavam pela forma como ele abordava, pela forma como ele era receptivo¹⁵⁶

Senhor Edi Alencar (Neto do Senhor Jéferson).

| 154 | Ibidem.

| 155 | COSTA, Maria José Alencar. Entrevista [24 jan]. Entrevistador: Naudiney de Castro Gonçalves. Crato, 2009.

| 156 | ALENCAR, Edi. Entrevista [24 jan]. Entrevistador: Naudiney de Castro Gonçalves. Crato, 2009.

Jéferson da Franca Alencar transmitiu para os filhos e netos ao longo da vida os conhecimentos de uma convivência harmoniosa com a natureza. Debilitado por conta de problemas cardíacos e respiratórios, veio a falecer no dia 12 de setembro de 1986, depois de adiar uma cirurgia recomendada por seu médico. Até a véspera de sua morte dedicou-se ao trabalho no Sítio Fundão.

As ruínas do antigo engenho de rapadura do Sítio Fundão ainda podem ser verificadas na propriedade. Segundo relatos orais da senhora Angelita Alencar, filha do antigo proprietário, o engenho data da época do seu avô e a sua última moenda teria acontecido por volta do ano de 1948. Os resquícios materiais podem nos remeter tanto às atividades econômicas desenvolvidas no local quanto às relações sociais que se desenvolviam no cotidiano do sítio.

Em depoimento concedido pela senhora Angelita Leão de Alencar é possível ter uma noção das práticas vivenciadas no âmbito do engenho da família e as alternativas que surgiram ao plantio da cana-de-açúcar.

| 157 | ALENCAR, Angelita Leão de. Entrevista [24 jan]. Entrevistador: Naudiney de Castro Gonçalves. Crato, 2009

É secular ele. O engenho moeu até 1948. As coisas foram ficando mais difíceis, sempre tinha que pegar bois emprestados para fazer a moagem e ele foi plantando mais foi bananeiras, coqueiros. Já havia um compromisso entre primos, quer dizer que um primo de papai que era fazendeiro e comerciante, que era padrinho Zé Horácio, ele cedia por um determinado tempo aquelas juntas de boi para vir e fazer o trabalho da moagem naquele período. Depois que terminava, então eram devolvidos os bois.¹⁵⁷

O engenho do Sítio Fundão remete aos primeiros exemplares instalados na região da Chapada do Araripe, ainda em meados do século XVIII, movidos à tração animal e com estrutura em madeira. O ciclo econômico da cana-de-açúcar no Cariri cearense pode ser compreendido a partir da arquitetura presente na região, seja por seus casarões localizados nos centros urbanos, seja por suas ruínas de engenhos na zona rural.

A mobilização dos cidadãos cratenses na preservação do Sítio Fundão e do Rio Batateiras ajudamos a compreender como a organização de uma comunidade pode dar voz à sua realidade e necessidades. Toda a história relacionada ao Sítio que um dia pertenceu ao senhor Jéferson da Franca Alencar nos revela o quanto uma cidade como o Crato, considerada um centro urbano, ainda conserva características da proximidade com o campo.

Tanto os mais velhos quanto os mais jovens compartilham o sentimento de perceber as mudanças que ocorrem ao seu redor. Seja ao reclamar do aumento no número de veículos que transita pela cidade ou pela demora na chegada da chuva, as pessoas se adaptam à nova realidade, mas sempre que possível remetem a períodos em que em algum momento de suas vidas desfrutaram de uma maior proximidade com o espaço rural.

Não se pode negar que por mais que a cidade venha passando por momentos de crescimento do seu sítio urbano, aliado a uma expansão do centro comercial que disputa mercado com outros municípios como Juazeiro do Norte, Barbalha e Missão Velha, o Crato ainda possui uma economia fortemente ligada às atividades agrícolas.

Isso explica porque eventos relacionados a mudanças no campo sempre repercutem no âmbito da sociedade; nas escolas, nas paróquias, nas reuniões da Câmara de Vereadores e nas ruas em geral.

A comunidade acompanhou os acontecimentos ligados à venda do Sítio Fundão, à criação de um Geossítio na área, à fundação de um parque ecológico, à depredação e ao desmatamento das matas nativas e tem voltado especial atenção às lutas de interesses que a posse pelas nascentes do Rio Batateiras vem despertando.

A disputa pela água na região é algo tão antigo que remete às primeiras rotas migratórias e de colonização, que logo perceberam a riqueza das nascentes que brotam ao longo da área abarcada pela Chapada do Araripe. Os engenhos mais ricos

e mais prósperos inegavelmente sempre foram aqueles que detiveram o maior domínio sobre a circulação das águas.

Por conta disso surgiram diversas tecnologias que buscavam desviar, represar e distribuir a água para os plantadores de cana que, como já se procurou mostrar, foi o produto de maior relevância no contexto da economia rural do Crato e da região do Cariri como um todo por um longo período desde meados do século XVIII. Além disso, a gestão da água da região também precisou voltar-se para o atendimento de toda uma comunidade que convivia fora dos limites das propriedades dos grandes donos de terras.

Na fala do senhor Edi Alencar, neto do senhor Jéferson Alencar, compreendemos como a disputa pela água sempre foi presente em suas vidas e a dimensão do significado do Sítio Fundão na região:

À noite os grandões não usavam as águas, aí soltavam no rio. Aí os trabalhadores retornavam na manhã seguinte e já cortavam a água. Ele aproveitava essas águas que vinham na madrugada pra enriquecer o quintal de bananeiras que ele tinha, que era o maior plantio de bananeiras que tinha, era a fruta mais bem aceita da cidade do Crato eram as bananas do Sítio Fundão, por que eram tratadas, não tinham bicarbureto. Quando citavam as frutas do Sítio Fundão não tinha recusa. Ele tinha uma freguesia de gente nobre na cidade que vinha a fruta direta pra pessoa.



Imagem 55 - Visita de Dom Panico, Bispo do Crato, ao Sítio Fundão.
Fonte: Acervo do Professor Eldinho Pereira

Durante o período em que a família residiu na propriedade, a realidade da escassez de água também foi vivenciada. O senhor Edi Alencar, que também morou no sítio, relembra que para garantir o suficiente para as necessidades diárias era preciso uma vigília durante a madrugada, pois esse era o único horário em que os proprietários de terras mais acima do Fundão não estavam usufruindo das águas. Desse modo, era possível que o Rio Batateiras percorresse o seu curso normal, transpondo os desvios. O neto relembra que esse fato era um grande desgosto para um homem que compreendia os recursos naturais como um bem a ser desfrutado por todos.

Ele morreu com muito desgosto, porque as águas que ele tinha direito, a reserva do Sítio Fundão, foram tiradas por poderosos, políticos, e ele morreu com muito desgosto por não ter as águas dele respeitadas. Começou então a parte de Lameiro, essa região onde ele morava antigamente, começou a explorar as águas, as pessoas a desviar as águas, a comercialização das águas. Começaram então a diminuir a vazão das águas das nascentes também. São cento e noventa e três fontes na área do Ceará e essas fontes estão todas aqui na região do Rio Batateiras e elas começaram então a ser exploradas. As pessoas começavam a construir mansões, a usar a água, dali já vendia pra outro, outro vendia pra outro e essa ramificação cresceu tanto que quando chega a seca o Rio Batateiras seca porque não foi por uma ação natural que o rio seca é por uma ação comercial.

Outra evidência de que o Sítio Fundão ocupou um local estratégico e rico em recursos naturais foi a construção de uma antiga barragem de pedra que segundo familiares e moradores da região teria sido erguida com a utilização de mão de obra escrava no século XIX por ordem de Dom Pedro II durante os esforços em amenizar a calamidade provocada pela seca de 1877.

Na página 29 do relatório com que o Excelentíssimo Senhor Desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa passou a administração da província do Ceará ao Excelentíssimo Senhor Conselheiro João José Ferreira D'Aguiar, presidente da mesma província no dia 23 de novembro de 1877, verificamos a nota de obra pública para o Crato de “Açude no rio da cidade, idem no rio – Batateiras -, construção de cemitério”.

O relato do Presidente da Província no ano de 1877 nos dá a dimensão do estrago causado pela seca no Ceará e nos revela aspectos das rotas de emigração, quando os então chamados flagelados buscavam no Cariri as condições básicas para a sua sobrevivência.

Seria possível recordar-vos que sertões, outr'ora verdejantes e ricos, pela fertilidade de seu solo e abundância de seu commercio, estão hoje reduzidos à desertos, despovoados pela torrente da emigração que se tem estabelecido para a capital, e o littoral da província; para as suas serras e os vales abençoados do Cariry.¹⁵⁸

| 158 | Fala com que o excelentíssimo senhor desembargador Caetano Estellita Cavalcanti Pessoa, Presidente da Província do Ceará abriu a 2ª Sessão da 23ª legislatura da Respectiva Assembleia no dia 2 de julho de 1877, p. 39.



Imagem 56 - Barragem de pedra do Sítio Fundão. Fonte: Acervo do Professor Eldinho Pereira/Sem data

Durante a entrevista com a senhora Angelita Alencar nos foi relatado as memórias que a sua avó, mãe do senhor Jéferson, tinha sobre o período da seca de 1877-1879.

Papai falava que a mãe dele sempre comentava do grupo de pessoas famintas que era muito grande. O Lameiro era uma área muito cheia de fruteiras, de pessoas que tinham algum recurso. Então vinham à porta pedir alguma coisa de alimento e ela mandava as pessoas que trabalhavam com ela, as empregadas e juntavam aquelas quantidades de mangas, de banana, para dar para esse pessoal que passava pedindo, que era um período de muita fome, com tantas crianças desnutridas, homens sem roupas. Ele dizia que era pequeno, mas lembrava disso.

Este período de seca definiu os primeiros esforços por uma modernização da região do Cariri. Com o intuito de combater os efeitos da estiagem na região através de uma política de distribuição de empregos àqueles que se encontravam às margens do Rio São Francisco, o Governo Imperial enviou à Província do Ceará o Conselheiro João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu. Em carta endereçada ao Imperador Dom Pedro II o Conselheiro defende a construção de estradas de ferro e assim descreve a situação da seca no Ceará:

| 159 | CAPELO FILHO, José. Arquitetura ferroviária no Ceará: registro gráfico e iconográfico. Fortaleza: Edições UFC, 2010. p. 18.

Senhor:

[...]

Na escolha do serviço, cuja realização mais contribuirá para o bem do Estado, os Ministros de Vossa Majestade Imperial não hesitaram em preferir o da construcção de estradas de ferro, que, partindo de um porto navegavel se prologuem pelo interior, na direcção de cidades e villas já fundadas e dos centros productores.

A experiencia de outros paizes que, como essa região do Império, estão sujeitas a sêccas periodicas, tem mostrado não haver meio mais efficaz para minorar os effeitos de taes flagelos, como o da construcção de vias-férreas, por onde, quando se manifestam, os habitantes do interior possam receber os soccorros de toda a parte, ou como recurso extremo, buscar na emigração lenitivo aos seus padecimentos.

Convicto desta verdade e considerando que segundo a lição da historia, é o Ceará de todas as provincias do norte a quem tem sido mais vexada pela secca em diversas épocas, entendo o Ministério que por ella deve começar a tentativa que vae fazer. [...] ¹⁵⁹

A compreensão de uma perspectiva sobre a preservação de recursos naturais e culturais representada pela proteção do Sítio Fundão despertou a atenção da comunidade local. Em novembro de 2005, durante o 4º Encontro Estadual promovido pelo IMOPEC, foram dados os primeiros encaminhamentos no sentido do pedido de tombamento do Sítio Fundão. Essas ações foram inicialmente tomadas pelos professores Eldinho Pereira da Silva e Miralva Guedes que buscaram a colaboração do IPHAN através de sua Superintendência Regional no Ceará e tomaram como base o Decreto-Lei Nº25/37 que instituiu os livros de tomo arqueológico, etnográfico e paisagístico e o de tomo histórico.

CAPÍTULO I

Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 2º - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e que são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana.

A exposição existente no Sítio Fundão congrega elementos da vida material relacionados a diferentes temporalidades, que podem ser exploradas tanto por uma perspectiva do uso desses vestígios como fonte historiográfica. As propostas de ensino podem abordar tanto o campo da história, como o das ciências da natureza, ao tratar das práticas pedagógicas do Geopark Araripe, que se configura como um ponto estratégico para o ensino de outros saberes, como, por exemplo, as diferentes etapas das formações geológicas da terra.

O Geossítio Batateiras abrange a área do Sítio Fundão e é assim denominado em referência ao rio local. A proposta pedagógica de abordar as diferentes temporalidades da terra e do homem torna possível a interdisciplinaridade e abre para os visitantes as possibilidades de verificar abordagens da biologia, botânica, geologia, geografia, história e outras áreas do conhecimento.

Para compreendermos essa identificação da população com este lugar de memória, uma importante fonte foi o acervo documental do professor Eldinho Pereira, historiador e membro do IMOPEC. Ele possui um vasto material fotográfico das intervenções e manifestações ocorridas na cidade e no próprio sítio, além de uma coleção de artigos jornalísticos que registraram a mobilização em defesa da preservação da área.

Tendo como proposta analisar elementos que compõem a exposição do sítio, a pesquisa histórica apresentou informações a respeito das intervenções

que demonstram as relações entre o homem e o meio. Duas ocorrências contextualizam diferentes momentos históricos em que o sítio esteve inserido.

Podemos citar as ruínas da antiga barragem de pedra que fora construída por ordem imperial na década de 70 do século XIX e que ainda podem ser acessadas em visita ao sítio.

Um outro testemunho da história do Sítio Fundão são as ruínas do antigo engenho de rapadura, já mencionadas, e que ainda podem ser verificados na propriedade. Segundo relatos orais da senhora Angelita Alencar, o engenho data da época do seu avô e a sua última moenda teria acontecido por volta do final da década de 1940. E é para esses vestígios em particular, e para as possibilidades que oferecem, que a nossa investigação se voltou.

O engenho do Sítio Fundão remete aos primeiros exemplares instalados na região da Chapada do Araripe, ainda em meados do século XVIII, movidos à tração animal e com estrutura em madeira. Como já se procurou mostrar, a produção e o comércio das cargas de rapadura foram o principal expoente da economia da região e a arquitetura imponente dos casarões localizados em municípios como Crato, Barbalha, Missão Velha e outros do Cariri cearense são reflexos do período áureo dos canaviais.

Compreendemos que qualquer ação que tem como objetivo a proteção de um bem, seja ele de ordem material ou imaterial, móvel ou imóvel, só é possível e duradoura com a capacidade do público

de se apropriar e se identificar com esse patrimônio que pode ser interpretado enquanto parte de suas vidas.

Em nota no sítio eletrônico do Governo do Estado do Ceará, de 28 de março de 2011, consta o anúncio da entrega do Parque do Sítio Fundação à comunidade, com a presença do Presidente do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente e do Superintendente da Semace. A notícia apresenta ainda detalhes das obras na Unidade de Conservação:

O restauro da casa sede recebeu investimento de R\$ 200 mil, provenientes de compensação ambiental. Foram realizados os procedimentos necessários com vistas ao tombamento da edificação como patrimônio histórico cultural concluído pelo técnico Otávio Menezes da Secult/Copahc que está em andamento. A restauração obedeceu fielmente a planta original, construída pelo antigo proprietário, ambientalista Jéferson da Franca Alencar (falecido) em taipa, técnica construtiva vernacular à base de argila (barro) e cascalho com o objetivo de erguer uma parede, única no Estado com dois andares. O antigo proprietário teve o cuidado de conservar não apenas toda a vegetação (flora e fauna) mas o acervo material, inclusive, um engenho de madeira. O acervo material, disse à imprensa, Francisco Otávio Menezes, responsável pelo processo de tombamento é constituído

de uma casa de taipa (a casa-sede), um engenho de madeira, bem conservado e uma barragem de pedra edificada pelos escravos. Já devidamente restaurados todo ele está em processo de homologação de tombamento.^{|160|}

Apesar da criação do Parque Estadual e dos esforços para o tombamento dos elementos constituintes do Sítio Fundão, a preservação dos vestígios materiais não estava garantida. A estrutura do engenho de madeira foi destruída por um incêndio em 2018 antes de ter o seu projeto de restauração executado.

Uma matéria jornalística^{|161|} publicada em 05 de novembro de 2018 não deixa dúvidas: “Um incêndio de grande proporção atingiu o Parque Estadual Sítio Fundão, em Crato, no último sábado (03). Cerca de 10 hectares da área foram atingidos e as ruínas do antigo Engenho de Açúcar ficaram totalmente destruídas”. A informação é corroborada no Plano de Manejo do Parque Estadual Sítio Fundão, documento técnico de 2019 elaborado pela Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Estado do Ceará:

O processo de tombamento do Sítio Fundão se deu por meio da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (SECULT) no ano de 2013 (CULTURA CEARÁ, 2019), e contempla rico acervo material, que inclui uma Casa de Taipa de dois andares, um engenho de madeira e uma barragem de pedra edificada por escravos (SECULT, 2019). O moinho do engenho situado no PESF foi destruído por um incêndio ocorrido em novembro de 2018.^{|162|}

| 160 | www.ceara.gov.br. Acessado em 28 nov. 2019.

| 161 | Incêndio de grande proporção atinge Sítio Fundão, em Crato. Badalo, 5 nov. 2018. Disponível em: www.badalo.com.br. Acessado em 14 ago. 2020.

| 162 | GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Plano de Manejo do Parque Estadual Sítio Fundão. Secretaria do Meio Ambiente, 2019. Disponível em: www.sema.ce.gov.br. Acessado em: 14 ago. 2020.

A destruição deste sítio arqueológico histórico inviabilizou a pesquisa e a interpretação de suas ruínas. Vestígios que nos levaram a questionar se aquela estrutura se tratava do mesmo exemplar descrito por Irineu Pinheiro na década de 1930¹⁶³ como o engenho hidráulico mais antigo do Crato. Existiria outro engenho com moenda de ferro na localidade anteriormente denominada “Lameiro”? Um teria se sobreposto ao outro? O engenho do Sítio Fundão seria hidráulico, movido à tração animal, ou um híbrido das duas forças motoras?

As perguntas que o historiador poderia fazer aos vestígios materiais do engenho ficariam sem resposta em um primeiro momento. A preservação do Sítio Fundão é resultado do empenho de arqueólogos, historiadores, museólogos e de outros profissionais, lutando contra uma série de

| 163 | PINHEIRO, Irineu (1930). O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes. Ed. fac. sim. Fortaleza: FWA, 2009. p. 56.



Imagem 57 - Moenda do Engenho do Sítio Fundão.

Fonte: Fotografia de Naudiney de Castro Gonçalves em 29 jan. 2009



Imagem 58 - Ruínas do Engenho do Sítio Fundão. Fonte: Fotografia de Naudiney de Castro Gonçalves em 29 jan. 2009



Imagem 59 - Ruínas do Engenho destruídas por um incêndio. Fonte: Fotografia de Rose Feitosa. Disponível em: www.badalo.com.br. Acessado em: 14 ago. 2020

dificuldades que enfrentam aqueles que estão voltados para a proteção do patrimônio cultural no país. Lamentavelmente, o incêndio que destruiu a antiga estrutura mostra a vulnerabilidade dos bens patrimoniais no Brasil, cuja salvaguarda, em muitas ocasiões, não tem sido uma prioridade das políticas públicas. Para a nossa pesquisa, revela - de maneira trágica - a necessidade de estudos que apontem para a importância desses bens e para a urgência em sua proteção.

Contudo, para a nossa esperança, contamos com a possibilidade dos estudos arqueológicos que, mesmo diante de uma tragédia como um incêndio, podem nos revelar muitas informações a partir do que ainda encontra suporte material, como atestam os relatos do resgate, conservação e restauro das coleções que foram impactadas pelo desastre do Museu Nacional no Rio de Janeiro em 2018. No caso do Engenho do Fundão, a pesquisa arqueológica ainda poderia revelar, por exemplo, estruturas subterrâneas e o perímetro de abrangência do equipamento, além de uma identificação dos materiais dispostos no sítio.

A Chapada do Araripe enquanto paisagem cultural

[...] Para a Unesco, paisagem cultural é sinônimo de natureza e cultura associadas, e a obrigação de apontar a relação entre as duas é central nas atribuições de valor. Nessa concepção, qualquer que seja o tipo de paisagem cultural ou a tradição incorporada, é necessário mostrar como natureza e cultura estão associadas. Há pouco (ou nenhum) espaço para paisagens culturais que não tenham essa conotação. RIBEIRO, Rafael Winter. Um conceito, várias visões: paisagem cultural e a Unesco. 2017, pp. 36-37.¹⁶⁴

A existência de mais de uma centena de fontes, em área de onze municípios com extensão inferior a 10.000 km², dá origem a uma série de riachos perenes e à existência de uma área de solos mais produtores, fazendo com que a sub-região [do Cariri] seja uma ilha agrícola no meio da caatinga. Havia primitivamente nessa região uma vegetação florestal que após o século XVIII foi sendo derrubada à proporção que o povoamento se adensava e a agricultura se desenvolvia. Culturas adaptadas às regiões úmidas, como a cana-de-açúcar e o café, foram-se desenvolvendo, dando margem ao surgimento de paisagens culturais que constituem um verdadeiro contraste no Sertão. Nas proximidades de Barbalha, por exemplo, os canaviais se desenvolvem ao lado de imponente babaçual, havendo como que um encontro entre as paisagens do

Leste pernambucano e as dos cocais maranhenses.
ANDRADE, Manuel Correia de (1963). A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5a ed. São Paulo: Atlas, 1986. p. 36-37.

A Floresta Nacional do Araripe foi criada pelo Decreto nº 9.226 de 02 de maio de 1946. Ao criar a primeira Unidade de Conservação de sua categoria no país, o Governo Federal deu início à promoção de políticas públicas que contemplassem a pesquisa científica, o desenvolvimento do turismo e as ações de educação para a preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural.

O rico e diversificado panorama arqueológico que se apresenta nas áreas adjacentes aos sítios localizados na Chapada do Araripe é bastante propício para a realização de ações educacionais que, partindo de uma realidade cultural presente – na qual se incluem importante história regional, questões sociais e econômicas e aspectos de cultura material e imaterial – permita às populações perceber os remanescentes arqueológicos tanto como parte integrante da identidade cultural local, como recursos que podem gerar ações de sustentabilidade.

Poucas regiões do Brasil têm uma natureza tão pródiga, uma história tão rica e uma cultura popular tão diversificada. Festas, folguedos, ritos, mitos, lendas, narrativas orais, artesanatos, mestres brincantes e de ofícios, santuários e sítios sagrados, marcos históricos e conjuntos arquitetônicos, sítios naturais e redutos ecológicos,

tradições culinárias, passeios e belas paisagens, feiras e mercados, enfim, um número infinito de possibilidades e atrações a serem exploradas. Junte-se a isto uma vida intelectual e acadêmica em pleno crescimento, com sólidas instituições públicas, universidades, artistas, escritores e um plantel de profissionais técnicos e liberais da melhor qualidade.¹⁶⁵

Em 29 de junho de 2009 foi criada, pela Lei Complementar Estadual nº 78, a Região Metropolitana do Cariri, englobando nove municípios e tendo como cidades-polo Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

Considerado “Polo Estratégico de Desenvolvimento”, em setembro de 2006 a Divisão de Ciências da Terra da UNESCO reconheceu o Geopark Araripe como o primeiro geoparque das Américas¹⁶⁶ em razão de uma postulação apresentada em dezembro de 2005, como iniciativa do Governo do Estado do Ceará, representado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Educação Superior e coordenado pela Universidade Regional do Cariri (URCA).

O Geopark Araripe é formado por nove sítios, também chamados de geossítios, que estão distribuídos por toda a região do Cariri e que possuem relevância geológica, paleontológica e de paisagem natural.

Os nove geossítios que compõem o Geopark Araripe estão distribuídos entre os municípios de Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri. Todos os sítios

| 165 | BARROSO, Oswald. Ceará mestiço. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019. p. 65.

| 166 | Para maiores informações sobre os Geoparques e, em especial, sobre o processo para a criação do Geopark Araripe, consultar o sítio eletrônico: www.geopark-araripe.urca.br. Acessado em 31 mai. 2020.

são representativos de estratos geológicos e quatro deles apresentam formações fossilíferas, sendo assim denominados:

1. Geossítio Batateiras
2. Geossítio Cachoeira de Missão Velha
3. Geossítio Colina do Horto
4. Geossítio Floresta Petrificada
5. Geossítio Parque dos Pterossauros
6. Geossítio Pedra Cariri
7. Geossítio Pontal da Santa Cruz
8. Geossítio Ponte de Pedra
9. Geossítio Riacho do Meio

Devido à presença, nas proximidades da sede urbana do Crato, de um conjunto de nascentes que alimentam seus principais rios, desenvolveu-se um tradicional hábito de atividades de lazer e



Imagem 60 - Município de Santana do Cariri e a Chapada do Araripe ao fundo. Fonte: Fotografia de Naudiney de Castro Gonçalves em 09 ago. 2019

turismo ecológico, em balneários e clubes públicos e particulares, justamente situados nas proximidades destes recursos hídricos. A nascente do Rio Batateiras abriga um balneário aberto ao público, em função da rica natureza local, com a realização de trilhas e passeios pelas pequenas estradas que dão acesso à região.

Nas proximidades da nascente existe uma densa vegetação e trilhas que percorrem o entorno do rio, seguindo por clubes e plantações. Neste ponto o rio apresenta belas paisagens formadas por um conjunto de pequenas cascatas, onde é possível apreciar as formações rochosas do local e a sua fauna.

Existem atualmente 127 geoparques classificados pela UNESCO, distribuídos em 35 países. Essa rede de geoparques compartilha estratégias para o desenvolvimento turístico, a preservação ambiental e o intercâmbio de conhecimento em diferentes áreas. Com essa abrangência, os geoparques podem ser considerados guardiões da memória da Terra por sua importância geológica, pela relevância histórica e cultural e por sua biodiversidade.

A conservação do patrimônio geológico no Cariri conta com projetos de educação patrimonial que tratam da proteção dos geossítios, com temas relacionados à conservação, história e memória. Para a manutenção dessas ações torna-se importante a interlocução entre a gestão do Geopark e as universidades, escolas e centros de ensino, além de outras instituições que desenvolvam ações na região.

A realização de pesquisas científicas e as ações de educação patrimonial mantêm um diálogo com as populações locais. Com este objetivo, o Geopark procura, além dos trabalhos de identificação e preservação dos geossítios, fomentar museus, lugares de memória, materiais didáticos, visitas técnicas, seminários e oficinas.

| 167 | COSTA FILHO, José Sales (org.). O Geopark Araripe. Edições URCA, 2008. p.46.

O turismo sustentável é uma atividade promovida pela gestão do Geopark em busca do desenvolvimento socioeconômico da região onde está inserido. Essa atividade influencia a criação de empresas que oferecem visitas e roteiros turísticos. Todas essas atividades estimulam a educação e o desenvolvimento local de produtos e serviços, além de garantir um crescimento econômico sustentável através de uma infraestrutura que valoriza os talentos locais e confere à Chapada do Araripe uma notoriedade internacional.

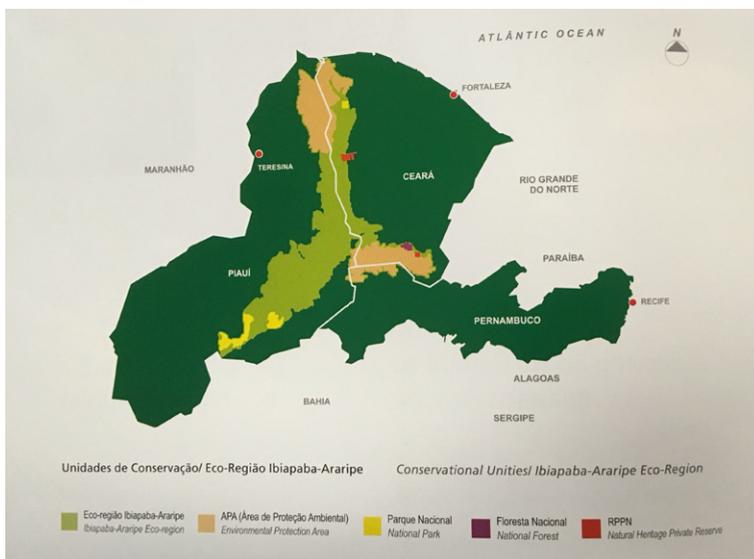


Imagem 61 - Unidades de Conservação Eco-Região Ibiapaba-Araripe. Fonte: O Geopark Araripe^{| 167 |}

Uma das propostas educativas do Geopark Araripe é o Geossítio Batateiras que atualmente conta com um espaço museológico no Parque Estadual Sítio Fundão, o qual nos referimos no capítulo anterior. A unidade de visitação permanente conta com a gestão da Superintendência Estadual de Meio Ambiente – SEMACE, em que apresenta um pequeno mostruário dos aspectos da cultura regional, da interação com os recursos naturais e da promoção da pesquisa científica, do turismo e da educação.

O plano museológico contemplou uma visão biográfica do antigo proprietário do Sítio Fundão, o histórico do Sítio e das campanhas de proteção e por fim o contexto ambiental que abarca a paisagem e as formações geológicas de interesse do Geopark do Araripe, garantindo a interface entre a unidade museológica, os centros de pesquisa, os órgãos gestores e a comunidade.

No Cariri, portanto, é possível citar como elementos que compõem a paisagem cultural da região os seus sítios arqueológicos, o casario do século XIX e as ruínas de engenhos que remetem aos primeiros exemplares instalados na Chapada do Araripe, entre vários outros elementos. Ao mesmo tempo, os engenhos que ainda hoje se encontram em atividade podem, igualmente, ser compreendidos como uma referência cultural que remonta a um passado fortemente ligado à economia canavieira. Assim, tanto os resquícios materiais, quanto a continuação dos processos de moenda, podem remeter às atividades econômicas desenvolvidas

na região e às relações sociais que se estabeleceram no cotidiano dos municípios, formando assim esse complexo conjunto de espaço físico, mundo edificado e práticas culturais, a que estamos chamando de paisagem cultural.

A produção da rapadura derivada da cana-de-açúcar é uma atividade econômica ainda presente no Cariri. Neste contexto, nos questionamos se a metodologia específica do IPHAN para o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) poderia ser aplicada no cenário da Chapada do Araripe. Certamente os resultados trariam muitas das características abordadas ao longo deste trabalho, como a relação entre a cultura material – evidenciada através do maquinário e dos exemplares arquitetônicos ainda preservados – e todas as peculiaridades que o modo de fazer a rapadura apresenta durante o período em que os engenhos estão em atividade.

Entre esses engenhos, seria possível identificar as especificidades de cada produtor e as características dos seus respectivos produtos, levando à reflexão de que o processo que ainda persiste pode ser interpretado como um modo de fazer tradicional, que mantém profunda relação com os lugares onde acontece a transmissão de conhecimentos entre mestre e aprendiz. Isso indicaria a pertinência de sua inserção no universo simbólico das celebrações e expressões das comunidades que se sustentam com a fabricação e o comércio de um bem que mantém as suas características básicas mesmo após diversas mudanças de ordem tecnológica.

Em 17 de maio de 2000, ao longo da exposição de motivos para o encaminhamento do Decreto nº 3.551, que criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e delimitou o registro do patrimônio imaterial, o ex-ministro da Cultura Francisco Weffort afirmou que:

A inscrição de um bem em um dos Livros de Registro terá sempre como referência sua relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira, assim como sua continuidade histórica, tomada aqui no melhor sentido de tradição, isto é, de práticas culturais que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo para o grupo um vínculo do presente com o seu passado. Em razão, portanto, do caráter essencialmente dinâmico desses bens, propõe-se a atualização do registro documental dos bens inscritos pelo menos a cada dez anos, para acompanhamento da sua evolução e avaliação da pertinência da revalidação do título de Patrimônio Cultural do Brasil. Caso tenha ocorrido transformação total, no sentido do rompimento da continuidade histórica acima referida, ou o desaparecimento de seus elementos essenciais, o bem perde o título, mantendo-se o Registro apenas como referência histórica.¹⁶⁸

| 168 | WEFFORT, Francisco. Exposição de motivos que encaminha o Decreto nº 3551/2000. Brasília, 17 de maio de 2000. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, Rio de Janeiro, n. 32, pp. 342-344, 2005. (Patrimônio imaterial e biodiversidade). pp. 343-344.

Com este instrumento jurídico a política de preservação do patrimônio passou a alcançar os grupos detentores de conhecimentos tradicionais e todo o universo relacionado ao seu cotidiano, como o ambiente, seus instrumentos de trabalho, suas técnicas e suas representações. Essas diferentes

dimensões passaram a ser documentadas em quatro livros de registro, assim denominados: Livro dos Saberes, Livro das Celebrações, Livro das Expressões e Livro dos Lugares.

Dessa forma, a dimensão do imaterial passou a ser considerada e contemplada pelas políticas patrimoniais. Contudo, a “divisão” entre o que se considera material e imaterial pode vir a se distanciar de um conceito capaz de aproximar os dois campos de atuação: a referência cultural.

Maria Cecília Londres Fonseca abordou o conceito de “referência cultural” ao tratar do trabalho dos técnicos envolvidos na pesquisa e identificação de bens culturais no Brasil. Para as políticas patrimoniais, não apenas o suporte material das comunidades representativas da cultura nacional deve ser levado em consideração, pois que se trata também de uma necessidade de compreensão dos valores associados ao seu universo imaterial. Sobre referência cultural, Cecília Londres afirmou que:

A noção de “referência cultural” pressupõe a produção de informações e a pesquisa de suportes materiais para documentá-las, mas significa algo mais: um trabalho de elaboração desses dados, de compreensão da ressemantização de bens e práticas realizadas por determinados grupos sociais, tendo em vista a construção de um sistema referencial da cultura naquele contexto específico. Nesse processo, a situação de diálogo que necessariamente se estabelece entre pesquisadores e membros da comunidade propicia uma

troca de que todos sairão enriquecidos: para os agentes externos, valores antes desconhecidos virão ampliar seu conhecimento e compreensão do patrimônio cultural; e para a comunidade, esse contato pode significar a oportunidade de identificar e valorizar partes do acervo material e simbólico que constitui uma riqueza às vezes desconhecida ou não devidamente avaliada.¹⁶⁹

É neste sentido que compreendemos a produção de rapadura e todos os engenhos que ainda permanecem em funcionamento como uma referência cultural, pois acreditamos que não apenas os aparatos materiais devem ser alvo das políticas públicas de preservação do patrimônio: todo o universo intangível das práticas envolvidas deve ser considerado no momento em que são traçadas as estratégias de identificação e proteção por parte do Estado.

Considerando o registro do patrimônio imaterial como uma política pública possível para a interpretação do modo de fazer da rapadura, é plausível a abordagem de um inventário desta tradição, levando em conta tanto as particularidades deste saber tradicional como a compreensão da continuidade e de sua reprodução.

Um bom exemplo das políticas preservacionistas em âmbito mundial são as conferências e convenções realizadas pela UNESCO, órgão da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura, e que tem como objetivos reconhecer o caráter dinâmico do patrimônio cultural e ampliar o seu conceito, ações de proteção, pesquisa

| 169 | FONSECA, Maria Cecília. Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. In: Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. p. 19.

e documentação, além de reconhecer o papel dos estados nacionais como articuladores das políticas de salvaguarda.

No campo do patrimônio material, o município de Barbalha, na região sul do Estado do Ceará, possui um conjunto arquitetônico que demonstra a riqueza de uma região que teve como um dos principais expoentes da sua economia a agricultura canavieira e o comércio de seus produtos. Apreciar apenas o casario antigo no momento de se pensar na preservação do patrimônio histórico e cultural da região, no entanto, é desconsiderar os processos que ainda se encontram em atividade e que estão diretamente ligados à existência das edificações que se pretende conservar.

O patrimônio arquitetônico é reconhecido por sua grandiosidade e beleza, mas a falta de uma política cultural efetiva distancia esses bens do cotidiano da maior parte dos cidadãos. Dessa forma, o patrimônio assume uma posição inalcançável, ficando restrito apenas a um grupo de técnicos e intelectuais que seriam os únicos capazes de dialogar e compreender a riqueza desse universo.

Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti contribuiu para a discussão a respeito de uma nova atuação das políticas públicas no campo da cultura nacional ao demonstrar que o processo de registro das manifestações culturais é fundamental para a compreensão do universo de comunidades tradicionais que fazem parte de nossa sociedade. A sua opinião a respeito da importância desse processo é de que:

Um critério-chave para a legitimidade de qualquer pleito ao registro é a sua relevância para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. A continuidade histórica dos bens culturais, sua ligação com o passado e sua reiteração, transformação e atualização permanentes tornam-nos referências culturais para as comunidades que os mantêm e os vivenciam. A referência cultural é um conceito-chave na formulação e na prática da política brasileira de salvaguarda.¹⁷⁰

| 170 | CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Patrimônio cultural imaterial no Brasil: estado da arte. In: Patrimônio imaterial no Brasil. Brasília: UNESCO, EducarTE, p. 11-36, 2008. p. 19.

José de Figueiredo Filho desenvolveu em *O Folclore no Cariri* a reflexão de um intelectual crítico aos impactos da modernização na região durante a primeira metade do século XX. Escrito na década de 1950, a obra contemplou o cenário das festividades do centenário da elevação do Crato à categoria de cidade a partir das manifestações folclóricas caririenses. Familiarizado com a zona rural, o autor estabeleceu uma narrativa comparativa de suas memórias dos tempos em que morou em sítios e a dinâmica contemporânea das manifestações populares nas cidades. Esta é uma obra rara da literatura cearense, pois realizou algo próximo de uma função de registro antes mesmo do advento de metodologias para inventários de referências culturais:

Da mesma forma que testemunhei o período áureo das músicas-de-couro, também assisti à sua decadência. A luta se travou, em nome da civilização que penetrava no vale, contra as velharias que nos prendiam ao passado. O zabumba tinha de desaparecer, para que o forasteiro litorâneo não o surpreendesse a tocar em instrumentos tão

bisonhos e primitivos, em pleno centro citadino de Crato, que começava a instalar colégios, iluminar-se à eletricidade, ter jornais e cinemas. Meu pai, José Alves de Figueredo, prefeito naquela época, foi dos que, mais denodadamente, travaram luta contra o conjunto musical, tido como arcaico. Combatia-o em nome das coisas novas. Proibiu a exibição das cabaçais em dias comuns, e até nas feiras, a desfilerem pelas ruas. Os progressistas de então o aplaudiram, mas o bom vigário – Mons. Francisco de Assis Feitosa – seu parente e compadre, zangou-se. Contava com elas para ajudar-lhes nas festas da Padroeira. Andou de cara virada para o seu compadre Zuza da Botica, até que o tempo e o relaxamento da medida proibitiva sanaram definitivamente aquelas turras de pouca monta.^[171]

Temos assim no vale caririense, a tradição do baião, originário da terra onde nasceu a pátria brasileira e que civilizou importante trecho do sertão nordestino. É dança e música das mais difundidas no interior, tendo penetrado até nos salões, em época de grandes preconceitos de casta, quando tudo tinha de vir manipulado da velha Europa. Seria de origem africana? A sua aceitação por parte da chamada alta sociedade prova o contrário. Luís Gonzaga, nascido no município pernambucano de Exú, que é quase subúrbio de Crato, disse-se pessoalmente que o baião não tem origem entre negros. O nome indica-nos a procedência da Boa Terra, e chegou até nós, pelo mesmo roteiro das entradas baianas, no tempo da chamada civilização do ciclo-do-couro.^[172]

O baião tomou alma nova no Cariri. É o principal motivo das composições musicais dos

| 171 | FIGUEIREDO FILHO, José de. O Folclore no Cariri. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1960. pp. 12-13.

| 172 | Ibidem, pp. 17-18.

zabumbeiros e pifeiros. É dançado também com passos multiformes, e dedilhado na viola, constituindo a toada dos cantadores de improviso. Encontra agora outro grande concorrente. É o baião sofisticado, criado ou readaptado nos grandes centros urbanos, inundando assim amplificadoras, rádios, eletrolas e até o próprio repertório musical do tocador de sanfona ou do zabumba-de-couro.^{|173|}

Há urgência na divulgação do folclore caririense, antes que a vida trepidante do progresso, com a energia de Paulo Afonso, às portas de casa, venha quase a eliminá-lo. Embora muitos dos motivos desta parte importante do Nordeste sejam idênticos aos de outras regiões, há, entretanto, particularidades que se modificaram com o meio e dão-lhe características próprias.^{|174|}

| 173 | *Ibidem*, p. 18.

| 174 | *Ibidem*, pp. 19-20.

| 175 | LIMA-VERDE, Rosiane. *Arqueologia social inclusiva: A fundação Casa Grande e a gestão do patrimônio Cultural da Chapada do Araripe*. 2015. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal. p. 100.

Segundo Rosiane Limaverde, “a paisagem cultural da Chapada do Araripe é o resultado da interação homem-natureza, um verdadeiro caldeirão de existências e vivências que se desenrolaram ao longo de milhares de anos”.^{|175|} Ao apresentar este conjunto de simbolismos, códigos e significados, a arqueóloga trabalhou a partir da perspectiva da Arqueologia Social Inclusiva para elaborar o trabalho de pesquisa e educação para o patrimônio desenvolvido pela Fundação Casa Grande – Memorial do Homem Kariri, localizada no município de Nova Olinda, sul do Ceará. Para compreender a Chapada do Araripe enquanto “Paisagem Cultural”, Rosiane Limaverde afirmou que:

Ao se evocar a importância da Chapada do Araripe e o sentido de um Lugar Sagrado no contexto do homem do Nordeste como um local privilegiado, qualitativamente diferente dos outros, e que guarda uma qualidade excepcional, “única”, se faz necessário retornar ao tempo do mito, o que significa considerar uma sequência de concepções religiosas e imagens cosmológicas que são solidárias e se articulam num “sistema” ao qual se pode chamar de “sistema de Mundo” das sociedades tradicionais. [...]

A Chapada do Araripe representa, no contexto geográfico do Nordeste, o Centro do Mundo, Espaço Vivido catalisador e sintetizador do universo mítico nordestino, numa verdadeira explosão de culturas que se manifestaram e se manifestam, nesse Lugar Sagrado para o homem habitante no passado e sagrado para o homem habitante no presente, como a Vapabuçu dos Kariri, Terra Sem Males dos Tupi, a Terra da Mãe das Dores dos sertanejos e das romarias do santo milagroso Padrinho Cícero.^{|176|}

Um dos mitos fundadores da região, “A Lenda da Pedra da Batateira”, representaria a cosmologia desta paisagem cultural. Segundo a versão que se encontra no sítio eletrônico do Geopark, “... a Chapada do Araripe era entrada para um lago encantado, cujo único acesso estava segurado pela Pedra da Batateira. Assim que este lugar fosse profanado, a água, jorrando, iria inundar todo o Vale do Cariri e matar a sua população inteira.”^{|177|}

| 176 | LIMA-VERDE, Rosiane. Arqueologia social inclusiva. A fundação Casa Grande e a gestão do patrimônio Cultural da Chapada do Araripe. 2015. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal. p. 101.

| 177 | Disponível em: www.geo-parkararipe.urca.br Acessado em 19 ago. 2020.

O professor Eldinho Pereira descreveu, em uma entrevista, a visita de Padre Cícero à Serra do Quincuncá para escolher e benzer o terreno para um cemitério local, demandado pelos moradores do povoado de Araticum. Segundo o professor:

Voltando de Araticum, Padre Cícero teria parado no alto da ladeira para descansar um pouco e, refletindo sobre a geografia da região, concluiu algo importante. Uma vez afundada a Pedra da Batateira e inundada todas as áreas baixas, a Colina do Horto, mais tarde transformada em santuário religioso de Juazeiro do Norte, seria um bom porto. Já a Serra do Quincuncá, no município de Farias Brito, seria outro.¹⁷⁸

| 178 | COLINA DO HORTO tem réplica em Quincuncá. Diário do Nordeste, 28 ago. 2007. Disponível em: www.diariodonordeste.verdesmares.com.br. Acessado em 19 ago. 2020.

| 179 | RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem cultural e patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007. p. 111.

De acordo com Rafael Winter Ribeiro, na aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Cariri, “a noção de paisagem cultural foi utilizada para a delimitação do território da pesquisa. Da mesma forma, o projeto de atribuição de valor à obra do poeta Patativa do Assaré, também do Cariri, dá especial ênfase à relação entre a sua poesia e a paisagem”.¹⁷⁹

Entre os trabalhos desenvolvidos pelas Superintendências Regionais, um exemplo é o da 4ª Superintendência Regional, no Ceará, com o Projeto Cariri, desenvolvido em conjunto com a Universidade Regional do Cariri – URCA – e que também tem se preocupado em abordar a paisagem cultural como um instrumento para a leitura das referências culturais da região através de uma abordagem sistêmica.

A categoria de paisagem cultural hoje mostra uma grande riqueza e variedade de possibilidades de abordagem. É possível, no entanto, apontar alguns aspectos que devem balizar qualquer abordagem sobre a paisagem como um bem patrimonial. Se quisermos utilizar essa categoria, devemos ter em mente que a paisagem cultural deve ser o bem em si, evitando cair no erro de percebê-la como o entorno ou ambiência para um sítio, ou para determinados elementos que tenham o seu valor mais exaltado. Isso significa que sua abordagem deve ser realizada em conjunto, ressaltando as interações que nelas existiam. A grande vantagem da categoria de paisagem cultural reside mesmo no seu caráter relacional e integrador de diferentes aspectos que as instituições de preservação do patrimônio no Brasil e no mundo trabalham historicamente de maneiras apartadas. É na possibilidade de valorização da integração entre material e imaterial, cultural e natural, entre outras, que reside a riqueza da abordagem do patrimônio através da paisagem cultural e é esse o aspecto que merece ser valorizado.¹⁸⁰

O Parecer nº. 51 do Departamento de Patrimônio Imaterial do IPHAN/Ministério da Cultura, a respeito do Processo nº. 01450.008635/2010-08 que trata do Registro da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha/CE¹⁸¹, apresenta um histórico desde a realização de um dos primeiros estudos para o registro de um bem de natureza imaterial, pelo recém criado Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, até a aplicação, na Região do Cariri, da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais.

| 180 | Ibidem.

| 181 | Segundo a descrição do parecer técnico, entre as páginas 22 e 23, a festividade “é uma celebração popular que, desde 1928, antecede os festejos do dia 13 de junho, em honra ao padroeiro da cidade, Santo Antônio de Pádua. Trata-se de uma grande celebração que acompanha a versão local do costume antigo de erguer, em frente à Igreja Matriz da cidade, um mastro vegetal de grande porte, que recebe a bandeira do santo junino. Tendo como marco temporal o domingo mais próximo ao dia 31 de maio, dia do Carregamento e Hasteamento do Pau da Bandeira, toda uma série de atividades e eventos ocorrem antes e após esse dia. Quinze dias antes do domingo da festa do carregamento, ocorre

Sendo um dos primeiros bens culturais de natureza imaterial com processo de reconhecimento aberto pelo Iphan, ainda no ano de 2002, a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha/CE teve diversos encaminhamentos e reformulações nestes anos, de modo a estar apta a ser apresentada à apreciação tanto da Câmara Técnica do Patrimônio Imaterial, quanto do Conselho Consultivo do Iphan para avaliação da pertinência de seu registro e possível inscrição no Livro de Registro das Celebrações.

Em princípio, ainda antes da criação do Departamento de Patrimônio Imaterial, em 2002, o Instituto de Arquitetos do Brasil – seção Ceará, em conjunto com a antiga 4ª Superintendência Regional do Iphan encaminha o primeiro pedido de reconhecimento da Festa, juntamente com outros bens da mesma região (a saber, obra do poeta Patativa do Assaré, e Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto) instaurado à época, um primeiro Dossiê de Estudos para aprofundar os conhecimentos sobre a Festa e sobre a região do Cariri. [...]

Apenas em 2007 foi, de fato, iniciado o INRC do Patrimônio Cultural do Cariri, onde ficou clara a importância da Festa do Pau da Bandeira para a região. Este fato incentivou a mobilização da comunidade barbalhense junto ao Iphan no sentido de propor o Registro do bem já segundo as normas definidas após a terceira e atual regulamentação do Decreto 3.551/2000, sobretudo no que concerne à aquisição da comunidade detentora do bem.¹⁸² [...]

Para se ter ideia da grandiosidade de oferta de celebrações e formas de expressão populares que encontram na Festa do Pau de Santo Antônio

a cerimônia do “corte do pau”. Meses antes disso, a comunidade católica da cidade já está organizada para levantar fundos e planejar o novenário, a escolha dos noitários (famílias, categorias profissionais, empresas e instituições que receberão a imagem de Sto. Antônio durante à Trezena) e planejar o que vai ser feito a cada dia de celebração na Matriz. No dia do carregamento, a cidade inteira mobiliza grupos locais de folguedos populares e grupos de devotos de todo tipo que tomam as ruas de Barbalha. Durante os 13 dias que separam o dia 31 de maio e o dia da Festa de Santo Antônio, ocorre a “Trezena”, ciclo de orações onde a imagem do santo peregrina por diversas casas da cidade. Por fim, no dia 13 de junho,

ocasião para se colocar na rua e homenagear o santo padroeiro da cidade, citamos aqui os que foram identificados pelo INRC da Festa, já mencionados neste parecer:

- Celebrações: Benção da Bandeira; Incelências; Penitentes; Procissão; Trezena.

- Formas de Expressão: Banda Cabaçal; Capoeira; Dança da Maresia; Dança de São Gonçalo; Dança do Capim da Lagoa; Dança do Coco; Dança do Maneiro Pau; Dança do Milho; Dança do Pau de Fitas; Lapinhas; Quadrilhas; Reisado de Congo; Reisado de Couro.

Naturalmente, associados a todos estes bens culturais, há outro sem número de ofícios e modos de fazer, tais como: confecção da bandeira de Santo Antônio; confecção da carroça de cachaça; confecção das mascaras de reisado; confecção dos instrumentos das bandas cabaçal; confecção dos objetos rituais dos penitentes; fabricação das tesouras e do guincho; ornamentação do Carro Andor, dentre outras.¹⁸³

Compartilhamos da compreensão de Rafael Winter Ribeiro de que “Em meio a múltiplas interpretações, há um consenso de que a paisagem cultural é fruto do agenciamento do homem sobre o seu espaço. No entanto, ela pode ser vista de diferentes maneiras”.¹⁸⁴

De acordo com o geógrafo:

1. “A paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações

ocorre a procissão de Santo Antônio. Ao percorrer as ruas da cidade, o ciclo festivo é finalizado com uma missa na Matriz.”

| 182 | INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Parecer nº. 51/ DPI/IPHAN/ Minc. Processo nº. 0450.008635/2010-08. Assunto: Registro da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha/CE, p.4-5.

| 183 | Ibidem, p. 20.

| 184 | RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem cultural e patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN/ COPEDOC. 2007. p. 9.



Imagem 62 - Casario no Centro do Município de Barbalha. Fonte: Acervo da Superintendência do IPHAN no Ceará. Sem data



Imagem 63 - Colina do Horto com a Estátua de Padre Cícero e a Chapada do Araripe ao fundo. Fonte: Fotografia de Naudiney de Castro Gonçalves em 07 ago. 2019

que ocorram ao longo do tempo”.¹⁸⁵ | No caso da Chapada do Araripe, apresentamos relatos e registros de diferentes momentos de ocupação do território a partir da exploração da cana-de-açúcar. Abordamos a confluência de rotas migratórias no Cariri durante os períodos de seca mais severos e os impactos dos engenhos e de seus espaços de trabalho no meio ambiente, em uma espécie de cultura açucareira, no sentido largo do termo cultura.

| 185 | *Ibidem.*

| 186 | *Ibidem.*

| 187 | *Ibidem.*

2. “A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço”.¹⁸⁶ | Demonstramos que o Vale do Cariri testemunhou a modernização do maquinário usado na agricultura canavieira, a partir da transformação da monocultura dos engenhos artesanais e a transição para a agroindústria representada pela Usina Manoel Costa Filho em Barbalha. Ao longo deste território ao Sul do Ceará, identificamos uma rica cultura material que propicia uma leitura deste período a partir das ruínas, sítios arqueológicos, coleções particulares, museus e lugares de memória.

3. “Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, locus de interação entre a materialidade e as representações simbólicas”.¹⁸⁷ | Compreendemos a Chapada do Araripe enquanto lugar de convergência e irradiação sociocultural, simbolicamente revelado por sua cultura popular religiosa, suas formas de expressão, saberes e fazeres tradicionais, celebrações, lugares e demais manifestações de caráter intangível.

Patativa do Assaré expressou a sua sensibilidade diante dos aspectos modernizadores em progresso no Cariri em seu poema *Ingém de Ferro* e sintetizou de forma majestosa a sua percepção da transição tecnológica dos engenhos de madeira para os engenhos de ferro, uma análise a que nos propusemos nesta tese. No poema, a história dessas transformações aparece materializada no maquinário, que é modernizado. E, junto com a história desse processo, essa materialidade traz igualmente os elementos constitutivos da cultura, como se as máquinas e os seus usos carregassem a vida dos homens ao seu redor e o fim do engenho de pau representasse a destruição de todo um universo cultural.

INGÉM DE FERRO

Patativa do Assaré
Ingém de ferro, você
Com seu amigo motô,
Sabe bem desenvolvê,
É munto trabaiadô.
Arguém já me disse até
E afirmo que você é
Progressita em alto grau;
Tem força e tem energia,
Mas não tem a poesia
Que tem o ingém de pau.

O ingém de pau quando canta,
Tudo lhe presta atenção,
Parece que as coisas santa
Chega em nosso coração.
Mas você, ingém de ferro,

Com este horroroso berro,
É como quem qué brigá,
Com a sua grande afronta
Você tá tomando conta
De todos canaviá.

Do bom tempo que se foi
Faz mangofa, zomba, escarra.
Foi quem espursou os boi
Que puxava na manjarra.
Todo soberbo e sisudo,
Qué governá e mandá tudo,
É só quem qué sê ingém.
Você pode tê grandeza
E pode fazê riqueza,
Mas eu não lhe quero bem.

Mode esta soberba sua
Ninguém vê mais nas muage,
Nas bela noite de lua,
Aquela camaradage
De todos trabaiaidô.
Um falando em seu amô
Outro dizendo uma rima,
Na mais doce brincadeira,
Deitado na bagacêra,
Tudo de papo pra cima.

Esse tempo que passô
Tão bom e tão divertido,
Foi você quem acabô,
Esguerado, esgalamido!
Como, come interessêro!
Lá dos confim do estrangêro,
Com seu baruio indecente,
Você vem todo preverso,
Com história de progresso,
Mode dá desgosto a gente!

Ingém de ferro, eu não quero
Abatê sua grandeza,
Mas eu não lhe considero
Como coisa de beleza,
Eu nunca lhe achei bonito,
Sempre lhe achei esquisito,
Orgoso e munto mau.
Até mesmo a rapadura
Não tem aquela doçura
Do tempo do ingém de pau.
Ingém de pau! Coitadinho!
Ficou no triste abandono
E você, você sozinho
Hojé é quem tá sendo dono
Das cana do meu país.
Derne o momento infeliz
Que o ingém de pau levou fim,
Eu sinto sem piedade
Três moenda de do sodade
Ringindo dentro de mim.
Nunca mais tive prazê
Com muage neste mundo
E o causadô de eu vivê
Como um pobre vagabundo,
Pezaroso, triste e pérro,
Foi você, ingém de ferro,
Seu safado, seu ladrão!
Você me dexô à toa,
Robou as coisinha boa
Que eu tinha em meu coração!¹⁸⁸

| 188 | PATATIVA
DO ASSARÉ.
Antologia poética.
Fortaleza: Edições
Demócrito Rocha,
2008. pp. 81-83.



Conclusão



Ao abordarmos a Chapada do Araripe a partir do conceito de Paisagem Cultural, consideramos o conjunto de práticas tradicionais integradas que variam de celebrações de cunho religioso ou ritualístico a lugares associados a um calendário que ao mesmo tempo é místico e também segue os períodos de cultivo e colheita, estações climáticas e lunares.

Compreendemos que a região do Cariri pode ser interpretada como uma construção ao longo da Chapada do Araripe e que diferentes períodos de ocupação podem ser interpretados a partir de uma leitura do seu conjunto arquitetônico, costumes, expressões populares, ruínas e uma cultura material associada a diferentes ciclos econômicos, como os ligados à cultura da cana de açúcar.

A interação humana com o meio ambiente naquela porção territorial pode ser testemunhada por suas criações e soluções adotadas na produção agrícola. O desmatamento associado à cultura canavieira pode ser abordado antes e depois do advento da energia elétrica na região e isso por si só já seria um tema para a história ambiental ou para a arqueologia da paisagem, ao deixar perceber que as mudanças naquele espaço foram socialmente construídas.

O caso dos engenhos que permanecem em funcionamento nos fornece um bom motivo para um questionamento acerca das políticas públicas de salvaguarda do patrimônio cultural, ao demonstrar as características de inovação e recriação de um “saber/ fazer” transmitido na região desde o século XVIII e o interesse, por parte dos indivíduos nele envolvidos, pela busca de um reconhecimento sobre a importância desse saber e até mesmo a permanência de práticas ainda vivas relacionadas à cultura do açúcar. Manuela Carneiro da Cunha, em artigo introdutório para a Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ao elencar elementos para a compreensão do que vem a ser patrimônio imaterial, escreveu:

Que patrimônio imaterial se compõe de processos tanto, e provavelmente mais, do que de produtos;

Que ele não se compõe de formas fixas, mas de uma recriação permanente que tem a ver com um sentimento de continuidade em relação às gerações anteriores, ou seja, que ele é ao mesmo tempo dinâmico e histórico;

Que suas condições de reprodução dependem, entre outras coisas, de acesso a território e a recursos naturais.¹⁸⁹

Essa definição é importante para que possamos entender que a cultura dos engenhos de hoje tem relação com os primeiros engenhos que foram instalados na região e que as mudanças de ordem tecnológica ao longo do tempo demonstram um processo que envolve a preservação da técnica e,

| 189 | CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, Rio de Janeiro, n. 32, p. 15-27, 2005. (Patrimônio imaterial e biodiversidade). p. 15.

consequentemente, da possibilidade de permanência de seu produto final, revelando assim o processo de produção e de transmissão de um saber passado por gerações, secularmente.

Assim, a questão do desenvolvimento local pode ser compreendida para além de sua dimensão econômica. Esse é um assunto que envolve atores locais e demanda políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de nexos entre o patrimônio representado por vestígios arqueológicos, exemplares de uma cultura material, e de um saber tradicional, ambos ligados ao que estamos denominando de cultura do açúcar. Estes registros arqueológicos hoje são considerados uma assinatura material das ações resultantes da atividade humana que resistiram no tempo e no espaço. Ressalte-se que, com o avanço da compreensão sobre a construção do passado e sua natureza identitária, a sociedade torna-se responsável por proteger e resguardar esses materiais arqueológicos, como símbolos de pertencimento e memória coletiva.

Além disso, todo esse conjunto de valores, e de saberes, está ancorado em uma área de preservação ambiental, o que também se relaciona com a história do local e com as perspectivas em relação ao meio ambiente. Ou seja, podemos considerar que nesse espaço estão unidos cultura material e tecnológica, representada pelos maquinários de engenho, saberes arquitetônicos e toda a área de preservação ambiental, gerando a possibilidade de uma interação multifacetada entre os moradores e

sua história. Nesse contexto, o patrimônio cultural é um elemento essencial para a percepção das identidades locais.

No município de Barbalha, localizado a 575 quilômetros de Fortaleza, ainda é possível a identificação de alguns engenhos em processo de moenda, demonstrando as suas várias etapas, desde o plantio até o uso de técnicas tradicionais do ofício do mestre de rapadura.

A rapadura produzida de forma artesanal em Barbalha é escoada para os estados vizinhos do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Em alguns municípios destes estados ainda é possível localizar engenhos em funcionamento ou as ruínas de construções e antigos maquinários para a moagem da cana-de-açúcar. Devido aos anos de experiência na produção, a fama da qualidade da rapadura do Cariri ainda é reconhecida, o que garante aos seus produtores a sua comercialização.

Um dos grandes projetos que atendem à região sul do Estado, além da Ferrovia Transnordestina e do Projeto Integração das Bacias com a transposição do Rio São Francisco, refere-se à criação da segunda região metropolitana do Ceará. No Cariri cearense, os municípios de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha apresentam características de conurbação devido à expansão de suas áreas urbanas, resultando em uma difícil diferenciação dos seus limites geopolíticos. Atendendo aos critérios propostos pelo Banco Mundial para as regiões conurbadas, a Região Metropolitana do Cariri compreende os municípios que passaram a contar

com recursos oriundos do então Ministério das Cidades, além de alavancar o desenvolvimento de setores da indústria, do turismo e do comércio, atraindo investimentos de ordem econômica, tecnológica, científica e cultural.

Assim, o que se pretendeu sugerir é que o estudo da cultura material canavieira da região - aspecto central dessa paisagem cultural - oferece subsídios para o estabelecimento de uma perspectiva de exame do tema que favoreça uma interação entre a História, a Arqueologia e a Museologia.

O Brasil é signatário de cartas internacionais de proteção ao patrimônio arqueológico, as quais consideram que os bens arqueológicos constituem o legado das gerações passadas às gerações futuras. A Carta de Lausanne - ICOMOS (1990), documento para a proteção e gestão do Patrimônio Arqueológico, representou um alcance mundial para a questão. Em seu artigo sétimo, trata da apresentação, informação e reconstituição desses bens culturais:

A apresentação do patrimônio arqueológico ao grande público é um meio essencial de fazê-lo ascender ao conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades modernas. Ao mesmo tempo, constitui o meio mais importante para fazê-lo compreender a necessidade de proteger esse patrimônio.¹⁹⁰

No Brasil, os bens arqueológicos são considerados bens da União de acordo com o Art. XX da Constituição Federal. Além disso, são protegidos

| 190 | CARTA DE LAUSANNE. 1990. Carta para a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico ICOMOS/ICAHM. Disponível em: www.portal.iphan.gov.br. Acessado em: 14/08/2020.

por lei específica (Lei 3.924/61), que obriga seu estudo antes de qualquer obra que possa vir a impactá-los. Essa legislação representou um avanço em relação às limitações que o tombamento (decreto-lei nº 25/1937) representava para a preservação do patrimônio arqueológico.

Em dezembro de 2002 o IPHAN editou a Portaria 230, que estabeleceu os procedimentos arqueológicos necessários à obtenção de licenças ambientais, urgentes ou não, de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico em todo o território nacional.

A Portaria 230¹⁹¹ estabeleceu os procedimentos arqueológicos necessários à obtenção de licenças ambientais para empreendimentos de grande porte. A Portaria explicitava que as atividades de Educação Patrimonial deveriam ser contempladas já nos contratos entre o empreendedor e a gestão da pesquisa arqueológica e fazia menção a um *Programa de Educação Patrimonial* que deveria estar previsto em termos de programa e orçamento.

A exigência para o desenvolvimento de ações de Educação Patrimonial pelo IPHAN, no contexto do licenciamento ambiental, demandou a mobilização de profissionais de diferentes áreas do conhecimento humano. Como congrega a História, a Geografia, a Arqueologia e a Museologia em defesa do patrimônio cultural?

As ações políticas no campo patrimonial não se resumem ao discurso da construção do caráter nacional, mas sim, se expandem para uma

| 191 | A jurisprudência que rege a proteção do patrimônio cultural no Brasil é extensa. Após a edição da Portaria 230 de 2002, seguiu-se, até a conclusão desta tese, a consolidação de 116 instrumentos de proteção, entre Portarias, Resoluções, Convenções, Instruções e Decisões Normativas, Emendas Constitucionais, Decretos, Orientações Administrativas e Leis. Contudo, ressaltamos que o Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 (que estabeleceu os bens que constituem o patrimônio cultural brasileiro, dentre eles, os arqueológicos), junto com a Lei 3.924/61 e a Portaria 230, representaram marcos sólidos da legislação de proteção ao patrimônio arqueológico e propiciaram o estabelecimento das ações de

viabilização de formas que possibilitem ao público ter acesso a suas realidades, aproximando-os e proporcionando novas leituras tanto do passado quanto do presente, além de desenvolver uma sensibilidade crítica para reconhecimento e construção dos valores que os cercam.

pesquisa e educação patrimonial desenvolvidas nas últimas décadas.

É compreensível que qualquer ação que tenha como objetivo a proteção de um bem, seja ele de ordem material ou imaterial, móvel ou imóvel, só é possível e duradoura com a capacidade do público de se apropriar e se identificar com esse patrimônio que pode ser interpretado enquanto parte de suas vidas.

A partir do momento em que se discute o que é de valor para a memória, inicia-se uma busca por elementos que materializariam uma identidade. A apropriação desses elementos pode refletir as políticas de preservação adotadas e quais os conceitos se tem interesse em representar. Tratar de patrimônio cultural é trabalhar com um conceito bastante dinâmico, o de cultura. E mesmo o termo patrimônio cultural tem suas diversas acepções.

Não existem bens com um valor intrínseco, eterno e imutável, há sempre atribuições de valor, e esse processo é permeado por disputas, quando, afinal, são construídas narrativas que dão suporte às escolhas.

Referindo-se ao patrimônio industrial, Henri-Pierre Jeudy afirmou:

O patrimônio industrial impôs-se como uma novidade porque permitiu, essencialmente, legitimar as reivindicações de uma identidade considerada

oculta, até mesmo culpada. Era preciso que o “mundo operário” apregoasse a soberania de sua identidade diante das identidades das outras classes sociais proprietárias das grandes riquezas culturais e que as usufruíam de maneira elitista.¹⁹²

| 192 | JEUDY, Henri-Pierre. Espelho das cidades. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. p.27.

O caminho escolhido aqui, entre tantos possíveis, foi o de valorizar o conceito de paisagem cultural - que vem sendo discutido na região - e que, segundo nossa argumentação, teria o poder de trazer perspectivas muito ricas para a gestão do patrimônio cultural na Chapada do Araripe.

Leonardo Castriota abordou os bens culturais e naturais na paisagem cultural do Serro em Minas Gerais em artigo intitulado Paisagem Cultural e técnicas agrícolas tradicionais: preservação e sustentabilidade no Serro (MG). Localizada no “Distrito do Diamante”, a região está inserida no contexto de exploração de ouro e diamante do início do século XVIII e a sua paisagem atual é marcada por um conjunto arquitetônico e por práticas tradicionais de cultivo do solo que podem ser associados a outros territórios de colonização portuguesa. Com a decadência da extração mineral, os produtores agrícolas da região avivaram a produção de queijo artesanal e atualmente os saberes e fazeres envolvidos na produção desse alimento tradicional é reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial tanto a nível estadual quanto federal. A respeito da interpretação do Serro enquanto Paisagem Cultural, Castriota declarou que:

A significação e a autenticidade dessas paisagens vão envolver também elementos que se relacionam com a dimensão imaterial do patrimônio,

dependendo frequentemente da continuidade e da vitalidade de sistemas tradicionais de cultura e de produção, que criaram ao longo do tempo padrões característicos de uso da terra e um sentido único de lugar. Hoje muitos desses usos tradicionais da terra – e os produtos a eles relacionados – que eram largamente aceitos sem maior reflexão, correm o perigo de serem desestabilizados e destruídos. Mudanças demográficas, o aumento do valor da terra, a industrialização da produção agrícola e a competição dos mercados mundiais estão revolucionando as relações sociais e econômicas tradicionais com a terra. A velocidade e o alcance dessas mudanças são inéditas e têm implicação significativa na gestão do patrimônio cultural, que incluem a fragmentação e a mudança de paisagens culturais, a perda de mercado dos produtos tradicionais e mesmo a erosão da identidade e distinção regionais. Assim, preservar as paisagens culturais significa, muitas vezes, defrontar-se com as formas tradicionais de agricultura.^{|193|}

|193| CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). Paisagem cultural e sustentabilidade. Belo Horizonte: IEDS; UFMG, 2009, p. 20.

Concluimos que a valorização de um patrimônio cultural nordestino, como o do Cariri cearense, pode ser um processo importante de atribuição de valor a uma região que também pode ser considerada por sua relevância industrial. Ao apresentarmos o personagem Antônio Linard, demonstramos como a lógica de importação de manufaturas e dependência técnica foi subvertida a partir da produção de seus primeiros engenhos de ferro em pleno sertão do Ceará a partir da década de 1930. Essa é uma interpretação possível da paisagem cultural do Cariri cearense, a partir de uma abordagem

espacial e temporal do patrimônio integrado. E neste caso, em particular, tratamos de um Cariri que une tradição e modernização tecnológica.



Referências

ABERTOS 50 anos da energia de Paulo Afonso. Diário do Nordeste, Fortaleza, 30 dez. 2010. Caderno Regional, p. 4.

ALVES, Joaquim. O Vale do Cariri. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1946.

ALMANAQUE DO CARIRI. Histórico, informativo, literário, recreativo. Primeira edição. Crato, 1949.

BEZERRA, Adauto. Discurso. Tribuna do Ceará. Fortaleza, 15 jun. 1976.

Base de dados bibliográfica da Fundação Joaquim Nabuco existente no acervo da Biblioteca Central Blanche Knopf. Recife- PE.

Cachaça e rapadura na área de jurisdição do BNB: Produção, tecnologia e mercado / Marcos Falcão Gonçalves, Maria de Fátima Vidal, Carlos Alberto Figueiredo Junior. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. p. (Série documentos do ETENE; 20).

CARTA DA ORGANIZAÇÃO DA 1ª FEIRA DE AMOSTRA DO CARIRI.

CARTA DE MEMBRO DA LOJA MAÇÔNICA “VIANA DE CARVALHO”. 07.12.1976.

CARTA DE NIZHNY TAGIL SOBRE O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL (2003). Disponível em: www.ticcihbrasil.com.br Acessado em 01 set. 2020.

CARTA DO SENHOR LINARD À SUDENE. 22.09.1967.

CARTA DO SENHOR LINARD AO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ.

CARTA DO SENHOR LINARD AO PRESIDENTE EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI 07.11.1970.

CARTA DO SENHOR LINARD AO GOVERNADOR DO CEARÁ 09.05.1970.

CATALOGUE OF SUGAR MACHINERY. Fawcett & Preston Engineering Co. Maritime Archives & Library. Marseyside Maritime Museum, National Museums. Liverpool, 1862-1915.

CENTRO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Crise do açúcar: representação e memorial apresentados ao corpo legislativo da não brasileira pelo Centro da Indústria e Comércio de açúcar do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1877.

CETREDE. Região do Cariri: Estratégias para o seu desenvolvimento. Fortaleza, 1977.

Coleção de Leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1875/1888. Biblioteca do Arquivo Nacional.

Coleção das Leis da República do Brasil, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889/1910. Biblioteca do Arquivo Nacional.

COLINA DO HORTO tem réplica em Quincuncá. Diário do Nordeste, 28 ago. 2007. Disponível em: www.diariodonordeste.verdesmares.com.br Acessado em 19/08/2020.

CORRESPONDÊNCIA COM AS CASAS COMERCIAIS
“MARCOSA” E “CASA PORTO”.

COMUNICAÇÃO ENTRE O DEPUTADO FEDERAL
COLOMBO DE SOUSA, O PRESIDENTE DA
SIDERÚRGICA NACIONAL E O SENHOR LINARD.

COMUNICAÇÃO ENTRE O SENHOR LINARD E O
COLETOR ESTADUAL DE MISSÃO VELHA.

DIÁRIO DO NORDESTE. Edição de 28.07.1988.

GAZETA DO SERTÃO. Edição de 18.12.1983.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Decreto
Nº29.307, de 05 de junho de 2008. Cria o Parque Estadual
Sítio Fundão e dá outras providências.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Plano de Manejo
do Parque Estadual Sítio Fundão. Secretaria do Meio
Ambiente, 2019. Disponível em: www.sema.ce.gov.br.
Acessado em: 14.08.2020.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Município de Crato.
Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, 1942.

INCÊNDIO de grande proporção atinge Sítio Fundão, em
Crato. Badalo, 5 nov. 2018. Disponível em: www.badalo.com.br.
Acessado em 14/08/2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E
ESTATÍSTICA. Censo agropecuário: Ceará. Rio de Janeiro:
IBGE, 1970. (VIII Recenseamento Geral – 1970).

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Dossiê de Registro: Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha. Fortaleza: IPHAN, 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Parecer de Carlos Fernando de Moura Delphim sobre proposta de edificação no Sítio Alagadiço Novo – Casa de José de Alencar. IPHAN, Fortaleza, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Parecer nº. 51/DPI/IPHAN/Minc. Processo nº. 01450.008635/2010-08. Assunto: Registro da Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio de Barbalha/CE. IPHAN, Fortaleza, 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Parecer Nº 124/15/IPHAN-CE de 19 de junho de 2015. Referência PA nº 01496.001219/2009-19.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Processo nº. 01496.001219/2009-19. Assunto: Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico em Área Destinada a Extração de Calcário pela Empresa ITAPUÍ S/A - Barbalha/CE. IPHAN, Fortaleza, 2009.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO
E ARTÍSTICO NACIONAL. Relatório “Material
Arqueológico do Engenho Alagadiço Novo”. IPHAN,
Fortaleza, 2007.

JÁ SE FABRICA AÇÚCAR NO CARIRI CEARENSE.
Revista Veja, São Paulo, 23 jun. 1976.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. Dos engenhos centrais às
usinas de açúcar de Pernambuco. Rio de Janeiro: Separata
de Jurídica/Revista da Divisão do Instituto do Açúcar e do
Álcool, 1971.

MISSÃO VELHA guarda um gênio. Correio do Juazeiro, 20
mar. 1949. p. 1.

NOGUEIRA, A. Taumaturgo. Mãos que produzem
milagres. Correio do Juazeiro, Juazeiro do Norte, ano 1, n. 7,
27 fev. 1949. p. 6.

O FÉRTIL Cariri. Revista Veja, São Paulo, 10 mar. 1976.

RELATÓRIO DE SINDICÂNCIA. 22.12.1971.

SAMPAIO, Dorian. Anuário do Ceará. Fortaleza: Ed. Stylus/
Consultoria de Investimento, Publicidade e Planejamento
Ltda, 1976.

SOUSA, J. Colombo de. A Eletrificação do Cariri: Estudos e
documentos de uma reivindicação cearense. Fortaleza, 1951.

A) Teses, Dissertações, artigos e monografias

ALMEIDA, Nilton Melo. **Os ferroviários na cartografia de Fortaleza: rebeldes pelos caminhos de ferro.** 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

BESERRA, Fábio Ricardo Silva. **Espaço, indústria e reestruturação do capital: a indústria de calçados na região do Cariri – CE.** 2007. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

CORTEZ, Ana Isabel Ribeiro Parente. **Memórias descarriladas: o trem na cidade do Crato.** 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

FARIAS, Maria Rosineide. **A representatividade do grupo Linard para a economia de Missão Velha.** 1996. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Regional do Cariri, Crato.

GOMES, Assis Daniel. **“Faça-se luz”: a eletrificação urbana no Cariri cearense (1949-1972).** 2016. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

GONÇALVES, Naudiney de Castro. **“O fogo não está morto”: engenhos de rapadura do Cariri cearense como uma referência cultural na perspectiva das políticas públicas do último quartel do século XX.** 2011. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

LIMAVERDE, Rosiane. **Arqueologia social inclusiva: A fundação Casa Grande e a gestão do patrimônio Cultural da Chapada do Araripe**. 2015. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal.

MEIRA, Roberta Barros. **Banguês, Engenhos Centrais e Usinas: o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e sua correlação com as políticas estatais (1875-1941)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, Antônio José de. **Engenhos de rapadura do Cariri: trabalho e cotidiano (1790-1850)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

REIS, Ana Isabel Ribeiro Parente Cortez. **O espaço a serviço do tempo: a estrada de ferro de Baturité e a invenção do Ceará**. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

SÁ, Filadelfo Tavares de. **Luta de interesses entre os engenhos e a usina e seus reflexos sobre a pequena produção da lavoura canavieira do Cariri cearense: um estudo de caso**. 1988. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

SÁ, Maria Yacê Carleial Feijó de. **Os homens que faziam o Tupinambá moer: experiência e trabalho em engenhos de rapadura no Cariri (1945-1980)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

TORRES, Vera Lucia Dubeaux. **O declínio de um sistema tradicional de plantio de cana-de-açúcar para produção de rapadura e a implantação de uma pequena agroindústria com participação do Estado: O caso de Água Branca – AL. 1994.** Dissertação (Mestrado em Administração Rural e Comunicação Rural) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

B) Livros e capítulos de livros

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste.** 5a ed. São Paulo: Atlas, 1986. (1ªed. 1963).

ANDRADE, Manuel Correia de. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social.** São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1994.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Arquitetura do açúcar: engenhos do Recôncavo Baiano no período colonial.** São Paulo: Nobel, 1990.

BARRETO, Raul Edson de Almeida. **A crise do petróleo: o Proálcool e o BNB.** Fortaleza: BNB/Diretoria de Crédito Industrial, 1980.

BARROSO, Oswald. **Ceará mestiço.** Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2019.

BAZIN, Germain. **A arquitetura religiosa barroca no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, 1983. 2v.

BESERRA, Fábio Ricardo Silva. **O processo de industrialização no Cariri e o papel do estado rumo a uma “modernização conservadora”**. In: ENCONTRO INTERNACIONAL TRABALHO E PERSPECTIVAS DE FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES, 1., 2006, Fortaleza. Anais... Fortaleza: LABOR/UFC, 2006. p. 1-16.

BRASIL. **As equipes de obras do IPHAN em Minas Gerais**. Tradição Planalto Editora. Minas Gerais: IPHAN, Ministério da Cultura. 2009.

BRITO, Maria Socorro. **Mudanças na organização do espaço: o novo e o velho Cariri canavieiro cearense**. Fortaleza: IOCE, 1985.

CAPELO FILHO, José. **Arquitetura ferroviária no Ceará: registro gráfico e iconográfico**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Patrimônio cultural imaterial no Brasil: estado da arte**. In: Patrimônio imaterial no Brasil. Brasília: UNESCO, Educarte, p. 11-36, 2008.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (org.). **Paisagem cultural e sustentabilidade**. Belo Horizonte: IEDS; UFMG, 2009.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer / Michel de Certeau**; 15. Ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHUVA, Márcia. **A história como instrumento na identificação dos bens culturais.** In: MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (Orgs.). Inventários de identificação: um programa da experiência brasileira. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940).** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Introdução.** Revista do patrimônio histórico e artístico nacional, Rio de Janeiro, n. 32, p. 15-27, 2005. (Patrimônio imaterial e biodiversidade)

COSTA FILHO, José Sales (org.). **O Geopark Araripe.** Edições URCA, 2008.

COGGIOLA, Osvaldo; KATZ, Claudio. **Neoliberalismo ou crise do capital?** São Paulo: Xamã, 1996.

DEAN, Warren. **A fábrica São Luiz de Itu: um estudo de arqueologia industrial.** In: Anais de História. Instituto de Letras, História e Psicologia de Assis. Assis: Universidade Estadual Paulista, 1977.

DIÉGUES JUNIOR, Manuel. **O engenho de açúcar no Nordeste.** Maceió: EDUFAL, 2006.

EISENBERG, Peter L. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910.** Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977.

FIGUEIREDO FILHO, José de. **Engenhos de rapadura do Cariri**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1958.

FIGUEIREDO FILHO, José de. **História do Cariri**. Vol. 3. Crato, CE: Faculdade de Filosofia do Crato, 1966.

FIGUEIREDO FILHO, José de. **O Folclore no Cariri**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1960.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Minc – Iphan, 2005.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio**. In: Inventário nacional de referências culturais: manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Açúcar: uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do Nordeste do Brasil**. São Paulo: Global, 5ª Edição. 2007. (1ªed. 1939).

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. **Arqueologia e Patrimônio**. Erechim, RS: Habilis, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. **Memória histórica e cultura material**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.13, n.25/26, p.17-31, set.1992/ago.1993.

FURTADO, Celso. **O Brasil Pós-Milagre**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S.A., 2ª Edição. 1981.

GAMA, Ruy. **Engenho e tecnologia**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1983.

GARDNER, George. **Viagens no Brasil: principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841**. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942.

GODOY, Marcelo Magalhães. **Persistência do tradicional: o processo de modernização da agroindústria canavieira do Brasil e a sobrevivência de formas produtivas não-capitalistas**. In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Vol. 5, Nº10, dez. de 2013. Disponível em: www.rbhcs.com. Acessado em 06.12.2019.

GOMES, Geraldo. **Engenho e Arquitetura**. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 2002.

GONÇALVES, Regina Célia. **A História e o oceano da memória: algumas reflexões**. Saeculum - Revista de História, João Pessoa, Departamento de História, Universidade Federal da Paraíba, n. 4/5, jan. 1998/ dez. 1999, p. 13-39.

HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HOBSBAWN, E. J. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

IPHAN. **Anais da I Oficina de Pesquisa: a pesquisa histórica no IPHAN / Coordenação-Geral de Pesquisa, Documentação e referência**. – Rio de Janeiro; IPHAN, Copedoc, 2008.

JAMBEIRO, Marusia de Brito. **Engenhos de rapadura: racionalidade do tradicional numa sociedade em desenvolvimento**. Instituto de Estudos Brasileiros – USP 1973.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JORGE, Vítor Oliveira. **Arqueologia, Patrimônio e Cultura**. Lisboa, Portugal: Instituto Piaget, 2000.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Patrimônio industrial: algumas questões em aberto**. Arq.urb Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n. 3, p. on line, 2010. Disponível em: < http://www.usjt.br/arq.urb/numero_03/3arqurb3-beatriz.pdf >.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro**. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

LEAL, Angela Barros. **40 anos do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico no Estado do Ceará**. Fortaleza: SIMEC, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEITE, Ary Bezerra. **História da Energia no Ceará.** Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1996.

LINHARES, Maria Yedda Leite. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOPES, José Sérgio Leite. **O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MACEDO, Jackeline de; ANDRADE, Rubens de; TERRA, Carlos (Orgs). **Arqueologia na paisagem: novos valores, dilemas e instrumentais.** Rio de Janeiro: Rio Book's, 2012.

MAGALHÃES, João P. de Almeida; KUPERMAN, Nelson; MACHADO, Roberto Crivano. **PROÁLCOOL: uma avaliação global.** Rio de Janeiro: ASTEL, 1991.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política.** Vol. I. 8ª Ed. São Paulo: DIFEL, 1982. (1ªed. 1867).

MELLO, Evaldo Cabral. **O Norte Agrário e o Império. 1871-1889.** Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MONTEIRO, Ângela Maria Cunha; SANTOS JÚNIOR, José Neiva (Coord.). **Estudo da competitividade do sistema agroindustrial da cana-de-açúcar na região do Cariri.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2001.

MORAIS, José Micaelson Lacerda. **Ceará: economia, urbanização e metropolização.** Crato (Ce): RDS, 2014.

MORENO FRAGINALS, Manuel. **O engenho: complexo sócio-econômico açucareiro cubano.** Vol. I. São Paulo: Editora HUCITEC, 1988.

NAJJAR, Rosana. **Arqueologia histórica: manual.** Brasília: IPHAN, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Lavradores e pequenos produtores de cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares.** In: Projeto História: revista do programa de estudos de pós-graduação em História da PUC-SP. São Paulo, 1993.

PATATIVA DO ASSARÉ. **Antologia poética.** Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2008.

PERRUCCI, Gadiel. **A República das usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste, 1889-1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PINHEIRO, Irineu. **O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes.** Ed. fac. sim. Fortaleza: FWA, 2009.

POCOCK, J. G. A. **O conceito de linguagem e o métier d'historien.** In: Linguagens do ideário Político. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, p. 63-82, 2003.

POLAK, Michel. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v 5, n. 10, 1992.

RABELO, Sílvio. **Cana de açúcar e região: aspectos sócio-culturais dos engenhos de rapadura nordestinos**. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sócias – M.E.C. Recife – 1969.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A identidade ainda será a espinha dorsal dos museus? Questões sobre o uso e o abuso da memória**. Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, v. 43, p. 11-40, 2011.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Museu, ensino de História e sociedade de consumo. Trajetos**. Revista de História UFC. Fortaleza, vol. 1, nº1, 109-131, 2001.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Objetos do Caldeirão: museu memória e cultura material (1936-1997)**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 24, nº48, 366-384, jul-dez de 2011.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **Tentação do tempo: a máquina museológica na fabricação do passado**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2016.

RÊGO, José Lins do. **Fogo morto**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1999.

RÊGO, José Lins do. **Menino de engenho**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

RÊGO, José Lins do. **Usina**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem cultural e patrimônio.** Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007.

RIBEIRO, Rafael Winter. **Um conceito, várias visões: paisagem cultural e a Unesco.** In: [Anais do ...] / 1º Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto; coordenação editorial Leonardo Barci Castriota, Mônica de Medeiros Mongelli. – Brasília, DR: IPHAN; Belo Horizonte, MG: IEDS, 2017. Disponível em: www.portal.iphan.gov.br. Acessado em 14/08/2020

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de concentração no Ceará: isolamento e poder na seca de 1932.** Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

SCIFONI, Simone. **Paisagem cultural.** In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

SILVA, Osvaldo Paulino da. **Arqueologia dos engenhos da Ilha de Santa Catarina.** Erechim, RS: Habilis, 2007.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos.** São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, Leandro Maciel. **O Cariri natural: apontamentos sobre a identidade caririense.** In: XV Encontro Estadual de História “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”, 2014, Florianópolis. Anais...Florianópolis: UFSC, 2014. p 1-7.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, **Heloísa Murgel**. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**. São Paulo: Duas Cidades; 34, 2000.

SZMRECSÁNYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1990.

TAMANINI, Elizabete. **O museu, a Arqueologia e o público: um olhar necessário**. In: FUNARI, P. P. A.. (org.) *Cultura material e Arqueologia histórica*. Campinas, SP: IFCH-Unicamp, 1999.

TAUNAY, Carlos Augusto. **Manual do agricultor brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

THOMPSON, E.P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, 2001.

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VARINE, Hugues de. **As Raízes do Futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianeira, 2003.

WEFFORT, Francisco. **Exposição de motivos que encaminha o Decreto nº 3551/2000. Brasília, 17 de maio de 2000**. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 342-344, 2005. (Patrimônio imaterial e biodiversidade).

Lista de publicações

Carne Preta, Pele Rara: contribuições para um Teatro Negro de Resistência

Álvaro Renê Oliveira de Sousa

As Peles que Dançam: pistas somáticas para outra anatomia

Marise Léo Pestana da Silva

Casa e Vizinhança: Modos de Engajamento. Cinema brasileiro contemporâneo e práticas moradoras

Érico Oliveira

A vida esculpida com os pés: memórias inacabadas de um poeta andarilho

Ethel de Paula

Memórias Brincantes: um experimento a partir do corpo e da poética do Maneiro Pau do Mestre Cirilo - Crato/CE

Izaura Lila Lima Ribeiro

Intelectuais no Sertão: o Club Romeiros do Porvir, a produção e circulação de representações em torno da intelectualidade, da cidade do Crato-CE e dos sertões (1900-1910)

Johnnys Jorge Gomes Alencar

A Experiência da Cia. Ortaet de Teatro no Centro-sul cearense: percurso pedagógico e processos criativos

José Brito da Silva Filho

“Rei de Paus na avenida de novo!”: coprodução de personagens, objetos e lugares no maracatu cearense

Lais Cordeiro

Da Porcelana aos Trapos: bonecas e memórias femininas no processo de poiesis

Larissa Rachel Gomes Silva

Passa um filme na cuca: recepção de cinema no Cuca Barra do Ceará

Luciene Ribeiro de Sousa

Gênero na cena performativa-política de Fortaleza

Manoel Moacir Rocha Farias Júnior

Itinerários no acervo do Instituto de Antropologia da Universidade Estadual do Ceará (1958-1968): a coleção Arthur Ramos como discurso

Maria Josiane

Dos engenhos à usina: patrimônio e cultura material canavieira do Cariri cearense (anos 1930-1970)

Naudiney de Castro Gonçalves

Escritos de uma Guerra Planetária

Noá Araújo Prado

Do Museu Fonográfico ao Arquivo Nirez (1969 - 1983): o engajamento cultural de Nirez em prol do passado de Fortaleza e da música popular

Renato Araújo

Invocação para o fim: o Sertão como arquivo

Ridimuin

Corpos Precários: pedagogia e política na experiência do corpo

Renata Kely da Silva

Grupo Independente de Teatro Amador (GRITA): Resistência Cultural e Apropriação Artística no espaço de Fortaleza (1973-1985)

Thaís Paz de Oliveira Moreira

Entre a mangueira do fato e a corrente de ouro: um estudo antropológico sobre a memória e os espaços, a partir das narrativas fantásticas de moradores da comunidade quilombola da Serra do Evaristo, Baturité-CE

José Wilton Soares de Brito Souza

Fotografia e memória no corpo divino: Orixá encarnado

Yasmine Moraes

Confira a coleção completa em:

arteurgente.com.br

A Coleção de Saberes, ação que integra o Arte Urgente, propõe a valorização de pesquisas acadêmicas, como forma de fortalecimento e incentivo a pesquisadores nos campos da arte e da cultura no Ceará. A iniciativa cria uma ponte entre estes trabalhos e um público diverso, expandindo os horizontes da aprendizagem e do conhecimento.

São 20 trabalhos que trazem reflexões contemporâneas em arte e cultura no estado, com temas relacionados às áreas de: artes visuais, audiovisual, circo, cultura popular, dança, teatro, literatura, música, performance, produção cultural, políticas culturais e patrimônio cultural.

Realização

Instituto
BR



QUITANDA
"Soluções Criativas"



Labs.
Culturais

Prod. Executiva

CINCO
ELEMENTOS
PRODUÇÕES

MARCO REZ

Apoio Institucional

PORTO
DRAGÃO



INSTITUTO
DRAGÃO
DOMAR



Universidade
Estadual do Ceará

Apoio

Fine printed e apoiado pelo Secretário Estadual da cultura, através do Fundo Estadual da Cultura, com recursos provenientes da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020.

LEI
ALDIB
BLANC



ceará
cultura
SECRET



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA CULTURA

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL